

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPG/SOL**

**ALISSA KABICHENKO DE VASCONCELOS**

**PARA ALÉM DO SOBRENOME:  
UMA ANÁLISE DO PARENTESCO POLÍTICO ENTRE DEPUTADAS FEDERAIS**

**BRASÍLIA**

**2024**

ALISSA KABICHENKO DE VASCONCELOS

**PARA ALÉM DO SOBRENOME:  
UMA ANÁLISE DO PARENTESCO POLÍTICO ENTRE DEPUTADAS FEDERAIS**

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida

BRASÍLIA

2024

ALISSA KABICHENKO DE VASCONCELOS

**PARA ALÉM DO SOBRENOME:  
UMA ANÁLISE DO PARENTESCO POLÍTICO ENTRE DEPUTADAS FEDERAIS**

Orientação: Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida

**Banca examinadora:**

---

Profa. Dra. Lêda Gonçalves de Freitas (UCB)

---

Profa. Dra. Jacqueline Moraes Teixeira (PPGSOL/UnB)

BRASÍLIA

2024

## RESUMO

O parentesco político destaca-se como um importante e antigo mecanismo no recrutamento e manutenção de carreiras parlamentares, exercendo sua influência de maneiras distintas em diversas esferas políticas, com diversas nuances em cada contexto e período histórico. Para as mulheres, a inserção na política por meio do parentesco é uma prática comum, no entanto ainda carece de uma análise aprofundada do ponto de vista sociológico. Diante disso, a pesquisa que subsidia esta dissertação propôs-se a compreender, sob a perspectiva dos estudos de gênero, os impactos do pertencimento a uma família política nas trajetórias parlamentares das mulheres eleitas para a 56ª Legislatura na Câmara dos Deputados (2019-2023) e sua esfera de autonomia em relação ao alinhamento familiar. Para atingir esse objetivo, realizou-se uma extensa pesquisa exploratória, abrangendo aspectos pessoais e profissionais, produção parlamentar e declarações públicas na mídia das parlamentares em questão. A análise comparativa dos dados, considerando a presença ou ausência de parentesco político, buscou compreender as particularidades e a diversidade de cada grupo parlamentar. Os principais achados da pesquisa apontam que as parlamentares que contam com um parentesco político possuem um perfil fortemente ligado à classe empresarial e neoliberal, reproduzindo o antigo modelo patriarcal para avançar com esses interesses econômicos contemporâneos, embora existam notáveis exceções.

**Palavras-chave:** parentesco político, carreira política, gênero, representação política.

## ABSTRACT

The political kinship stands out as an important and ancient mechanism in the recruitment and maintenance of parliamentary careers, exerting its influence in distinct ways in various political spheres, with diverse nuances in each context and historical period. For women, involvement in politics through kinship is a common practice; however, it still lacks an in-depth sociological analysis. In light of this, the research that supports this dissertation aimed to understand, from the perspective of gender studies, the impacts of belonging to a political family on the parliamentary trajectories of women elected to the 56th legislature in the Chamber of Deputies (2019-2023) and their sphere of autonomy in relation to family alignment. To achieve this goal, an extensive exploratory research was conducted, covering personal and professional aspects, parliamentary production, and public statements in the media of the parliamentarians in question. The comparative analysis of the data, considering the presence or absence of political kinship, sought to understand the particularities and diversity of each parliamentary group. The main findings of the research indicate that female parliamentarians with political kinship have a profile strongly linked to the business and neoliberal class, as well as neo-Pentecostal Christian groups, reproducing the ancient patriarchal model to advance these contemporary economic interests, although there are notable exceptions.

**Key-words:** Political kinship, political career, gender, political representation.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade  
Cap. - Capital  
CD - Câmara dos Deputados  
CF - Constituição Federal  
CN - Congresso Nacional  
Dep. Fed. - Deputada(o) Federal  
DF - Distrito Federal  
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar  
FGV - Fundação Getúlio Vargas  
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas  
Leg. - Legislatura  
TSE - Tribunal Superior Eleitoral  
UF - Unidade Federativa  
ONMP - Observatório Nacional da Mulher na Política  
RICD - Regimento Interno da Câmara dos Deputados

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de eleitos (as) por cargo e gênero

60

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Distribuição dos temas das proposições legislativas segundo grupos de concentração 93



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo raça/cor autodeclarada	62
Tabela 2 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo região de eleição	63
Tabela 3 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo quantidade de votos em 2018	64
Tabela 4 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo experiência na CD	65
Tabela 5 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo partido	66
Tabela 6 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo Posicionamento político-partidário	67
Tabela 7 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo raça/cor autodeclarada e capital político	71
Tabela 8 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo idade e capital político	72
Tabela 9 – Distribuição das deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura segundo estado civil e capital político	77
Tabela 10 – Distribuição das deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura segundo escolaridade e capital político	80
Tabela 11 – Distribuição das deputadas federais eleitas para 56ª Legislatura segundo mandato na Câmara dos Deputados e capital político	83
Tabela 12 – Distribuição das deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura segundo quantidade de votos e capital político	85
Tabela 13 – Distribuição das proposições de iniciativa das deputadas federais da 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e temas	90
Tabela 14 – Distribuição das deputadas federais 56ª legislatura segundo posicionamento político-partidário e capital político	96
Tabela 15 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada evangélica	99
Tabela 16 – Distribuição das deputadas federais da 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada ruralista	101
Tabela 17 – Distribuição das deputadas federais 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada da segurança pública	102

Tabela 18 – Distribuição das deputadas federais da 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada sindical	104
Tabela 19 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada empresarial	106

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1.1</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>ENCAMINHAMENTOS TEÓRICOS</b>	<b>28</b>
<b>2.1</b>	<b>Campo político, lutas, forças e capitais</b>	<b>28</b>
<b>2.2</b>	<b>Hereditariedade política</b>	<b>34</b>
2.2.1	Tradições de estudo	34
2.2.2	Conceituação e construção do objeto	38
2.2.3	Transmissão do capital político	42
<b>2.3</b>	<b>Gênero e política</b>	<b>46</b>
2.3.1	Representação política	52
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO: AS ELEIÇÕES DE 2018 E AS MULHERES ELEITAS</b>	<b>56</b>
<b>3.1</b>	<b>Eleições de 2018</b>	<b>56</b>
<b>3.2</b>	<b>Perfil geral das deputadas eleitas para a 56ª Legislatura</b>	<b>60</b>
<b>4</b>	<b>PARENTESCO POLÍTICO ENTRE AS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS PARA A 56ª LEGISLATURA</b>	<b>69</b>
<b>4.1</b>	<b>Perfis pessoais, afetos e a vocação para a política</b>	<b>70</b>
<b>4.2</b>	<b>Perfis profissionais</b>	<b>78</b>
<b>4.3</b>	<b>Produção parlamentar</b>	<b>87</b>
<b>4.4</b>	<b>Perfis político-partidários e pertencimentos</b>	<b>96</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>108</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Senhor presidente, muito obrigada pela consideração de Vossa Excelência. Eu vim aqui, Senhor presidente, para, com muito orgulho, com muita honra, me despedir do mandato, mas com muita dignidade. Neste exato momento, às dezesseis horas e quarenta minutos, a minha esposa, Dra. Soraya, está no Tribunal Regional do Trabalho, no Estado do Espírito Santo, sendo diplomada, Sr. Presidente. E pra mim, né, que fui um dos grandes mentores da candidatura dela, é um orgulho. E não tenho dúvidas, presidente, que ela fará um trabalho muito melhor do que eu. Todos os erros, todos os defeitos que eu cometi nessa casa, com certeza ela não fará isso. Então já vai chegar aqui mais preparada, né. Está estudando bastante, se preparando, e vai ser uma grande parlamentar para o Estado do Espírito Santo e para o Brasil. Então, Sr. Presidente, gostaria de agradecer à vossa Excelência, essa oportunidade de parabenizar a Dra. Soraya pela diplomação. Tenho certeza que fará um grande mandato. Muito obrigada, presidente.<sup>1</sup>

Nas últimas décadas, foi possível observar um aumento da presença feminina nos cargos eletivos do legislativo federal brasileiro. Apesar das mulheres ainda representarem uma parcela minoritária em comparação ao total de eleitos para todos os cargos, houve algum progresso na Câmara dos Deputados, por exemplo, que contou com a eleição de 42 mulheres eleitas em 2002 para 91 em 2022, traduzindo-se em um acréscimo de 9,7 pontos percentuais em relação ao total de membros ao longo de duas décadas. Esse avanço evidenciado nas estatísticas resulta de uma multiplicidade de fatores, dentre os quais, a atuação proativa e incisiva de movimentos feministas e de mulheres, tanto no âmbito acadêmico quanto em outras esferas. Essas forças impulsionadoras atuaram e atuam na promoção e defesa de uma participação mais substancial e proeminente do público feminino no âmbito político, desencadeando, paulatinamente, transformações em termos de representação feminina na política.

No meio acadêmico, estas iniciativas de promoção da representação de gênero encontraram expressão em uma profusão de estudos e publicações que investigavam as raízes da sub-representação das mulheres na arena política. Essas análises destacavam as influências culturais e institucionais sobre a ausência feminina neste meio, enfatizando a necessidade de ações de representação especial - como as políticas de reserva de candidaturas e de cotas dentro dos partidos políticos (Avelar, 1996).

Passadas mais de duas décadas do século XXI, o cenário da participação feminina paulatinamente se alterou, e ocorreu a consolidação de uma nova abordagem neste campo de estudos, dedicada não somente à análise da sub-representação e seus condicionantes, mas também a de perfis e práticas políticas de mulheres que obtiveram êxito em ingressar nesta arena. A presente dissertação insere-se nesta abordagem e buscou contribuir para esse corpo

---

<sup>1</sup> Carlos Manato.

de conhecimento, concentrando-se em compreender quem são, como atuam, e o que (ou quem) representam as mulheres que obtiveram êxito em ingressar em altos cargos eletivos no legislativo federal.

Nesse sentido, é fundamental destacar que a arena política constitui um domínio de acesso e permanência notoriamente desafiadora, intrinsecamente caracterizada por suas estruturas competitivas e frequentemente excludentes. Para transpor suas barreiras, torna-se necessário dispor de uma variada gama de recursos e habilidades específicas, essenciais para viabilizar uma eleição em meio a uma competição difícil. Nesse contexto multifacetado, diversas modalidades de ingresso coexistem, e é dentro dessa esfera de complexidade que a hereditariedade política emerge como um fator distintivo, ampliando substancialmente as possibilidades de êxito eleitoral.

Embora não exista uma sistematização bem definida em relação aos conceitos relacionados a esse fenômeno, há, na literatura nacional, um uso predominante do termo “parentesco político”, ao passo que na literatura internacional o termo predominante poderia ser traduzido como “hereditariedade política”. Assim, para fins do estudo, esses termos foram utilizados como sinônimos, dado que o objetivo da pesquisa foi mais empírico do que teórico.

No entanto, é importante observar que esses conceitos ainda carecem de definições mais consolidadas dentro deste campo de estudos. A complexidade desse fenômeno requer uma atenção especial para diferentes nuances e contextos em que esses conceitos são aplicados, apesar do uso intercambiável dos termos “parentesco político” e “hereditariedade política”. Essa falta de sistematização e definições consolidadas destaca a necessidade de abordagens mais aprofundadas para compreender as implicações e dinâmicas do parentesco político ou hereditariedade política em distintos cenários políticos e sociais.

Em todo caso, em linhas gerais, esse tipo de hereditariedade compreende um amplo conjunto de atributos provenientes de relações de parentesco, facilitando a transmissão de um legado político dentro de um grupo familiar. A hereditariedade política pode envolver não apenas a transferência de cargos eletivos, mas também valores, redes de apoio, acesso a recursos políticos e conhecimentos específicos sobre o funcionamento do sistema político.

Destarte, trata-se de um fenômeno que não se limita apenas à transferência de capital econômico, mas abrange processos de socialização diferenciada, onde os membros desse círculo familiar adquirem conhecimentos essenciais e têm acesso a uma variedade de recursos proporcionados pela família. Dessa forma, constitui uma complexa dinâmica que vai além da simples herança financeira, incluindo a inculcação de valores, o estabelecimento de redes de afinidades e alianças, e a compreensão das nuances das práticas políticas.

Essa forma de socialização diferenciada, muitas vezes iniciada ainda na infância, implica em um contato com um cotidiano familiar politizado, influenciando percepções e sensibilidades em relação ao mundo político. Esse processo pode ocorrer de diversas modalidades, uma vez que as formas que um parentesco político pode assumir são múltiplas. Desse modo, um (a) herdeiro (a) pode desenvolver uma vocação para atividades políticas, ingressando neste campo de forma intencional, assim como pode ser compelido (a) a entrar nesse meio por expectativas e pressões familiares. Em ambos casos, o parentesco político frequentemente torna um (a) herdeiro (a) alguém com maiores possibilidades neste campo, o que muitas vezes implica em uma continuidade que pode atravessar várias gerações, consolidando, assim, a presença de famílias na arena política ao longo do tempo. Essa continuidade ressalta a relevância das relações familiares na formação das trajetórias políticas, sendo um fator significativo na perpetuação da presença de determinadas famílias na esfera política. Essas dinâmicas evidenciam a importância de se compreender o impacto da socialização política precoce na formação de futuras lideranças políticas, bem como a necessidade de avaliar de forma crítica como essas práticas podem influenciar a diversidade e a representatividade na política.

Nesse contexto, essa compreensão abrangente da hereditariedade política lança luz sobre as várias dinâmicas que possibilitam o envolvimento de determinadas famílias nos meandros do poder político, destacando a interconexão entre a transmissão de conhecimentos, recursos e influências. Esse fenômeno, portanto, também não se limita à transmissão de cargos ou títulos, mas representa uma herança mais ampla que molda as percepções e influencia o sucesso político do grupo familiar ao longo do tempo. Dessa maneira, compreender a relevância das diversas modalidades de ingresso determinantes do sucesso eleitoral torna-se imprescindível para uma compreensão do panorama político, especialmente quando se trata da participação política feminina formal, historicamente recente e muitas vezes confrontada com obstáculos diversos.

Diferentemente de períodos históricos anteriores, nos quais a filiação a uma família de renome frequentemente resultava em uma transmissão automática de cargos públicos de forma patrilinear, nas democracias contemporâneas, esse tipo de patrimônio familiar se traduz em maiores perspectivas de sucesso eleitoral. Assim, embora comumente associado a épocas passadas e por vezes considerado arcaico, a persistência generalizada desse fenômeno, observada em diversos países de forma surpreendente, evidencia sua eficácia e adaptação contínua no contexto político atual. Isso revela que tal lógica se mantém plenamente funcional nas democracias contemporâneas, sugerindo uma continuidade de práticas que, apesar das

transformações sociais e políticas, continuam a desempenhar um papel preponderante na dinâmica eleitoral, embora de maneiras diversas. Assim, “As sinuosidades das mudanças históricas na política parecem casar-se facilmente com as sinuosidades das redes de parentesco” (Patriat; Parodi, 2017, p. 21)<sup>2</sup>.

Conforme observado por Vida Azimi (2017, p. 42)<sup>3</sup>, a hereditariedade política, “embora universal, revela-se um fenômeno intrinsecamente complexo, cujas nuances refletem as particularidades de cada localidade”. No contexto brasileiro, essa dinâmica permeia a esfera política em diversos estratos, estendendo-se desde o âmbito federal até o municipal, abarcando trajetórias políticas tanto de homens quanto de mulheres e manifestando-se em diferentes posições do espectro ideológico. Todavia, a relevância desse fenômeno pode variar significativamente, dependendo dos contextos e das pessoas em questão. Diversas pesquisas indicam que, para as mulheres, o parentesco político assume uma relevância substancialmente maior do que para os homens, emergindo como uma das principais vias de acesso a cargos eletivos. Ademais, esse fenômeno revela-se de maneira particularmente marcante em partidos politicamente alinhados à direita, estabelecendo um notável contraste com aqueles de orientação de esquerda (Pinheiro, 2007; Miguel; Marques; Machado, 2015; Pinto; Silveira, 2018).

Destaca-se também que, no caso das mulheres, o tipo predominante de parentesco político tem origem no matrimônio. Essa constatação se contrapõe à experiência masculina, em que o parentesco político é quase invariavelmente derivado da consanguinidade, como por exemplo dos pais, tios ou irmãos (Pinto; Silveira, 2018; Silva; Chaves; Barbosa, 2023). Esses indicadores revelam não apenas disparidades de gênero no acesso a recursos políticos, mas também nuances específicas relacionadas aos tipos de laços familiares que desempenham um papel crucial na trajetória política de mulheres e homens.

Além do mais, esse fenômeno se constitui como fato complexo e multifacetado, ainda carecendo de estudos aprofundados, especialmente no que diz respeito à sua manifestação no âmbito das carreiras políticas femininas. As mulheres, historicamente integradas tardiamente à política formal, emergem como um grupo cujas experiências, neste contexto, merecem análise mais aprofundada, contribuindo assim para uma compreensão mais precisa das dinâmicas envolvidas na interseção entre hereditariedade política e participação feminina na esfera política. Uma análise mais abrangente e sensível às questões de gênero é, portanto, essencial para enriquecer o repertório de estudos sobre como a hereditariedade política

---

<sup>2</sup> Tradução própria.

<sup>3</sup> Tradução própria.

impacta a participação feminina e, por conseguinte, molda o panorama político contemporâneo.

Embora os sistemas políticos atuais se autoproclamem como livres e democráticos, a persistência do fenômeno nas eleições brasileiras, principalmente entre as mulheres eleitas, é expressiva. No contexto desta pesquisa, centrada nas deputadas federais eleitas em 2018, observou-se que das 77 mulheres eleitas, 39 mantinham vínculos de parentesco político, destacando a presença marcante desse fenômeno no cenário político brasileiro. Apesar de ser amplamente reconhecido e discutido, existem lacunas no entendimento dos processos que possibilitam e legitimam a candidatura e eleição de uma mulher com parentesco político, assim como nas nuances que permeiam o significado de sua presença na arena representativa.

A transferência de um mandato do marido para a esposa, como ilustrada pela declaração do deputado Carlos Manato, ao início do texto, revela um processo intrincado de aprendizado e transferência de conhecimentos e habilidades políticas entre pessoas de um grupo familiar. Este é um aspecto relevante, porque simplesmente pertencer a uma família política não assegura automaticamente o sucesso em uma eleição. Para alcançar esse êxito, é imperativo submeter-se a um processo de aprendizado que engloba competências técnicas, incluindo um entendimento básico das regras do sistema eleitoral e do processo legislativo, assim como de habilidades essenciais de oratória e negociação. Além disso, é crucial destacar que um patrimônio político familiar não eleva as chances eleitorais apenas em razão dos recursos financeiros disponíveis. Para além do capital financeiro, o (a) herdeiro (a) é também beneficiado (a) com a herança da memória e experiência dos membros da família, com a notoriedade acumulada ao longo do tempo, mas também com uma série de responsabilidades, lealdades e obrigações inerentes à trajetória do projeto familiar.

A dicotomia entre as esferas pública e privada tem sido historicamente uma construção social que excluiu as mulheres dos processos políticos formais característicos das democracias liberais. No entanto, é imperioso reconhecer que, mesmo antes do direito ao voto, as mulheres sempre desempenharam papéis políticos. Ao longo da história, mulheres pertencentes às camadas médias e altas, especialmente a partir do século XIX, exerciam funções fundamentais na manutenção e elevação do *status* social familiar por meio de suas atividades cotidianas e participação em eventos sociais, muitas vezes representando o papel de mãe e esposa dedicada à família (D’Incao, 2022, p. 229). Assim, à medida que o contexto histórico foi gradualmente se alterando, as relações sociais também se transformaram. Atualmente, mulheres provenientes de famílias políticas e de renome, frequentemente ligadas às elites, participam ativamente dos processos eleitorais e conquistam cargos no legislativo.



Entretanto, permanece ambíguo o significado de sua presença em termos de representação de gênero.

Nesse sentido, é crucial ressaltar, neste contexto, que diferentes mulheres protagonizaram múltiplas lutas ao longo da história, de maneiras diversas, mas que são invisibilizadas pelos discursos historiográficos hegemônicos, que possuem orientações predominantemente eurocêntricas. Assim, o século XIX foi marcado pela atuação de diversas personagens com capacidade de articulação e mobilização, protagonizando relevantes feitos. Conforme exposto por Werneck (2010), as mulheres negras e quilombolas, organizadas a partir de uma constante atualização de elementos identitários da tradição afro-brasileira, desempenharam um papel fundamental ao longo da história. Elas estiveram envolvidas nas lutas cotidianas, individuais e coletivas, contra o regime escravocrata, bem como nas lutas em prol de garantias de participação social em condições de igualdade.

A arena política é um espaço permeado por hierarquias de gênero, raça e classe, tornando a presença de mulheres nesse âmbito um avanço significativo em termos de participação feminina na política. Contudo, as deputadas federais, por si só, não representam necessariamente a diversidade integral das mulheres da população brasileira. Portanto, compreender os perfis parlamentares dessas representantes torna-se fundamental para entender não apenas quem são, mas também o que (ou quem) representam, contribuindo para uma análise mais abrangente da representatividade feminina na esfera política. Ademais, a instituição familiar, que também constitui um espaço historicamente marcado por hierarquias de gênero, constitui um meio de acesso de muitas mulheres à política formal. Quais são, no entanto, as condições desse tipo de acesso? Como estas mulheres se apropriam do patrimônio familiar, e quais são as consequências disto? Esse patrimônio constitui, ao ver de terceiros, uma qualificação ou uma desqualificação?

O presente estudo teve como objetivo compreender como as mulheres com parentesco político fazem uso do capital<sup>4</sup> familiar para ampliar suas chances nas eleições, bem como analisar suas ações ao longo de seu mandato na Câmara dos Deputados - para assim compreender os impactos do pertencimento à uma família política. Para alcançar esse propósito, foi realizada uma abrangente investigação exploratória sobre o perfil identitário, a vida pessoal e profissional das deputadas federais eleitas, incluindo o mapeamento de sua produção legislativa e análise de algumas de suas declarações à mídia. O exame dos dados foi feito em perspectiva comparativa dentro do grupo das 77 parlamentares eleitas para a Câmara

---

<sup>4</sup> Capital, aqui, compreendido no sentido bourdieusiano (1989, 1999), como atributo que pode ser tanto econômico/financeiro, como simbólico e de notoriedade.

dos Deputados em 2018, de forma a verificar semelhanças e diferenças entre aquelas que possuem e não possuem parentesco político, e também de forma a perceber possíveis particularidades dentro de cada um destes grupos. Ademais, os dados foram analisados e interpretados à luz da literatura pertinente, referida ao longo do corpo do trabalho.

O interesse em investigar essas deputadas federais surgiu, em grande medida, em razão das eleições ocorridas em 2018, que marcaram um momento singular na história política brasileira. Esse pleito ocorreu em um contexto de intensa polarização, resultando na ascensão de um presidente de ultradireita, abertamente avesso a qualquer discussão sobre gênero, além de um significativo ingresso de políticos alinhados ideologicamente à direita e à extrema direita. Contraditoriamente, foi uma eleição que registrou um maior aumento no número de mulheres eleitas em comparação com os pleitos anteriores. Portanto, a compreensão do papel dessas deputadas federais torna-se crucial para compreender melhor as dinâmicas políticas que moldaram esse período, considerando as nuances de gênero em meio às mudanças ideológicas e políticas que caracterizaram as eleições de 2018.

Considerando este contexto, a coleta e análise dos dados foram conduzidas com a finalidade de compreender os perfis gerais das parlamentares eleitas, em perspectiva comparativa segundo a presença de parentesco. Além disso, buscou-se uma análise mais aprofundada dos perfis específicos das deputadas com parentesco político. Dentro desse subgrupo de mulheres que compartilham esse legado político, a pesquisa teve como propósito compreender de que maneira esses vínculos se manifestam e influenciam os perfis, práticas e discursos dessas parlamentares. Essa abordagem abrangente permitiu não apenas a compreensão das características comuns entre todas as parlamentares eleitas, mas também a identificação de particularidades dentro do grupo das mulheres com parentesco político.

Embora as abordagens metodológicas sobre o parentesco político sejam diversas, a pesquisa foi conduzida metodologicamente de forma alinhada com os métodos apontados pela literatura, de forma a identificar possíveis estratégias de diferenciação empregadas por estas parlamentares no campo político, o que pode apontar para quais são as condições sociais de produção das agentes políticas mulheres. Elementos frequentemente mencionados pela literatura e que foram considerados relevantes para a pesquisa incluem o rastreamento das características pessoais (como a idade de ingresso, estado civil e tipo de parentesco político), profissionais (como a formação e a ocupação de cargos) e de produção política (como a produção parlamentar e o pertencimento a grupos parlamentares), além de entrevistas na mídia. A análise desses elementos visou oferecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas que moldam o perfil e as práticas das parlamentares eleitas, especialmente daquelas

com parentesco político. Os resultados alcançados pela pesquisa indicam, em linhas gerais, um perfil parlamentar de mulheres com parentesco majoritariamente brancas, alinhadas à partidos de centro-direita e direita<sup>5</sup>, e ligadas à bancada empresarial e neoliberal. No entanto, esses atributos devem ser vistos com cautela, pois existem exceções notáveis.

O fenômeno da hereditariedade política está intrinsecamente ligado a problemáticas mais amplas que permeiam a sociedade contemporânea. Dentre essas questões, destaca-se a conexão da família política com as estruturas de classes sociais e as formas de perpetuação dessas classes. A transmissão de valores e *habitus* emerge como estratégia central na manutenção dessas estruturas, contribuindo para a reprodução de determinados padrões e privilégios ao longo das gerações. Além disso, é relevante contextualizar esse fenômeno dentro do atual cenário de ascensão do neoconservadorismo e neoliberalismo, que se desdobram ainda em uma perspectiva do feminismo liberal, ou “feminismo do microcrédito” (Fraser; Jaeggi, 2020). Essas correntes ideológicas se refletem na expressiva presença de parlamentares vinculados às classes empresariais, ruralistas e evangélicas.

A interseção entre hereditariedade política e essas ideologias contemporâneas aponta para um contexto político em que determinadas influências, valores e interesses são transmitidos e reforçados, muitas vezes perpetuando desigualdades e concentrando o poder em segmentos específicos da sociedade. “Não é possível compreender os pobres sem a engrenagem da dominação dos ricos. E compreender estes é investigar as famílias que concentram poder e riqueza” (Monteiro, 2017, p. 470).

Este contexto de conexão entre as classes empresariais e a esfera política é caracterizado por Monteiro (2017) como uma “empresarização da política”, ou seja, “quando o reino da economia passa a se sobrepor ao reino da política” (Monteiro, 2017, p. 462). Essa interconexão aponta para relações substanciais que desempenham um papel crucial na reprodução das classes sociais. Essa empresarização da política, que sugere uma permeabilidade significativa entre interesses empresariais e decisões políticas, indica que as linhas que separam o setor privado do público são tênues.

Nesse contexto, a influência da classe empresarial na formulação de políticas pode ter implicações profundas na configuração das estruturas sociais, contribuindo para a reprodução de desigualdades e favorecendo determinados segmentos da sociedade em detrimento de outros. Assim, importa salientar que “A lógica do campo político nos regimes competitivos é a marginalização dos grupos subalternos e periféricos, e seu controle ocorre por parte de grupos privilegiados que se auto recrutam” (Marques, 2021, p. 13).

---

<sup>5</sup> Segundo classificação de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

Nesse cenário, compreender essas conexões é essencial para analisar criticamente as dinâmicas políticas contemporâneas, especialmente no que tange à perpetuação de estruturas de classe. A empresarização da política destaca a necessidade de se examinar não apenas a composição das classes sociais, mas também as relações de poder que moldam as decisões políticas e influenciam as trajetórias das classes empresariais, revelando as complexidades da interação entre o econômico e o político na sociedade atual. Isso significa que:

O Estado deixa de ser compreendido em sua versão substancializada, para não dizer apreendido metafisicamente, e passa a ser encarado como uma relação social, com corpo. E, nesse sentido, aqueles que possuem maior *quantum* de capital, tendem a ocupar os principais postos e cargos. São, também, os que ditam, na maioria das vezes, as regras do jogo (Monteiro, 2017, p. 467).

Em resumo, a hereditariedade política é um fenômeno antigo, intrincado e multifacetado que está intrinsecamente ligado a temas mais abrangentes, como os processos de especialização e profissionalização de agentes políticos, bem como a dinâmica de renovação das elites. Ao explorar esse fenômeno sob a ótica de gênero, torna-se imperativo refletir sobre as condições de acesso das mulheres ao cenário político, com ênfase na conjuntura da representação parlamentar. Este estudo busca não apenas contribuir para um entendimento mais aprofundado da hereditariedade política, mas também aprimorar a análise da representatividade feminina na política, promovendo uma visão mais completa e informada das complexas interações entre herança política e participação de gênero na esfera política contemporânea.

O trabalho está organizado em cinco partes. Além desta seção introdutória, a segunda parte, dedica-se a introduzir os principais aspectos teóricos considerados relevantes para a pesquisa. Assim, explora inicialmente, no tópico 2.1, alguns elementos-chave da concepção bourdieusiana sobre a política, destacando conceitos fundamentais como campo, capitais, agentes, lutas e poder, e ressaltando também sua importância na literatura sobre hereditariedade política. Posteriormente, o tópico 2.2 aborda as principais tradições de estudo que analisaram as relações entre família e política, como as concepções da teoria elitista europeia e estadunidense, e suas influências no campo de estudos brasileiro. São colocados também alguns elementos centrais das abordagens da sociologia brasileira das primeiras décadas do século XX, além da perspectiva contemporânea conhecida como sócio-história do político.

Ainda no tópico 2.2, são descritas algumas definições sobre o parentesco político, explorando as diversas abordagens e suas contribuições mais contemporâneas, além disso são

abordados também os mecanismos que possibilitam a hereditariedade política, incluindo processos de socialização, inculcação da vocação política e ações de profissionalização realizadas pelos herdeiros para construir uma carreira política. O tópico 2.3 trabalha alguns elementos relativos à categoria de gênero e sua articulação com o objeto de estudo, ressaltando, sobretudo, o papel das atuais configurações do neoliberalismo e do neoconservadorismo para as mulheres, em sua diversidade. Ademais, são listadas algumas abordagens acerca dos aspectos teóricos relativos à representação política.

A terceira seção do trabalho tem como propósito contextualizar a eleição das deputadas federais analisadas pela pesquisa. Nesse sentido, são destacadas as principais características que marcaram as eleições de 2018, com ênfase na ascensão e proeminência do conservadorismo, além da eleição de um expressivo número de políticos de direita e extrema direita - dentre as quais várias das parlamentares estudadas. Para fundamentar essa contextualização, são apresentados também dados sobre os índices de eleição e de participação de mulheres na política, destacando o notável aumento dessas estatísticas nas eleições de 2018, além do perfil geral da bancada feminina eleita na ocasião.

A quarta seção do trabalho apresenta os principais resultados da pesquisa, fornecendo uma exposição dos dados coletados sobre as deputadas federais em uma perspectiva comparativa, considerando a presença ou ausência de parentesco político entre elas. Esses dados são interpretados à luz dos debates teóricos anteriormente discutidos. Além do mais, são incluídas as declarações para a mídia das próprias deputadas analisadas, ressaltando, assim, os pontos de convergência entre os dados quantitativos e qualitativos coletados pela pesquisa. A quinta e última parte expõe as conclusões da pesquisa, levando em consideração todas as informações e dados empíricos, bem como as discussões teóricas, expostas anteriormente.

## **1.1 Procedimentos metodológicos**

O interesse pelo tema de pesquisa - a hereditariedade política - se deu a partir da trajetória de estudo e pesquisas sobre a temática que resultou nos trabalhos de conclusão de curso (TCC) de Bacharelado em Sociologia, e no trabalho final do Projeto de Iniciação Científica (Pibic), realizados nos últimos anos da graduação na Universidade de Brasília (UnB). O trabalho de conclusão de curso, realizado em 2018, consistiu em uma breve análise dos perfis parlamentares das deputadas federais eleitas para a 55ª Legislatura na Câmara dos Deputados (2015-2019), de forma a comparar os perfis das parlamentares com e sem

ascendentes políticos na família. O trabalho do projeto de iniciação científica realizado em 2019, por outro lado, teve por objetivo analisar comparativamente os perfis dos deputados e deputadas federais (54ª e 55ª Legislaturas) provenientes de famílias políticas. Estas pesquisas constituíram ricas experiências e renderam um grande volume de informações relevantes para reflexão acerca do tema, de forma que o objeto escolhido para a presente dissertação de mestrado também seguiu pela mesma temática.

Diferentemente dos trabalhos anteriores, o atual não se limitou apenas ao mapeamento dos perfis pessoais e profissionais de parlamentares que dispõem de patrimônio político familiar, mas para além disso, buscou compreender os sentidos em torno da representação política das mulheres que usufruem deste tipo de capital político. Para tal, foram adotados procedimentos de caráter quantitativo, como levantamento e esquematização de dados sobre características profissionais, biográficos e de atuação parlamentar acerca das deputadas federais com e sem ascendentes políticos em perspectiva comparada; além de procedimentos de caráter mais qualitativo, a partir do rastreamento de informações em fontes diversas e heterogêneas, da elaboração de árvores genealógicas e fichas biográficas individualizadas para cada parlamentar com parentesco político, além do rastreamento e análise das respectivas falas destas personagens estudadas.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada, inicialmente, sob orientação da profa. Dra. Débora Messenberg, que sugeriu a utilização do banco de dados acerca das deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura, elaborado pela equipe do *Projeto Mulheres Eleitas*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRJ) - cedido pela colega doutoranda Camilla Galetti, que também compõe a equipe do projeto. Este banco contava com um grande volume de informações acerca das parlamentares, e, portanto, constituiu uma rica fonte de pesquisa, e permitiu a esquematização e visualização das informações acerca das deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura. No entanto, como o banco ainda se encontrava em processo de elaboração, carecia de informações necessárias para a delimitação de quais parlamentares dispunham de parentesco político - foco da atual pesquisa. Por esse motivo, optou-se por realizar separadamente um rastreamento mais acurado dos graus de parentesco para assim delimitar quais parlamentares de fato possuem ascendentes políticos na família.

Dessa forma, o banco de dados utilizado para a presente dissertação foi, inicialmente, aquele recomendado pela docente e cedido pela referida colega, ao qual foram inseridos filtros e acrescentadas novas informações coletadas por conta própria de fontes diversas - todas disponíveis publicamente para acesso virtual. A partir dessas fontes diversas, foi

elaborado um banco de dados próprio, que permitiu a criação de outros materiais como fichas biográficas e árvores genealógicas, especificamente sobre as parlamentares que usufruem de parentesco político - tudo isso com a finalidade de esquematizar as informações coletadas, de forma a auxiliar em análises posteriores. Somada a estas, foram coletadas ainda informações sobre a atuação legislativa das parlamentares, bem como seus relatos pessoais para a mídia. A seguir, são detalhados os procedimentos adotados em cada etapa.

A primeira etapa da coleta de dados consistiu em uma pesquisa biográfica e documental envolvendo o grupo, dentre os/as 513 parlamentares, das 77 deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura na Câmara dos Deputados (de 2019 a 2023)<sup>6</sup>, cujo objetivo foi o de rastrear a existência de vínculos com ascendentes políticos na família (familiares por consanguinidade, casamento, ou por “afinidade” que ocupam ou que já ocuparam cargo eletivo no Legislativo ou no Executivo nacional ou regional). Embora o banco de dados do *Projeto Mulheres Eleitas*, citado anteriormente, tenha auxiliado com algumas indicações de parentesco político, este encontrava-se em processo de elaboração, de modo que foi necessária uma pesquisa específica para estas informações.

Para tal, as primeiras informações levantadas, e que constituíram o ponto de partida da pesquisa biográfica, foram os nomes e ocupações de familiares mais próximos das parlamentares (como, por exemplo, de pais, mães, irmãos e cônjuges). Embora alguns dados biográficos mais básicos estejam sintetizados no portal da própria Câmara dos Deputados, em poucos casos, o portal disponibiliza a filiação das/os parlamentares. Dessa forma, para rastrear os vínculos políticos familiares dentro do grupo analisado foi necessária uma busca mais acurada das biografias das parlamentares.

Os dados coletados foram obtidos por meio de fontes diversas, todas exclusivamente públicas e disponíveis para acesso virtual, nas quais buscou-se identificar ascendentes familiares das parlamentares e de seus cônjuges, caso a caso, e suas respectivas ocupações em termos profissionais.

Dessa forma, foram realizadas várias buscas em portais de órgãos públicos, além de portais de memória política, páginas oficiais de partidos políticos e das próprias parlamentares e seus parentes políticos, bem como bibliotecas virtuais. Dentre o grande volume de documentos, foram verificados materiais como notas oficiais de nascimento, batismo, aniversário e falecimento de entes próximos das parlamentares, folhetos de campanhas eleitorais, discursos, declarações e pronunciamentos oficiais e partidários, a fim de encontrar

---

<sup>6</sup> São consideradas apenas deputadas federais efetivamente eleitas, de forma que não foram contabilizadas suplentes, e nem consideradas possíveis saídas do mandato.

evidências de vínculos entre as parlamentares e possíveis ascendentes eleitos/as. Fontes não oficiais como perfis em redes sociais foram analisadas com cautela, considerando apenas perfis verificados pelas respectivas plataformas.

Assim, é necessário destacar que, além do parentesco propriamente biológico - pais, tios/as, irmã/os, avós - o parentesco derivado e desdobrado a partir de casamento ou união estável é de fundamental importância para a pesquisa – sogros/as, cunhados/as, sobrinhos/as, avós e outros parentes do (a) cônjuge -, bem como o parentesco adquirido por compromissos simbólicos: tios (as), primos (as) “por afinidade”, madrinhas e padrinhos de batismo, “primos de primos” e outros. Formalmente, o Código Civil determina que o parentesco deve ser compreendido como natural (genético) ou civil (resultante do casamento ou união estável). Em ambos casos o alcance da parentalidade é limitado: o parentesco natural se estende indefinidamente em linha reta; mas se analisado em linha colateral, este só é considerado formalmente válido até o 4º grau. No segundo caso, o parentesco civil se limita aos ascendentes, descendentes e irmãos (ãs) do (a) companheiro (a) (Brasil, 2002). Essa definição formal é imprescindível especialmente quando consideramos a formação das redes políticas e os limites de quais membros do grupo familiar podem ou não ser indicados para cargos e postos na administração pública - elemento importante para aquisição de capital político. Para o objetivo do estudo, no entanto, é necessária uma definição ampliada de quais são as relações “mobilizáveis” em um grupo familiar, que se estendem para além da definição formal posta pelo Código Civil.

Embora os laços não sejam sempre facilmente rastreáveis, na maior parte dos casos é possível identificar com maior grau de facilidade se o parentesco é consanguíneo ou por casamento (ou uma combinação de ambos, o que é bastante comum). Essa distinção é relevante para os objetivos da pesquisa, porque pode indicar se a parlamentar nasceu e cresceu em uma família de políticos, ou se seu primeiro contato com a política ocorreu a partir do relacionamento com o/a cônjuge ou companheiro/a. Entretanto, é necessário cautela ao fazer vinculações necessárias entre o fato de a parlamentar possuir algum parente político, e esta ser herdeira de uma tradição familiar.

Esta questão é ainda mais importante quando se trata de mulheres [herdeiras de capital político], para quem o fato de ter um parente na política é geralmente considerado prova irrefutável de que elas se beneficiaram do seu apoio para entrar na política (Dutoya, 2017, p. 16).

Existem casos, por exemplo, em que a parlamentar possui ou possuiu anteriormente um relacionamento (namoro, casamento, união estável) com alguém que segue uma carreira



política, mas que não se beneficiou desse vínculo para ingresso na profissão. É o caso da deputada federal Tábata Amaral (PSB-SP), que se relaciona com o prefeito de Recife Henrique Campos (PSB-PE), mas que já estava na carreira política antes do relacionamento; assim como o caso da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), casada com o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) - com quem tem um filho. Ainda que o relacionamento represente uma parceria política com o (a) companheiro (a), o que se busca especificamente é a hereditariedade política apropriada por mulheres, e que incide sobre a entrada na carreira e atuação. Determinar os significados desses relacionamentos, portanto, requer um exame atento às especificidades de cada caso. Os resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa foram necessários para uma delimitação do grupo das parlamentares que constituem o objeto de pesquisa: contabilizadas em 39 deputadas federais que contam com parentesco político. Além disso, os resultados retornaram informações acerca da espécie de parentesco político encontrado (por consanguinidade, por casamento, ou ambos).

Uma vez delimitado o grupo das parlamentares que contam com um parentesco político, o segundo procedimento consistiu na organização dos dados previamente disponíveis, bem como no levantamento de informações específicas acerca do parentesco político do grupo selecionado. Ao banco de dados elaborado anteriormente, foram acrescentados dados acerca das trajetórias de vida e profissionais cujas informações foram retiradas em parte do banco do *Projeto Mulheres Eleitas*, já citado anteriormente, e em parte coletadas por conta própria.

Neste, estão disponíveis dados acerca de todas as 77 parlamentares eleitas para a 56<sup>ª</sup> Legislatura, e que compreendem tanto dados biográficos (como data de nascimento/idade, raça/cor autodeclarada, estado civil), como profissionais (escolaridade, formação acadêmica, profissão declarada) e político-partidários (como partido, estado e região de eleição, posicionamento ideológico, votos recebidos em 2018, quantidade de seguidores no *Instagram* e mandato na casa).

A terceira fase do estudo consistiu no levantamento e tratamento dos dados acerca da produção legislativa das parlamentares, oriundos da própria base da Câmara dos Deputados, disponível para acesso virtual a partir de uma API<sup>7</sup>. Diferentemente das etapas anteriores, esta contou com um auxílio especializado<sup>8</sup> em relação ao levantamento e tratamento dos dados, de

---

<sup>7</sup> API, ou interface de programação de aplicativos, pode ser descrita como uma espécie de “ponte” que comunica diferentes sistemas e que possibilita a transmissão de dados de forma padronizada. A API da Câmara dos Deputados possibilita o acesso a um extenso conjunto de dados que engloba todas as legislaturas, Deputados (as), Partidos, órgãos, blocos, votações, entre outros - o que constitui uma rica fonte de pesquisa.

<sup>8</sup> Um agradecimento especial a André M. Amarante, que gentilmente elaborou o algoritmo de busca e tratamento destes dados, auxiliando imensamente o presente estudo.

forma automatizada. Dessa forma, o acesso à API da Câmara dos Deputados foi realizado utilizando a linguagem de programação *Python 3*, que permitiu a elaboração de um algoritmo especializado<sup>9,10</sup> para a tarefa de levantamento para esta etapa de pesquisa. Foram levantadas, assim, as informações acerca da produção legislativa das 77 deputadas federais eleitas, ao longo do período de vigência da 56ª Legislatura, o que rendeu um grande volume de material. A este material foram aplicados filtros em relação à natureza da produção legislativa, bem como em relação à sua aprovação. Segundo o regimento interno da Casa, “A Câmara dos Deputados exerce a sua função legislativa por via de projeto de lei ordinária ou complementar, de decreto legislativo ou de resolução, além da proposta de emenda à Constituição”<sup>11</sup>, de forma que foram consideradas estas as proposições a serem estudadas. Desse modo, foram elaboradas tabelas em formato de planilhas com o quantitativo da produção parlamentar por temáticas, de forma comparada entre as parlamentares com e sem parentesco político - o que permitiu verificar como se dá a atuação política destas.

Além da concentração da produção parlamentar segundo temas, outra informação levantada para averiguar a atuação legislativa das deputadas foi o pertencimento destas mesmas às bancadas informais. Para tal, foram listadas as parlamentares classificadas<sup>12</sup> como pertencentes às principais bancadas informais, para uma posterior contabilização em tabelas.

A quarta e última etapa do estudo consistiu em uma pesquisa de caráter mais qualitativo, com o intuito de verificar, dentre as deputadas federais que contam com um parentesco político, as formas pelas quais estas mesmas se apresentam à mídia. O objetivo deste procedimento foi considerar como material de análise não só os dados oriundos de bases quantitativas, mas também a perspectiva apresentada pelas personagens em estudo, observando as maneiras pelas quais, ao se expressarem publicamente, elas mobilizam sua própria hereditariedade política em busca de benefícios de diversas ordens e como se posicionam politicamente, isso porque as falas das deputadas constituem um instrumento significativo para interpretar os dados quantitativos. As referências ao histórico familiar, por exemplo, indicam escolhas específicas e intencionais sobre o que comunicar ao público.

---

<sup>9</sup> Um algoritmo pode ser descrito brevemente como uma sequência de instruções lógicas desenvolvidas para realizar determinada tarefa. Para a presente pesquisa, o algoritmo desenvolvido consistiu - em resumo - em uma busca pelo nome e número de identificação (ID) de cada parlamentar, número de identificação (ID) das proposições e respectivos temas, aplicação dos filtros quanto à natureza da produção e condição de aprovação, e posteriormente contabilização e esquematização de todas as informações em planilhas.

<sup>10</sup> Disponível para acesso na plataforma de compartilhamento de código *GitHub*.

<sup>11</sup> Art. 108 do RICD. BRASIL. **Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989**. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023.

<sup>12</sup> DIAP (2019).

Isso demonstra o que é considerado relevante para compartilhar com o público em relação à origem social e ambições na política, revelando assim uma identidade específica e um domínio prático da comunicação pública. Além disso, ao fazer alusões a eventos passados e fatos conhecidos, ativam também uma memória coletiva, situando a família como protagonista de ações passadas. Esses elementos são frequentemente utilizados estrategicamente para se diferenciar politicamente das concorrentes. Como resultado, as entrevistas foram minuciosamente examinadas para identificar padrões dentro do grupo observado.

Ademais, o método utilizado nesta etapa se baseou na análise de discurso, para tentar compreender os sentidos em torno dos discursos nas falas, de forma a compreender como elas mobilizam sua herança política nas entrevistas e que sentidos sua representação política pode assumir dentro do contexto em estudo.

Partindo do princípio que a AD [análise de discurso] trabalha com o sentido, sendo o discurso heterogêneo marcado pela história e ideologia, a AD entende que não irá descobrir nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou uma [releitura]; outro aspecto a ressaltar é que a AD mostra como o discurso funciona não tendo a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento (Caregnato; Mutti, 2006, p. 681).

A plataforma de conteúdos utilizada para a busca de entrevistas foi o *YouTube*, por se tratar de um canal de fácil acesso, com registro de armazenamento referente ao período investigado e de ampla abrangência ao público, seguindo os seguintes critérios de padronização e filtro do material aí disponível:

- a) todas as buscas foram realizadas utilizando as palavras-chave “entrevista + [nome da deputada]”;
- b) a todas as buscas foram aplicadas o filtro de duração “20 minutos ou mais”<sup>13</sup>;
- c) a todas as buscas foram aplicadas a classificação segundo data de envio<sup>14</sup>;
- d) o período de seleção dos conteúdos deveria corresponder ao período de vigência da 56<sup>o</sup> Legislatura na CD (1<sup>o</sup> de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2023).

---

<sup>13</sup> Este filtro foi aplicado com o objetivo de identificar o grande volume de vídeos que não era relevante para os objetivos da pesquisa, e assim selecionar aqueles conteúdos que de fato fossem entrevistas.

<sup>14</sup> Isto porque os critérios de relevância da classificação dos vídeos mostrados nas buscas da plataforma seguem lógicas colocadas por algoritmos próprios, o que não seria adequado para os objetivos da pesquisa.

Além disso, a escolha das deputadas a serem consideradas para a pesquisa levou em consideração a proporção da diversidade ideológica<sup>15</sup>, a proporção das regiões de eleição<sup>16</sup>, e as trajetórias pessoais/profissionais das próprias parlamentares. As entrevistas consideradas mais relevantes a partir dos critérios colocados (data de envio, duração, pertinência dos temas tratados) foram degravadas e analisadas na busca por correspondências entre estas e os dados anteriormente coletados.

---

<sup>15</sup> Dentre as 39 parlamentares que entraram pela via do capital familiar, 3 são de extrema-direita (7,7% em relação ao total destas mesmas), 25 são de direita (64,1%), 4 são de centro-direita (10,3%), 1 é de centro (2,6%), 2 são de centro-esquerda (5,1%) e 4 são de esquerda (10,3%). Nos partidos classificados como extrema-esquerda, não há nenhuma parlamentar com parentesco político.

<sup>16</sup> Dentre as 39 parlamentares que entraram pela via do capital familiar, 13 foram eleitas por estados da região Norte (33% em relação ao total destas mesmas), 8 foram eleitas por estados do Nordeste (20,5%), 6 eleitas por estados do Centro-Oeste (15%), 9 pelo Sudeste (23%), e 3 pelo Sul (7%);

## 2 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICOS

Nas seguintes seções, são listadas as principais escolhas teóricas consideradas relevantes para a pesquisa que fundamentou a dissertação. Assim, são delineados inicialmente - no tópico “Campo político, forças, lutas e capitais” - alguns dos elementos-chave da concepção bourdieusiana sobre a política e as relações que ocorrem nesse âmbito, ressaltando a importância desta perspectiva tão utilizada pela literatura acerca da hereditariedade política. São apresentados os conceitos fundamentais colocados pelo sociólogo francês como campo, capitais, agentes, lutas e poder, bem como algumas de suas contribuições específicas para o campo de estudos referente ao objeto em questão.

Dentro do seguinte tópico - “hereditariedade política” - o subtópico “tradições de estudo” descreve, de forma abrangente, as principais tradições de estudo que se debruçaram sobre as relações entre família e política. Este aborda, portanto, as concepções fundamentais da teoria elitista no âmbito europeu e estadunidense, e suas influências sobre o campo de estudos brasileiro. Ademais, descreve alguns elementos centrais das abordagens adotadas pela sociologia brasileira nas primeiras décadas do século XX. Por último, examina as características gerais de uma perspectiva mais contemporânea, conhecida como sócio-história do político, destacando suas contribuições para o campo. A seguir, o subtópico “conceitualização e construção do objeto”, delinea algumas definições acerca do parentesco político. Posteriormente, aborda como a multiplicidade de abordagens sobre o tema impactam na construção da hereditariedade política enquanto objeto de estudo científico, destacando as principais contribuições de trabalhos mais contemporâneos. No subtópico “transmissão do capital político”, são descritos os mecanismos que tornam a hereditariedade política e a transmissão de um patrimônio familiar possíveis, destacando os processos de socialização e inculcação da vocação política, mas também as ações de profissionalização que o (a) próprio (a) herdeiro (a) precisa realizar para construir uma carreira política. Os conceitos são abordados ainda à luz de uma perspectiva de gênero e interseccional, situando-os também em relação aos debates sobre representação política.

### 2.1 Campo político, lutas, forças e capitais

A hereditariedade política, objeto de estudos que vem ganhando destaque no campo das Ciências Sociais, foi amplamente analisada à luz dos fundamentos teóricos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente a partir de sua abordagem sobre o campo político.

Nesta seção, são apresentadas, em linhas gerais, alguns dos conceitos-chave desenvolvidos por este autor, tais como campo político, lutas, forças e capitais, destacando suas contribuições fundamentais para os estudos sobre as relações entre família e parentesco.

Assim, grande parcela da literatura sobre hereditariedade política, sobretudo oriunda da França e do Brasil, parte da perspectiva bourdieusiana sobre a constituição e o funcionamento do campo político e de seus agentes. Isso se deve ao fato de que a teoria lançada pelo sociólogo francês se distancia de perspectivas mais generalizantes, como por exemplo as teorias das elites de Pareto e de Mosca<sup>17</sup>, e considera em sua análise diferentes forças de exclusão que atuam sobre diferentes grupos sociais. Dessa forma, as desigualdades não são interpretadas como intrínsecas às sociedades ou às pessoas, mas sim fruto de determinados arranjos de poder estabelecidos historicamente e socialmente, o que auxilia na compreensão de como determinados grupos - como as famílias, por exemplo, - são bem-sucedidas em se manterem no poder.

Toda análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os ‘agentes politicamente ativos’ e os ‘agentes politicamente passivos’ e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital (Bourdieu, 1988, p. 163).

A noção de campo político, segundo Bourdieu (2011, p. 194), permite construir de maneira rigorosa a realidade do jogo político, e compará-la com outros campos, como o religioso, o artístico, entre outros. Ademais, auxilia na compreensão de que este espaço, para além da aparente homogeneidade percebida pelo senso comum, possui um complexo conjunto de estruturas de seleção e exclusão - operando muito antes das eleições propriamente ditas - e que delimitam determinadas condições sociais e individuais como favoráveis ou desfavoráveis para ingresso e atuação neste mesmo. “O mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem” (Bourdieu, 1989, p. 166).

Segundo a definição do autor, em “O poder simbólico”, “O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (Bourdieu 1988, p. 163). Nesta obra, o sociólogo descreve o campo a partir de uma analogia ao mercado, onde cidadãos comuns - os “profanos” - seriam consumidores, ao passo que os agentes políticos - aqueles capazes de produzir efeitos no campo - seriam os produtores. Isso

---

<sup>17</sup> Em linhas gerais, teorias baseadas no pressuposto de que todas as sociedades obedecem a um princípio de poder baseado em uma minoria dominante que detém o poder, sustentada sobre uma maioria dominada. Para mais detalhes ver Bobbio (1998, p. 391).

ocorre, segundo essa perspectiva, porque os meios de acesso à representação política não são igualmente distribuídos, de forma que as lutas para os conquistar são travadas entre pessoas em condições de desigualdade, que, a depender da efetividade dos seus recursos e competências (materiais e simbólicos), podem ser bem ou mal sucedidas no ingresso e permanência a este espaço.

Ainda de acordo com esta mesma analogia, os produtos oferecidos por este “mercado” - os instrumentos de percepção e expressão do mundo social - estariam sujeitos a uma luta entre agentes pelo monopólio da expressão legítima na arena política. O que significa dizer que os objetos em disputa nesta luta seriam os princípios de divisão do mundo (incluindo-se aí a distribuição de poder e recursos), além do poder sobre os instrumentos necessários (a partir do controle do aparato estatal) para conservação ou transformação deste mesmo (Bourdieu, 1989, 1998). “A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideia absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização” (Bourdieu, 2011, p. 203). Nesse sentido, aqueles grupos sociais que dispõem de representantes com força de mobilização possuem, conseqüentemente, maior capacidade de expressar seus interesses, ao passo que grupos sem expressão têm suas demandas invisibilizadas. Dessa forma, as lógicas de funcionamento do próprio campo limitam aquilo que é (ou não) politicamente “pensável”, e que será posto em pauta (Bourdieu, 1989, p. 164).

Em momento posterior, já no ano de 1999, Bourdieu inicia sua fala em uma conferência na Universidade de Lyon (França) definindo o campo político como um microcosmo, “um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social” (Bourdieu, 2011[1999], p. 195). Trata-se, segundo sua fala, de um espaço que possui seus próprios princípios de funcionamento e critérios de validação, bem conhecidos somente para aqueles que possuem as condições sociais de acesso e as competências necessárias para ingresso e permanência. É nesse sentido que, assim como o campo religioso, o campo político é caracterizado por separar as pessoas entre aquelas que pertencem ou não a esse mesmo: os iniciados - ou “profissionais” - são aqueles que tiveram sucesso em ingressar, e que gozam de reconhecimento enquanto agentes legítimos desse espaço; em oposição aos “profanos”, que frequentemente pouco conhecem de seus princípios de funcionamento, e que individualmente têm pouco ou nenhum poder relevante sobre este âmbito.

Essa perspectiva não pressupõe que cada pessoa pertencerá única e exclusivamente a um único campo, mas sim, que cada campo existente na sociedade é composto por seus respectivos agentes - aqueles capazes ou não de produzir efeitos sobre esse mesmo.

Na concepção do sociólogo francês (1988, 1989, 2011), quanto mais o campo político ganha autonomia em relação à sociedade, mais se afasta do público “profano” ou leigo, de forma que a atividade política se profissionaliza e passa a ser monopólio dos agentes, aqueles considerados como “profissionais” deste âmbito. Como dito anteriormente, os meios de acesso e as competências necessárias para que uma pessoa se torne agente do campo político não são igualmente distribuídas, o que gera uma separação entre “os profissionais” e os cidadãos comuns. Isso porque o acesso a estes frequentemente exige um contexto favorável e uma preparação especial da pessoa que tenha a pretensão de adentrar a este meio e tornar-se um agente. As condições mais básicas desta preparação são o usufruto de tempo livre, um certo grau de excedente econômico e a educação (Bourdieu, 1988, 1989, 2011). Mas, além destas, são necessárias também competências específicas e intrínsecas ao jogo, a ver, como agir ou não agir em determinadas situações, como se posicionar quanto a diferentes temas, como dialogar com aliados ou com oponentes políticos, entre diversas outras habilidades necessárias ao ofício.

Além do mais, estas habilidades dependem sobretudo da assimilação de um senso prático (Bourdieu, 1988, 1989, 2011), ao ponto de serem identificadas pelos próprios agentes como “naturais”, ou “óbvias” dentro daquele contexto. No entanto, “nada é menos natural do que o modo de pensamento e ação que é exigido para a participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial” (Bourdieu, 1988, p. 169).

Dessa maneira, este senso prático depende de um processo de socialização e aprendizagem, mediado frequentemente por políticos mais experientes em relação aos(as) mais jovens. Destaca-se também, neste contexto, que aqueles que ingressam ao campo político enquanto agentes, passam por um processo de *conversão* (Bourdieu, 2011, p. 195), uma espécie de *iniciação* (Bourdieu, 1988, p. 169) com seus ritos de passagem específicos - como a investidura no cargo após a eleição, por exemplo - que têm por objetivo a assimilação deste domínio prático da ação política.

Ao agir politicamente, o agente está sujeito ao conjunto de regras e sanções, sobretudo de agentes mais poderosos ou mais experientes, de forma que sua liberdade de ação é limitada. Uma vez que se trata de um espaço altamente competitivo e excludente, a não adesão às regras provavelmente implicará em uma exclusão. “Com bons sentimentos, faz-se má política. É preciso aprender a usar de evasivas ou subterfúgios, aprender os artifícios, as relações de forças, como tratar os adversários. E essa cultura deve ser dominada de forma prática” (Bourdieu, 2011, p. 200).



A forma mais erudita dessa cultura, segundo Bourdieu (2011), é o direito constitucional, pois é composto por um conjunto de conhecimentos sem os quais o (a) agente poderia ser excluído de diversos debates. Outras áreas como a Ciência Política e a Administração também são citadas pelo autor (1988) como formas de racionalização das competências de um (a) agente político.

A conduta dos agentes, portanto, é definida em grande medida pelo senso prático exigido pelo campo, segundo uma perspectiva bourdieusana. Um elemento fundamental dentro deste senso prático é a capacidade de discernimento das estruturas de poder e autoridade existentes entre os próprios agentes políticos que se relacionam (seja por aliança, seja por rivalidade) neste âmbito. “Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais” (Bourdieu, 2011, p. 204).

Como dito alhures, cada campo possui sua própria lógica de funcionamento e norma, é composto de relações de força e hierarquia específicas. A força de um agente no caso do campo político, por sua vez, se relaciona fundamentalmente com sua “força de elocução” (Bourdieu, 1988, p. 187), ou seja, a capacidade de convencimento e mobilização, sustentada tanto no reconhecimento e na crença de terceiros, quanto no acesso aos meios para fazer valer o que é falado. “Em política, ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social” (Bourdieu, 1988, p. 185). Essa força política constitui a espécie de poder própria ao meio, sendo definida por Bourdieu como capital político.

Segundo o sociólogo francês, “cada espécie particular de capital está ligada a um campo, e tem os mesmos limites de validade e eficácia que o campo no interior do qual tem curso” (Bourdieu, 1988, p. 203). O capital particular ao campo político, nesse sentido, pode ser definido como um atributo simbólico que confere força e autoridade aos agentes neste âmbito, não sendo necessariamente eficaz em outros. Além disso, justamente por ser um atributo simbólico, este depende essencialmente do reconhecimento de terceiros: “O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável” (Bourdieu, 2011, p. 204).

Em “O poder simbólico”, Bourdieu subdivide as espécies de capital político em três principais: 1. capital pessoal de notoriedade e popularidade; 2. capital heroico ou profético; e 3. o capital delegado da autoridade política (Bourdieu, 1988, p. 190). O primeiro subtipo é

firmado no fato de ser conhecido e reconhecido como detentor de determinadas qualificações que geram uma boa reputação.

Além disso, é frequentemente proveniente da reconversão lenta e gradual da notoriedade acumulada em outros domínios, como em profissões liberais (Bourdieu, 1988, p. 191). Diferentemente deste primeiro tipo, o segundo “é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições” (Bourdieu, 1988, p. 191). Nestes dois casos, trata-se de capitais pessoais e que desaparecem com a pessoa, “embora possa originar querelas de herança”, acrescenta o autor. O terceiro tipo, por outro lado, advém da “transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela” (Bourdieu, 1988, p. 191).

Dentre os três tipos listados, o capital delegado é descrito como aquele que possui a singularidade de ser transferido da instituição para a pessoa em um ato ritualístico de investidura, que constitui uma espécie de rito de iniciação. As instituições capazes de delegar capital político, segundo esta perspectiva, são aquelas que dispõem de um “aparelho de mobilização”, caracterizadas pela presença tanto pelas estruturas objetivas (como a burocracia e os postos na instituição), quanto por atitudes (como fidelidade, princípios compartilhados e ações dos membros). A principal fonte de capital político dos agentes deste campo, segundo Bourdieu (2011), é o partido político: instituição capaz de transmitir uma parcela de sua reputação e notoriedade a seus filiados, de forma que quanto maior o peso do partido, maior será o grau de capital detido por seus filiados no campo.

Em resumo, a instituição investe àqueles que *investiram* na instituição: o investimento consiste não só em serviços prestados [...] mas também em investimentos psicológicos que fazem com que a exclusão, como retirar o capital de autoridade da instituição, assuma frequentemente a forma de uma *falência*, de uma *bancarrota* ao mesmo tempo social e psicológica (Bourdieu, 1988, p. 192).

Sintetizando em linhas gerais o que foi exposto até este ponto, o campo político segundo uma perspectiva bourdieusiana pode ser descrito como o espaço de realização da atividade política, que se constitui de forma relativamente autônoma em relação a outras esferas do mundo - já que constitui-se como espaço, em certa medida, com regras e dinâmicas próprias, distanciadas de outras articulações sociais. Trata-se de um campo de difícil acesso e que possui lógicas de funcionamento particulares, frequentemente incompreensíveis para aqueles que não pertencem a este mesmo. Estas lógicas de funcionamento constituem regras tácitas internalizadas pelas pessoas que foram bem-sucedidas em ingressar e defender seus

interesses e sua visão (e divisão) de mundo neste meio - os agentes políticos - até porque o não cumprimento implicaria em uma exclusão. A força desses agentes pode ser descrita como sua capacidade de articulação e mobilização, o que depende fundamentalmente do volume de capital político que estes mesmos dispõem, ainda que tal capital seja recebido de regras e dinâmicas da esfera doméstica e familiar, conforme esta dissertação explicita.

No âmbito dos estudos sobre a hereditariedade política, a teoria bourdieusiana é amplamente utilizada por diversos estudos para descrever as maneiras pelas quais determinados grupos sociais conseguem alcançar se manter no poder, às vezes, ao longo de várias gerações. Como afirmado anteriormente, essa perspectiva se afasta de concepções mais generalistas ou idealizadas do mundo político e expõe que o poder frequentemente se configura muito antes das campanhas políticas e processos eleitorais. É a partir desses pressupostos, portanto, que a seção seguinte expõe, em linhas gerais, os principais elementos teóricos e empíricos apresentados pela literatura pertinente. Os conceitos são abordados ainda à luz de uma perspectiva de gênero e interseccional, situando-os também em relação aos debates sobre representação política.

## **2.2 Hereditariedade política**

### **2.2.1 Tradições de estudo**

Esta seção descreve, de forma abrangente, as principais tradições de estudo que se debruçaram sobre o fenômeno da hereditariedade política e das interações entre família e política. Inicialmente, são abordadas as concepções fundamentais da teoria elitista em seu contexto global, destacando seu impacto no cenário acadêmico dos Estados Unidos. Em seguida, são exploradas algumas das contribuições específicas dessa teoria para as ciências sociais brasileiras. Posteriormente, são descritos alguns elementos na análise das abordagens adotadas pela sociologia brasileira nas primeiras décadas do século XX para compreender a complexa relação entre família e política. Por último, são examinadas as características gerais de uma perspectiva mais contemporânea, conhecida como sócio-história do político, que se destaca por oferecer avanços significativos ao campo ao promover uma compreensão mais contextualizada das dinâmicas sociais entrelaçadas ao fenômeno em questão.

Embora o fenômeno do parentesco político seja amplamente observado e discutido, não existem definições ou conceitos consolidados, uma vez que as interpretações sobre a relação entre família e política são múltiplas. Mesmo no âmbito acadêmico, o tema foi

abordado por intelectuais de diversas tradições, tanto no Brasil quanto em outros lugares, sem, no entanto, ser consolidado em um único campo de pesquisa ou restrito a uma única disciplina. A complexidade desse fenômeno reflete a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas adotadas por estudiosos que exploram essa interseção entre família e política. Por esse motivo, a ausência de uma definição unificada destaca a natureza multifacetada desse fenômeno e de sua manifestação em contextos sociais e políticos diversos, além do que também sugere que o fenômeno constitui um objeto em constante reformulação, sujeito a interpretações em mudança e novas abordagens de pesquisa.

Dentre as tradições de estudos que procuraram analisar o fenômeno, destaca-se a tradição elitista, cujo pressuposto central se baseava na afirmação de que, em todas as sociedades, sem exceção, o poder se concentra nas mãos de uma minoria de pessoas, em contraposição a uma maioria que é total ou parcialmente destituída de poder. Essa abordagem associada à teoria das elites, enfatiza a existência de uma elite governante que exerce influência significativa sobre os processos políticos e toma decisões cruciais. No contexto das análises sobre a hereditariedade política, isso pode se traduzir na observação de que a transmissão e concentração de poder político dentro de determinadas famílias ou linhagens, cria uma dinâmica em que o acesso ao poder é perpetuado de forma hereditária.

Nos Estados Unidos, a teoria elitista ganhou destaque principalmente a partir da década de 1930, após a publicação de obras traduzidas dos precursores europeus da teoria, como Pareto e Mosca. Intelectuais americanos, influenciados pela tradição elitista europeia, buscaram compreender os processos de mobilização política, considerando a elite como um ator político fundamental na propagação de ideias e crenças políticas, uma vez que era esta que detinha maior prestígio, distinção social e controle do aparato estatal. Essencialmente, a teoria elitista nos Estados Unidos sustentava a compreensão de que as relações entre pessoas e grupos são intrinsecamente desiguais, especialmente porque as modalidades de poder, especialmente o poder político, se concentravam nas mãos de pequenos grupos - a elite. Esta elite conseguia manter-se no poder, investindo em uma solidariedade comum entre seus membros, enquanto a massa, seu polo oposto numericamente maior, carecia de força e organização (Bobbio, 1998, p. 391). Essa visão permeou a análise política nos Estados Unidos, influenciando a compreensão das dinâmicas de poder e da distribuição desigual de recursos políticos na sociedade.

Essa tradição de estudos, caracterizada por uma valorização da análise dos mecanismos institucionais de seleção de políticos e das exigências profissionais da profissão política, foi incorporada ao campo da ciência política brasileira na forma de uma ênfase nas

instituições, procedimentos e regras institucionais (Reis; Grill, 2017, p. 139). Essa influência da abordagem norte-americana destaca a transferência de ideias e abordagens acadêmicas, demonstrando como as teorias políticas desenvolvidas em um contexto podem ser aplicadas e adaptadas em outro.

Ademais, a ênfase nas instituições como um meio de entender o funcionamento do sistema político brasileiro, observada em trabalhos no âmbito das Ciências Sociais, reflete a herança da tradição elitista estadunidense, destacando a importância da análise institucional na compreensão da política e do poder no Brasil.

No Brasil, intelectuais de diversas tradições acadêmicas que escreveram nas primeiras décadas do século XX dedicaram esforços para pensar a relação entre família e política, destacando a centralidade desta primeira na formação social brasileira. Esses pensadores buscaram compreender como as estruturas familiares influenciavam e eram influenciadas pelos processos políticos e sociais em desenvolvimento no país. Seja pela análise da Casa Grande como precursora da sociedade brasileira (Freyre, 2006), da força patriarcal como organizadora dos núcleos rurais (Holanda, 2004), ou ainda da família colonial como base da família moderna (Cândido, 1951) uma temática frequentemente trabalhada neste período foi a do papel da família colonizadora sobre as configurações étnicas, culturais e políticas da sociedade brasileira. Dentre os pontos em comum em diversas obras deste período, destacam-se os apontamentos ao caráter patriarcal e patrimonial do poder, a indefinição dos limites entre esferas pública e privada, o papel da “mestiçagem” na composição cultural e étnica, entre outros.

Ressalte-se que o tipo de organização familiar que maior parte dessa literatura da primeira metade do século XX trata é a branca e patriarcal e que compunha a elite dominante, considerada frequentemente por estes intelectuais como unidade fundadora da sociedade brasileira. Trata-se de uma forma de organização integrada por pessoas que representavam uma ínfima parcela da população, e que justamente por integrar a classe dominante, ganhou protagonismo nos livros de história e sociologia brasileira, ao menos em sua maior parte. Essa configuração familiar comumente mencionada em várias obras do período era caracterizada como aquela que organiza de múltiplos aspectos da vida, centralizada em seus próprios interesses e avessa aos ideais liberais, representando assim, o arcaísmo e a incompatibilidade com o processo de modernização. “A família patriarcal era uma forma de poder que criou uma pequena bolha que protegia seu autoperpetuar, a grande propriedade e seus privilégios dentro do aparelho do Estado” (Oliveira, 2018, p. 33).

Esta faz referência a um processo de modernização prejudicado pela organização patriarcal do poder, ponto frequentemente colocado dentro desta literatura, serviu como fio condutor de diversas obras que tratavam da relação entre família e política.

Oliveira Vianna descreve, por exemplo, que as figuras proeminentes da história brasileira que detinham considerável influência e poder político eram sempre descritas como líderes de clãs organizados em grupos formados por laços de solidariedade familiar e alianças, unidos por uma espécie de “espírito do clã” (Vianna, 2005, p. 209). Esse mecanismo de coesão - e coerção - social, fundamentado em relações familiares e observado sobretudo em contextos rurais, não surgiu, segundo esta linha de raciocínio, de forma espontânea no território brasileiro. Pelo contrário, foi caracterizado como consequência de uma herança ibérica trazida pelo colonizador português e incorporada às instituições e práticas brasileiras.

Essa abordagem que se baseia na oposição “arcaico *versus* moderno” trouxe contribuições significativas e influenciou os debates subsequentes. A duradoura relevância desses autores é evidenciada pelo fato de estes serem amplamente lidos e citados na academia e em discussões sobre a sociedade brasileira. Suas interpretações moldaram a compreensão histórica e sociológica do país, lançando as bases para a reflexão crítica sobre a interseção entre família, política e mudanças sociais. Entretanto, mais recentemente, essa perspectiva tem sido alvo de críticas por parte de autores mais contemporâneos, baseadas essencialmente no destaque da simplificação excessiva da dicotomia entre arcaísmo e modernidade, bem como no argumento de que essa abordagem pode negligenciar a complexidade das dinâmicas sociais e políticas brasileiras, além de perpetuar estereótipos culturais. Segundo Canêdo (1994), embora a abordagem dos sociólogos do início do século XX tenha sido relevante para o campo, esta dicotomia acabou escondendo a falta de reflexões mais aprofundadas sobre o fenômeno da transmissão familiar de poder.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir dos anos 1940, as reflexões sobre famílias políticas perderam destaque para uma nova tradição de estudos voltada para os partidos políticos. Nesse período, o partido político passou a ser o principal instrumento de análise política, em contraste com as análises centradas na família política, que anteriormente ocupavam um papel proeminente. Houve uma mudança de foco, onde o partido político não era mais apenas o objeto de estudo, mas tornou-se o instrumento central de análise (Canêdo, 1994). Essa transição refletiu a necessidade, para os acadêmicos brasileiros, de pensar a inserção do Brasil na modernidade, afastando-se das reflexões sobre suas supostas raízes arcaicas. O contexto internacional, especialmente a experiência europeia, influenciou essa mudança de paradigma na análise política, levando os estudiosos brasileiros a se

concentrarem nos partidos políticos como elementos-chave para compreender a dinâmica política e social.

Destaca-se ainda a tradição de estudos conhecida como sócio-história do político, que teve sua origem na França na década de 1980. Essa abordagem se concentra nas condicionantes sociais e históricas dos fenômenos políticos, buscando compreender as interações complexas entre o contexto social, as estruturas históricas e as práticas políticas. Ao adotar uma perspectiva sócio-histórica, os trabalhos inseridos nesta perspectiva buscam analisar como as dimensões sociais e históricas influenciam e moldam as dinâmicas sociais e políticas. Isso implica considerar não apenas as instituições políticas formais e regras estabelecidas, mas também as práticas cotidianas, as relações sociais e as mudanças ao longo do tempo. Como coloca Canêdo (1997, p. 8), trata-se de “trabalhar empiricamente sobre o político, no sentido maior do termo, com base em um material histórico informado pelas problemáticas e pelos métodos das ciências sociais”. Essa abordagem mais contemporânea representa uma mudança de paradigma na compreensão das complexidades políticas, buscando ir além das análises estritamente institucionais para incorporar uma visão mais ampla e contextualizada dos fenômenos políticos.

Em síntese, as diferentes tradições de estudo sobre as relações entre família e política revela uma multiplicidade de abordagens desse fenômeno ao longo do tempo. A tradição elitista, destacando a concentração de poder em uma minoria, transcendeu fronteiras entre países e influenciou o pensamento acadêmico brasileiro, moldando a análise das instituições políticas. As interpretações sociológicas brasileiras do início do século XX, ancoradas na dicotomia arcaico-moderno, ofereceram importantes *insights* sobre a influência da família na estrutura de poder, embora essa perspectiva tenha sido posteriormente criticada por sua simplificação excessiva. A transição para uma abordagem sócio-histórica do político trouxe avanços ao campo, ao enfatizar a contextualização das dinâmicas sociais e políticas. Assim, a transformação nas formas de se apreender o objeto de estudo reflete a constante busca por compreender as interseções complexas entre família e política.

### 2.2.2 Conceituação e construção do objeto

A hereditariedade na política, como apontam Brossier e Dorronsoro (2017, p. 7), constitui um objeto de estudo “áspero” para se trabalhar cientificamente. Essa complexidade não reside apenas no parentesco em si mesmo, mas nas problemáticas que cercam a transmissão de poder dentro de uma mesma família. Além disso, o estudo desse fenômeno

impõe ao pesquisador a necessidade de lidar com uma multiplicidade de abordagens distintas. Essa complexidade decorre do fato de que, embora seja facilmente identificável, a hereditariedade política nem sempre é facilmente compreensível, dada a variedade de significados que pode assumir.

Além disso, na literatura, não existem conceitos claros ou bem definidos sobre os atributos que envolvem a relação entre família e política, tornando a análise desse fenômeno um desafio constante para os (as) pesquisadores (as). A falta de definições consolidadas levanta a necessidade de uma abordagem multifacetada ao explorar a interseção entre hereditariedade política e dinâmicas familiares na esfera política.

Em linhas gerais, a hereditariedade política se caracteriza pelo conjunto de condições que favorecem a transmissão de um patrimônio político dentro de uma mesma família ou grupo com ligações sociais, facilitando uma eleição bem-sucedida desses membros. Essas condições propícias originam-se das relações entre os membros da família, entre si, e do contato estabelecido com as redes associadas a ela. Essas relações abrangem, ao longo do tempo, trocas materiais e simbólicas que têm como efeito uma socialização diferenciada das pessoas que pertencem ao grupo familiar, implicando em aprendizagem de saberes, códigos e habilidades distintas das demais pessoas. Ademais, o fato de estas relações ocorrerem ao longo do tempo denota uma natureza processual do fenômeno, de forma que diferentes momentos da história de um grupo podem ter significados distintos.

Nessa linha de raciocínio, o patrimônio político a ser transmitido pode ser descrito como “o conjunto da reputação coletiva e das bases de fidelidade acumuladas pelo grupo familiar” (Grill, 2004, p. 166). Isso abrange não apenas uma socialização para a política, mas também o legado de respeitabilidade e boa reputação que é transmitido, uma vez que um (a) herdeiro (a) tem maiores chances de se beneficiar da rede de relacionamentos que sua família desenvolveu ao longo das gerações no território de origem (Marneur, 2017, p. 49).

Este patrimônio político, denominado também como herança política, é interpretado frequentemente à luz da perspectiva bourdieusiana, a partir de uma compreensão de que o capital pode significar recursos tanto econômicos quanto simbólicos, assumindo diferentes formas a depender da situação, e que servem como elemento de distinção social dentro de seu respectivo campo. “O vínculo de parentesco atua tanto como uma fonte de crédito de notoriedade pessoal quanto como um processo de investidura na instituição familiar” (Grill, 2004, p. 160). Essa forma de notoriedade,

Trata-se de um capital porque fornece ao seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor



(seu sobrenome), uma visibilidade derivada do parente mais importante e, em especial, cabos eleitorais e dirigentes partidários a financiadores de campanha e jornalistas, que podem favorecer sua própria carreira (Miguel; Marques; Machado, 2015, p. 721).

O fato de certas famílias conseguirem manter-se em postos de poder por longos períodos, por vezes ao longo de várias gerações, sugere a existência de processos de reprodução social voltados à permanência do grupo familiar. É em parte por esse motivo que a hereditariedade política é descrita frequentemente através do conceito de “duração em política” (Canêdo, 1994). Esse termo enfatiza não apenas a participação, mas a continuidade e a persistência do envolvimento político de um grupo familiar ao longo do tempo, destacando a capacidade de certas famílias de perpetuar sua presença e influência no cenário político por várias gerações. Além disso, alguns autores fazem a diferenciação entre a hereditariedade política - referente à socialização e transmissão política, como colocado anteriormente - de hereditariedade eletiva, para referir-se à transmissão de postos herdados diretamente, em contextos mais antigos (Marneur, 2017; Canêdo, 2002).

Em resumo, não há um entendimento único sobre o fenômeno, muito menos uma sistematização dos conceitos relacionados em uma única perspectiva. Para finalidade da pesquisa desta dissertação, os conceitos colocados pela literatura que possuem sentido semelhante (como hereditariedade e parentesco; ou patrimônio e herança) foram utilizados como sinônimos, uma vez que o foco do trabalho foi mais empírico do que teórico. Um ponto de maior relevância, neste âmbito, decorre das diversas formas pelas quais o fenômeno pode ser construído enquanto objeto científico. De todo modo, em estudos futuros, essas nuances precisam ser melhor discutidas.

Como descrito na seção anterior, as relações entre a família e a política foram trabalhadas, academicamente, em diversas perspectivas, o que trouxe importantes contribuições para o campo. Perspectivas mais contemporâneas, no entanto, questionam a construção de um objeto de pesquisa na perspectiva de lhe atribuir características intrínsecas ou regularidades históricas. Isso porque, no âmbito das Ciências Sociais, a construção desse objeto por muito tempo se limitou à conclusão de que este era um fato arcaico e superado, e restrito a poucos contextos locais.

De fato, a transmissão familiar na política constitui um fenômeno que remete a diversas problemáticas de fundo, como por exemplo às questões da renovação das elites e da concentração do poder, das desigualdades de acesso à política formal, e, conseqüentemente, de representação política. O fenômeno do parentesco político gera suspeita, portanto, porque vai contra o senso democrático comum, baseado na livre competição, e exercício do poder

pelos cidadãos e cidadãs que assumem o controle da eleição e do político eleito (Patriat; Parodi, 2017, p. 12).

Essas inquietações se fundamentam, em grande medida, nas premissas subjacentes à concepção teórica do Estado moderno, que teoricamente visa suprimir os privilégios de nascimento que caracterizavam os regimes anteriores, almejando, assim, assegurar uma equidade de condições. Esse processo de racionalização do Estado, em sentido weberiano, promove a transição do exercício e reprodução do poder, anteriormente arraigados a uma lógica patrimonialista, para uma dinâmica pautada pela burocracia.

Logo, essa concepção que definia a existência de famílias políticas como um necessário sinônimo do atraso limitou o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre as relações sociais que condicionam este fato. “O parentesco atua nas fronteiras pouco conhecidas ou inexploradas do privado, do social, do político, do racional e do afetivo” (Patriat; Parodi, 2017, p. 27). Trata-se, no entanto, de um fenômeno que coexiste com as democracias modernas, de forma que “se existe uma contradição entre democracia e hereditariedade [política], não está claro até que ponto esta se estende” (Patriat; Parodi, 2017, p. 12)<sup>18</sup>.

Outra dimensão crucial a ser explorada na construção desse objeto refere-se à sua temporalidade intrínseca. Dado que se trata de um fenômeno de longa duração, o patrimônio político familiar muitas vezes é erroneamente concebido como algo estático e que remete à permanência, quando, na verdade, demanda uma manutenção constante, como destacado por Patriat e Parodi (2017). De maneira análoga, há uma tendência a rotular as pessoas pertencentes a uma família política como exclusivamente conservadoras e inflexíveis, concepção que não se confirma necessariamente. A história registra numerosos exemplos de famílias que, longe de se enclausurarem em rigidez ideológica, forjaram verdadeiras dinastias mediante uma notável capacidade de adaptação ao longo do tempo.

Essa capacidade de ajuste constante destaca-se como um elemento essencial na preservação e perpetuação do patrimônio político familiar, desmistificando, assim, a suposta intransigência associada a essas linhagens. Essa perspectiva mais matizada oferece uma abordagem mais abrangente e realista para compreender a complexidade das dinâmicas familiares na arena política. “As famílias persistem e mostram sua presença renovada através de importantes transformações que afetam o campo social ou político. Estas conseguem fazer isso, ao que parece, seja antecipando a mudança ou integrando-a em sua própria trajetória” (Patriat; Parodi, 2017, p. 19).

---

<sup>18</sup> Tradução própria.

Em síntese, a interseção entre relações familiares e políticas, especialmente evidenciada no fenômeno da hereditariedade política, revela-se como um campo de estudo complexo, sem definições ou conceitos consolidados. A hereditariedade política, brevemente, pode ser caracterizada pela transmissão de um patrimônio político ao longo do tempo, o que se relaciona não só com uma socialização diferenciada, mas também com um patrimônio simbólico familiar. Diante de perspectivas contemporâneas e debates sobre a construção desse objeto de pesquisa, a sócio-história do político emerge como uma abordagem contextualizada, reconhecendo a adaptabilidade e transformação contínuas das famílias políticas ao longo do tempo. Além disso, proporciona uma abordagem que vai para além das dicotomias colocadas por abordagens anteriores, proporcionando uma compreensão mais abrangente e dinâmica das dinâmicas familiares na esfera política.

### 2.2.3 Transmissão do capital político

A hereditariedade política, enquanto fenômeno complexo e multifacetado, fundamenta-se na transferência de um patrimônio político ao longo das gerações, manifestando-se por meio da transmissão de capital político entre membros de uma mesma família. Esse processo não apenas delinea uma linhagem de influência, mas também implica na socialização do herdeiro, culminando na assimilação do projeto familiar e, frequentemente, na manifestação de uma vocação política. Contudo, o patrimônio político e a vocação, por si só, não são garantias automáticas de sucesso em uma carreira política. Tais elementos, embora fundamentais, demandam a complementação essencial de investimentos pessoais e profissionais por parte do próprio herdeiro. Esses investimentos não apenas evidenciam a singularidade dos processos de especialização política, mas também destacam a importância da formação ativa de agentes políticos. Nesse contexto, este tópico procura explorar os mecanismos que possibilitam a transmissão de um patrimônio político, revelando a dinâmica entre a transmissão de capital político, a formação de vocações e os investimentos individuais necessários para moldar e consolidar uma trajetória política duradoura e influente.

Assim, uma considerável porção da literatura dedicada a essa temática parte da premissa fundamental de que uma das bases da hereditariedade política repousa no fato de que o capital político, recurso fundamental neste âmbito, é suscetível de transmissão e mobilização. Nessa conjuntura, os (as) herdeiros (as) de uma linhagem familiar têm um potencial de se apropriar desse capital, ampliando, dessa maneira, sua elegibilidade e influência na esfera política.

A elegibilidade, por sua vez,

[...] consiste nos atributos presentes nos candidatos que permitem que este seja o depositário do patrimônio de uma linhagem, com o consentimento dos demais membros, e, principalmente, com o reconhecimento dos eleitores que no mesmo identificam a memória de posições e de posicionamentos (Grill, 2004, p. 164).

Entretanto, as vias por meio das quais esse fenômeno se desdobra nem sempre se apresentam de maneira evidente. Como se desenrola essa apropriação e expansão de capital político pelos (as) herdeiros (as) é uma questão multifacetada, envolvendo frequentemente nuances sutis e dinâmicas intrincadas. Algumas hipóteses colocadas por Patriat e Parodi sobre como um patrimônio político pode ser operacionalizado a ponto de ser transmissível, consistem nas observações de que, primeiro, “o parentesco nunca opera sozinho, as redes que lhe são específicas constituem antes um lugar unificador de correspondências sociais e políticas em um determinado território, uma espécie de ‘estrutura elementar de elegibilidade’” (Patriat; Parodi 2017, p. 19), ou seja, as redes associadas à uma família são políticas, mas são também administrativas, profissionais e associativas, o que garante ao grupo força de mobilização. A segunda hipótese colocada pelos autores, é que o parentesco precisa de uma inscrição em um ou mais territórios (que podem ser estados ou municípios), elemento fundamental porque é no território que está o eleitorado de um político, o que interfere na elegibilidade do mesmo: “O status de elegibilidade é integrado à constituição de um capital territorializado” (Patriat; Parodi, 2017, p. 30). Por fim, a terceira hipótese refere-se ao fato de que uma herança política aumenta a elegibilidade de uma pessoa porque frequentemente a converte em um (a) “candidato (a) natural”, através do processo educativo operado pela família (Patriat; Parodi, 2017, p. 20).

A herança política é eficaz, portanto, porque incide sobre as chances eleitorais de um (a) herdeiro (a). Nesse sentido, a socialização desempenha um papel de suma importância, emergindo como um fator catalisador fundamental na trajetória política de uma pessoa. Um dos elementos essenciais na formação de herdeiros (as) políticos (as), conforme destacado por Grill (2004), reside na questão da vocação política, que se origina a partir da interconexão de experiências e vivências nas esferas privada (da família) e pública (da política). Além disso, ela se fundamenta na interiorização individual dos projetos familiares, consolidada ao longo de um extenso processo de familiaridade com os contextos e vocabulários políticos, culminando na construção de uma identidade política singular. O momento em que o herdeiro aceita e utiliza essa herança sinaliza que o processo de interiorização foi eficaz (Grill, 2004, p. 166).

Essa fase de aceitação adquire relevância significativa para a constituição de um (a) agente político (a), uma vez que nem todos os membros de uma família manifestam o desejo de ingressar na esfera política. A possibilidade de escolha nesse contexto revela-se como um elemento fundamental. A questão da aceitação de uma herança política por parte de um (a) herdeiro (a) transcende, assim, a ideia de continuidade automática das linhagens políticas familiares. Ela reflete um grau de autonomia e agência do (a) herdeiro (a), evidenciando que a participação ativa na política não é necessariamente uma trajetória predeterminada, mas sim que pode ser uma escolha - em alguma medida - pessoal.

Por outro lado, para aqueles (as) que nutrem o desejo de trilhar uma carreira política, deparar-se com desafios é inevitável. A pertença ao grupo familiar, embora seja crucial, impõe uma responsabilidade significativa sobre a pessoa, que se vê constantemente compelida a comprovar sua lealdade e comprometimento para legitimar sua atuação política. Esse imperativo torna-se particularmente evidente nos casos de mulheres, onde a vinculação a uma família muitas vezes é utilizada como uma estratégia de desqualificação. Nesse contexto, os (as) herdeiros (as) investem de maneira substancial em suas trajetórias pessoais. Seja por meio de escolhas acadêmicas e profissionais criteriosas ou por um histórico de ocupação de cargos relevantes, esses investimentos pessoais desempenham um papel crucial para o sucesso eleitoral. Observar de perto esses investimentos pessoais revela-se imprescindível, pois são eles que, muitas vezes, conferem a legitimidade necessária, desafiando assim as possíveis críticas baseadas no pertencimento familiar. Portanto, a análise desses elementos individuais destaca a complexidade das estratégias adotadas pelos herdeiros para consolidar sua presença na arena política, evidenciando a interação dinâmica entre os vínculos familiares e as conquistas pessoais.

Sendo assim, a reprodução do capital político supõe não somente o reconhecimento e apoio dos familiares ou próximos, mas também um trabalho contínuo de acumulação e gestão das relações sociais. Esse trabalho toma formas diversas, mas seu sucesso reside na possibilidade de se manter uma prática que tende a reforçar o 'pessoal' contra o 'impessoal' (Canêdo, 1994, p. 114).

Reis e Grill (2017), em sua análise das elites políticas brasileiras, empreenderam esforços para compreender as distintas modalidades de diferenciação utilizadas por agentes políticos como estratégia para construir uma carreira política sólida. Esses elementos de diferenciação, denominados pelos autores como “bases de multinotabilização”, desempenham o papel crucial de legitimar o pertencimento e a atuação política de um agente no cenário político brasileiro. Os estudiosos identificam três dessas bases no cenário brasileiro: A

primeira, fundamentada no pertencimento ao grupo familiar, implica na aquisição de patrimônios e habilidades diversas.

A segunda base, vinculada às trajetórias escolares, profissionais e militantes, envolve a aquisição de habilidades, experiências e redes ao longo do percurso educacional, profissional e engajamento em atividades políticas. A terceira base, por fim, refere-se à produção de bens simbólicos. Nesse contexto, os agentes políticos buscam criar e disseminar símbolos, narrativas e discursos que reforcem sua presença política e legitimidade. Essa estratégia ressalta a importância da construção de uma imagem pública positiva e do controle simbólico na consolidação da carreira política.

Ao categorizar essas bases de multinotabilização, Reis e Grill (2004) proporcionam uma perspectiva abrangente sobre os mecanismos que moldam e legitimam as carreiras políticas no contexto brasileiro, destacando a complexidade e a interconexão desses elementos na construção de trajetórias políticas duradouras e influentes. Vale salientar que as três modalidades de diferenciação colocadas não são excludentes, mas sim complementares, de forma que as estratégias empregadas pelos aspirantes à uma carreira política podem ser diversas.

Ademais, a formação acadêmica e as escolhas profissionais emergem, assim, como modalidades cruciais de diferenciação política. Nesse cenário, destaca-se a formação em Direito como uma opção bastante comum, fenômeno também observado por Bourdieu (1989) ao descrever o campo político. A presença significativa de profissionais com formação jurídica no meio político reflete a valorização dos conhecimentos legais e interpretação de normativas, o que sugere a importância dessas habilidades no exercício da política. Além desta, uma tendência contemporânea bastante evidente é a formação em Administração de empresas como uma escolha frequente no campo político. Esse fenômeno sugere a emergência de novas modalidades de valorização na carreira política, indicando uma valorização crescente de competências relacionadas à gestão, economia e estratégias administrativas. A presença de administradores (as) de empresas no cenário político sugere uma busca por uma diversidade de habilidades que vão além do domínio legal, refletindo a crescente complexidade das demandas na arena política moderna.

Ao examinar os processos de especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão, Grill (2004) destaca que a escolha das profissões, por parte de um herdeiro, relaciona-se com três fatores fundamentais. Em primeiro lugar, a reconversão de uma notoriedade profissional emerge como um ponto crucial, especialmente no caso de advogados,

médicos e jornalistas. A *expertise* e reconhecimento em campos específicos conferem uma base para a entrada e ascensão na esfera política.

O segundo fator, refere-se ao peso de um patrimônio econômico e o pertencimento às elites, como nos casos envolvendo grandes empresários e proprietários. A presença de uma base econômica sólida e a associação com as elites conferem recursos e influência, fundamentais para o sucesso na carreira política. A interconexão entre o poder econômico e o poder político revela-se como uma dinâmica central nesse contexto. Por fim, o terceiro fator aponta para a importância da passagem por funções públicas, seja por meio de concursos ou indicações de padrinhos. A experiência prévia em cargos públicos não apenas fornece uma compreensão prática do funcionamento do setor público, mas também estabelece conexões valiosas, facilitando a entrada e avanço na esfera política (Grill, 2008, p. 67).

Nessa perspectiva, é importante notar que esses três fatores não são excludentes, e a relevância de cada um pode variar dependendo do contexto específico. A combinação e a ponderação desses elementos revelam as complexidades e nuances dos processos de especialização política, destacando como diferentes trajetórias e características individuais moldam as carreiras políticas em diferentes regiões e contextos sociopolíticos.

Em síntese, os processos que possibilitam a efetividade da hereditariedade política relacionam-se com a possibilidade de transmissão de um patrimônio político, a partir da transferência de capital político entre membros de uma família. Esse processo caracteriza-se por fornecer ao (à) herdeiro (a) uma socialização, que pode resultar em uma incorporação do projeto familiar por meio da vocação política. O patrimônio político e a vocação, por si mesmos, não são o suficiente para garantir o sucesso em uma carreira política, de forma que são necessários investimentos pessoais e profissionais por parte do próprio herdeiro, o que indica, por sua vez, os processos de especialização política e formação de agentes políticos.

### **2.3 Gênero e política**

A categoria de gênero desempenha um papel central em estudos voltados para o campo político, assumindo uma posição crucial como chave conceitual-teórica na análise dos fenômenos relacionados às deputadas em um ambiente tradicionalmente dominado por figuras masculinas. É fundamental salientar que, nesse contexto, o termo “gênero” não é empregado somente como um mero sinônimo para a palavra “mulher”. Pelo contrário, evoca a dimensão simbólica e cultural das relações de poder que moldam esse espaço específico. Além disso,

importa ressaltar que o grupo focalizado neste projeto é composto exclusivamente por pessoas que se autodenominam e são reconhecidas como mulheres na sociedade brasileira.

Dessa maneira, a categoria de gênero não apenas lança luz sobre as dinâmicas presentes no campo político partidário, mas também proporciona uma compreensão mais profunda dos processos de hierarquização e posicionamento dessas mulheres em espaços que são moldados social e culturalmente para além do âmbito político. Isso implica em considerar não apenas a representação das mulheres como um grupo único, mas também as complexas interações de poder, normas culturais e símbolos que influenciam sua participação desigual e impacto dentro desse cenário historicamente masculino.

No Brasil, assim como em muitos países, o campo político institucional é historicamente estruturado como um espaço dominado por características elitistas masculinas, heterossexuais e brancas. Essa configuração resulta em uma distribuição de poder que é permeada por elementos de gênero, raça e classe, excluindo deste âmbito perfis que não se alinham com a hegemonia estabelecida. Apesar do aumento gradual da presença de mulheres nesses espaços ao longo das últimas décadas, o campo político brasileiro ainda é fortemente demarcado por questões de gênero, incluindo a exclusão e a violência de gênero. Esses desafios, embora tenham se tornado mais visíveis recentemente, continuam a persistir, conforme destacado por Pinho (2016).

Quanto à participação feminina nos parlamentos, o Brasil ocupa atualmente a 130ª posição em um ranking que engloba 190 países, situando-se à frente de nações como a República Popular Democrática da Coreia (131ª) e o Butão (132ª), de acordo com dados compilados pela IPU Parline<sup>19</sup>. Esse posicionamento reflete a complexidade e os obstáculos enfrentados pelas mulheres na busca por representação política, indicando a necessidade de uma análise aprofundada das dinâmicas de poder e das barreiras estruturais que perpetuam a sub-representação feminina nesse cenário.

Diversos estudos que analisam a baixa presença de mulheres na política institucional apontam que o fenômeno é multicausal, sendo proveniente de fatores tanto socioculturais e econômicos como também organizacionais. Um aspecto consensual dentro da literatura acerca da sub-representação feminina na política é o de que esta decorre do longo período de submissão patriarcal e conservadora (Biroli, 2015). Esse tipo de organização social implicou na distribuição desigual de poder entre as pessoas, atribuindo-lhes papéis sociais pré-determinados. A divisão sexual do trabalho proveniente desta definição de papéis serviu para consolidar o que se compreende como espaço público e privado, que segundo Biroli

---

<sup>19</sup> IPU Parline. Disponível em: <https://data.ipu.org/home>. Acesso em: 24 jul. 2023.



(2016) auxilia na compreensão da exclusão das mulheres, em toda diversidade, dos espaços de tomada de decisão.

Além dos fatores socioculturais, os fatores organizacionais são também de grande relevância para o debate acerca da sub-representação feminina. Segundo Henrique, os partidos políticos são como microcosmos que representam dinâmicas já existentes na sociedade, e por isso atuam como *gatekeepers* ao limitarem candidaturas femininas (Henrique, 2016, p. 57). Como mostram ainda Barros, Busanello e Mitozo (2020), os partidos políticos contam com poucas mulheres dentre os (as) partidários/as, além disso, os processos de recrutamento partidário de candidaturas nem sempre possuem regras transparentes ou bem definidas, o que dificulta o lançamento de campanhas eleitorais de mulheres.

Apesar dos desafios enfrentados, observa-se um aumento nos índices de presença de mulheres nos espaços de representação. Essa tendência pode ser atribuída, em parte, às garantias legais de representação, como a implementação de reservas de vagas e cotas destinadas às mulheres. Além do mais, o crescente ingresso massivo das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho também desempenha um papel significativo nesse cenário (Henrique, 2016). Esses avanços indicam uma mudança gradual nas dinâmicas de participação feminina na esfera política, impulsionada por medidas afirmativas e pelo fortalecimento da presença feminina em setores-chave da sociedade. No entanto, é fundamental reconhecer que ainda persistem desafios e obstáculos, e a análise contínua desses fatores é essencial para compreender a trajetória e a eficácia das iniciativas voltadas para a equidade de gênero na política.

As relações entre gênero e política institucional têm se destacado como uma temática crucial nos estudos das Ciências Sociais. A emergência desse campo de estudos ocorreu principalmente em resposta à atuação dos movimentos feministas e de mulheres, que buscavam, de maneira prática e política, desvincular a condição feminina de determinações biológicas (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015, p. 66). Essa evolução resultou em uma multiplicidade de abordagens, englobando análises sobre a inserção da mulher na política institucional. O foco recai especialmente nos condicionantes dos baixos índices de ocupação de posições eletivas, assim como nos significados subjacentes à atuação das mulheres eleitas.

Esse campo de estudos proporciona uma compreensão aprofundada das dinâmicas que moldam a participação feminina na política, oferecendo *insights* cruciais sobre os desafios enfrentados pelas mulheres ao buscarem representação nas instâncias de poder. A análise das razões por trás dos baixos índices de ocupação de cargos eletivos por mulheres, bem como a investigação dos significados e impactos da atuação das mulheres eleitas, contribui para a

promoção de estratégias mais eficazes para garantir a equidade de gênero na esfera política institucional.

Dentro desse contexto, a investigação das trajetórias e carreiras das mulheres que optaram por carreiras eletivas, bem como de sua atuação política, destaca-se como um elemento crucial para compreender quem são as agentes que atualmente ocupam as instâncias decisórias. Essa análise é de relevância significativa, pois o simples fato de uma mulher ser eleita não garante automaticamente uma representação abrangente dos interesses das mulheres em toda sua diversidade. Embora a presença de uma mulher em uma posição legislativa de destaque represente um potencial horizonte de oportunidade para outras mulheres, é essencial compreender os mecanismos subjacentes que moldam suas trajetórias e ações políticas. Isso permite uma abordagem mais abrangente e informada sobre a dinâmica da representação feminina na esfera política institucional.

Nesse contexto, o caso emblemático da presidenta Dilma Rousseff se destaca como um ponto de reflexão sobre a presença das mulheres em espaços representativos, especialmente considerando o significativo evento do processo de impeachment. Conforme evidenciado por Cardoso e Souza (2016), as representações midiáticas sobre a então presidenta foram marcadas pelo uso de estereótipos de gênero que se baseavam na ideia da suposta incapacidade feminina para a atividade política. A análise de memes realizada por Carniel, Ruggi e Ruggi (2018), no período anterior ao *impeachment*, também revela como as atuais dinâmicas da política brasileira contribuem para restringir o espaço tradicionalmente atribuído às mulheres. Barros e Busanello (2019) complementam essa visão, destacando que a arena parlamentar é permeada por diversas dinâmicas de dominação masculina, refletidas em práticas discursivas de cunho machista e misógino. Esses elementos evidenciam os desafios enfrentados pelas mulheres que buscam atuar de maneira significativa na esfera política e as barreiras culturais e estruturais que ainda persistem.

Em um contexto mais amplo, esse debate se enraíza na ascensão global das correntes políticas de direita, marcada por profundas transformações culturais e políticas que têm impacto nas dinâmicas laborais, especialmente para os grupos mais marginalizados. Por trás dessas mudanças, os princípios neoliberais e neoconservadores servem como alicerce para políticas econômicas que beneficiam as classes dirigentes, em detrimento dos ideais de bem-estar social (Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Esses ideais não representam simplesmente uma continuação do liberalismo clássico, pois rompem com a noção absoluta de *laissez-faire* anteriormente difundida. Ao contrário, eles constituem uma nova visão de

mundo que permeia todas as esferas da vida, aplicando as lógicas mercadológicas da administração empresarial (Dardot; Laval, 2016).

Nessa perspectiva, o mercado é idealizado como um espaço de trocas entre pessoas motivadas por interesses pessoais, onde a competição supostamente estimula a criatividade e o empreendedorismo, proporcionando às pessoas os meios de agência nas sociedades.

Diferentemente do liberalismo clássico<sup>20</sup>, o neoliberalismo se desvinculou na noção absoluta de livre mercado, ainda assim via o Estado como agente que deveria se limitar à manutenção das leis e às garantias dos direitos individuais. Dentro dessa lógica, o Estado foi concebido como instituição estruturalmente viciosa e capaz de frear o progresso civilizatório promovido pela competição do mercado. Assim, quando intervém ativamente em questões de ordem social, torna as pessoas menos associativas e empreendedoras, desestimulando a iniciativa individual e a responsabilização individual da vida. As medidas de redução das desigualdades sociais são vistas, portanto, de forma negativa, assim como os serviços públicos em geral.

Por sua vez, Dardot e Laval (2016) mostram que o projeto neoliberal foi idealizado, inicialmente, no começo do século XX, e aplicado pelos governos Reagan e Thatcher a partir dos anos 1970. Essa racionalidade começou a ser incorporada mais ativamente nos anos 1970 e 1980, estendendo-se a todas as esferas da vida. O resultado disso foi a derrocada da ideia de que o Estado deve ser um agente garantidor de bem-estar social, o que legitimou processos de retirada de direitos sociais e de privatizações de instituições antes voltadas à manutenção dos direitos básicos (como aquelas ligadas à saúde, educação, previdência, entre outros). Nesse contexto, a própria política passa a ser regida, sobretudo, pela lógica de mercado, o que Monteiro (2017) chama de “empresarização da política”.

Para Brown (2019), o neoliberalismo abriu espaço par as atuais forças antidemocráticas, protagonizadas, principalmente pela extrema-direita. Isso porque o projeto neoliberal concebido ainda nas primeiras décadas do século XX não foi um projeto meramente econômico, mas também político-moral. Ao longo de sua obra, a autora (2019) mostra como os idealizadores desse ideário procuraram deslegitimar e desqualificar tudo que era relativo às concepções de bem-estar social como obrigação do Estado. Como manifesta Harvey (2005), o fortalecimento dos ideais mercadológicos e dos direitos individuais, baseados no enfraquecimento das ideias de bem comum, teve como efeito o enfraquecimento

---

<sup>20</sup> Para uma descrição mais aprofundada das diferenças entre liberalismo e neoliberalismo, ver: Harvey (2005), Dardot e Laval (2016), Brown (2019).

das medidas de promoção do bem-estar social, ao transformar responsabilidades coletivas e individuais.

O mal-estar social, econômico e político gerado pela precarização das condições de vida, neste sentido, foi manipulado de forma eficaz pelo conservadorismo, gerando assim uma radicalização à direita. Esse cenário, no entanto, não é produto de uma aplicação dos princípios neoliberais de modo absoluto, da mesma forma não se trata de uma articulação premeditada ou uma “conspiração”, como aponta Brown (2019), mas sim o resultado de diversos processos heterogêneos interconectados. O fato é que as tendências de privatização de serviços anteriormente idealizados como básicos e universais - a partir de processos supostamente “neutros”, já que elaborados não por políticos, mas por “técnicos” - têm por consequência um esvaziamento dos ideais de bem comum, e da própria democracia. Levitsky e Ziblatt (2018), por exemplo, destacam como a democracia enfraquece a partir da ação de atores inseridos no próprio aparato institucional, sem a necessidade de golpes de estado como outrora, promovendo assim a deterioração das instituições democráticas de forma gradual, sobretudo pela ação de agentes *antiestablishment*.

Assim, a insatisfação com a instabilidade social e econômica é mobilizada de forma eficaz, sobretudo, por mobilizar os afetos daqueles que se veem, sendo uma eficaz plataforma política. O projeto moral, neste contexto, é mobilizado ao fazer alusão a um passado supostamente glorioso, dotado de moral, ordem e estabilidade, baseado na manutenção da família, da pátria e da tradição (Brown, 2019). Essa alusão aos “valores tradicionais” está vinculada também ao ressentimento daqueles que viram seu estilo de vida ser questionado, ou, nos termos de Brown, o ressentimento dos “novos despossuídos” (Brown, 2019, p. 11).

O novo populismo de extrema direita sangrou diretamente na ferida do privilégio destronado que a branquitude, a cristandade e a masculinidade garantiam àqueles que não eram nada nem ninguém (Brown, 2019, p. 13).

Nesse prisma, pesquisadoras apontam para a forte correlação entre a conquista de direitos humanos para grupos antes completamente invisibilizados, como de pessoas negras, indígenas e LGBTQI+, imigrantes, com a reação conservadora, o que também se relaciona fortemente com o mal-estar causado pelos processos de retirada de direitos e privatizações (Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Trata-se, segundo Gago, de um contexto de contraofensiva, uma reação à força demonstrada pelos feminismos na América Latina, na medida em que estes movimentos “ameaçam e ativam dinâmicas de desobediências aos poderes estabelecidos, que passam então a tentar contê-los com formas de repressão, disciplinamento e controle em várias escalas” (Gago, 2020, p. 216).

O cuidado e a previdência, que possuem importância fundamental para a manutenção da vida, passaram a ser cada vez mais responsabilidades privadas. A instabilidade e a precarização provenientes desta desestabilização geram uma reafirmação da família como base material, e reforça ainda os tradicionais papéis de gênero. “A reinvenção estratégica da responsabilidade familiar diante do despojo da infraestrutura pública permite uma convergência muito profunda entre neoliberalismo e conservadorismo” (Gago, 2020, p. 231). Essa moralidade, segundo Brown (2019) tem por efeito desviar o foco do combate às desigualdades, ao atribuir à família o papel absoluto do cuidado.

Nessa conjuntura, o feminismo liberal surge discursivamente como uma via de empoderamento feminino<sup>21</sup>. Essa vertente do “feminismo do microcrédito” (Fraser; Jaeggi, 2020) centrada na concepção de emancipação individual constitui um discurso muito mobilizado por agentes políticos (as). No entanto, o trabalho do cuidado que já era desigualmente distribuído passa a ser ainda mais concentrado nas mãos de determinadas mulheres.

Acima e para além da questão de como a riqueza é ‘distribuída’, há o problema do que conta como riqueza em primeiro lugar, e de como essa riqueza é produzida. De modo similar, por trás da questão a respeito de quem recebe quanto por qual tipo de trabalho, está a questão mais profunda do que conta como trabalho, de como ele é organizado, do que essa organização demanda hoje das pessoas e do que está fazendo com elas (Fraser; Jaeggi, 2022, p. 14).

Em síntese, as perspectivas de gênero auxiliam na compreensão desse contexto político global marcado pela ascensão das direitas, impulsionado por mudanças culturais e políticas. Nesse cenário, o ideário neoliberal e neoconservador emerge como alicerce para políticas econômicas que favorecem as classes dirigentes, minando os princípios de bem-estar social. A consequência desse paradigma é a transformação das relações sociais e econômicas em geral, e a precarização da vida, em especial para grupos subalternizados. A “empresarização da política”, como mencionada por Monteiro (2017), reflete a permeação da lógica de mercado na esfera política. Diante dessas transformações, o feminismo liberal surge como uma narrativa de empoderamento individual, entrelaçada à retórica neoliberal, porém, sua implementação prática concentra o trabalho do cuidado nas mãos de determinadas mulheres, reforçando os tradicionais papéis de gênero e desviando o foco do combate às desigualdades. Assim, compreender essas dinâmicas é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e construir alternativas que promovam uma sociedade mais justa e equitativa.

---

<sup>21</sup> Para maiores detalhes sobre outras correntes do feminismo, ver: Thomé (2018).

### 2.3.1 Representação política

Embora o termo representação seja polissêmico, é possível caracterizar, em linhas gerais, a ideia como um dos pilares fundamentais da organização dos sistemas políticos democráticos, dentro dos quais o processo eleitoral marca a concretização do ideal de soberania popular. Representar, no próprio sentido etimológico, remete a estar presente em nome de algo ou de alguém quando essa presença se faz necessária ou desejada. Nesse sentido, a escolha dos/as candidatos/as em um sistema de livre competição política - compreendida como inexistência de barreiras legais ao voto e à candidatura em eleições - tem por finalidade selecionar pessoas que ocuparão os postos de tomada de decisão no aparato estatal para falar em nome daqueles/as que os/as elegeram.

No âmbito das Ciências Sociais, a noção de representação relaciona-se à atribuição de sentido em relação a determinados objetos, ideias, símbolos e crenças, aos quais são ligadas construções sociais capazes de gerar práticas específicas. É por isso que, de uma perspectiva social, as representações atribuídas a determinado grupo ou classe frequentemente estão associadas com sua posição relativa dentro das estruturas hierárquicas da sociedade. Seja na arena cultural e midiática, seja na arena econômica e política, aqueles/as capazes de defender suas posições e interesses no âmbito das lutas sociais serão mais privilegiados/as do que aqueles/as com menos meios para colocar suas demandas em pauta e fazer valer seus interesses.

Assim, uma questão fundamental para as Ciências Sociais é a de como as representações são produzidas e reproduzidas, e quais são os/as atores/atrizes beneficiados/as ou excluídos/as por elas, sobretudo em contextos de tomada de decisão. Isso inclui refletir sobre como as estruturas de desigualdade geram barreiras com as quais determinadas pessoas se deparam ao optarem pelo ingresso na arena pública, e por outro lado, como estas mesmas estruturas são mantidas e preservadas por aqueles que se beneficiam delas.

Dentro do âmbito dos estudos sobre a representação política, uma temática amplamente trabalhada nas últimas décadas refere-se à sub-representação de grupos politicamente minoritários nas instituições políticas formais. Impulsionada, sobretudo, pelas demandas de movimentos sociais e políticos, essa temática paulatinamente ganhou espaço nos meios acadêmicos, o que deu origem a múltiplos campos de investigação. Partindo da premissa de que a representação política é um dos meios para se alcançar justiça social (Fraser, 2007), os estudos em torno desta problemática se subdividiram para diferentes linhas com diferentes perspectivas de análise. Algumas destas buscaram, por exemplo, uma

compreensão minuciosa das particularidades dos sistemas políticos, observando sobretudo as instituições e os processos de representação nas instâncias decisórias.

Dessa perspectiva mais institucional, muitos estudos analisaram, comparativamente, às especificidades de diferentes processos eleitorais e formas de organização partidária, o que permitiu evidenciar arranjos institucionais favoráveis ou desfavoráveis à representação de grupos sociais sub-representados, bem como evidenciar os mecanismos institucionais de manutenção do status quo de grupos politicamente hegemônicos (Araújo, 2005; Archenti; Albaine, 2018; Moreira; Barberia, 2015; Sacchet, 2011, 2020). Ademais, outros aspectos observados por esses estudos estão vinculados à carreira política propriamente dita, observando quais elementos pessoais e contextuais possibilitam a construção de uma carreira política sólida, o que por sua vez permite evidenciar os limites e desafios ao ingresso na arena política para grupos politicamente menos influentes (Pinto; Silveira, 2018; Pinto, 2017).

Outras linhas de pesquisa seguiram no sentido de buscar compreender como as desigualdades estruturais se refletem nas dificuldades de acesso aos espaços de representação e tomada de decisão, observando fatores como a socialização e a motivação de diferentes grupos sociais em relação à atividade política (Biroli, 2015, 2018, 2019; Miguel, 2010; Sacchet, 2009). Dentre estas, algumas deram ênfase na centralidade das desigualdades econômicas, compreendendo que o desequilíbrio material causado pela exploração de classe seria o epicentro das demais desigualdades, ao passo que outras encontraram nas questões identitárias e culturais as causas das demais formas de desigualdades. O ponto em comum entre estas correntes é a compreensão de que as desigualdades - sejam elas de fundo material ou cultural - não estão inscritas na própria natureza das sociedades, mas sim fruto de fenômenos mais complexos de hierarquização e exclusão social que impactam diretamente nas possibilidades de vida dos sujeitos.

Uma perspectiva mais recente, influenciada, sobretudo, pelas críticas das teóricas do feminismo negro (Crenshaw, 1989; Collins, 2019; Carneiro, 2011) compreende as desigualdades como estruturadas por misto de fatores tanto econômicos/materiais quanto culturais/simbólicos, além de considerar também que diferentes pessoas vivenciam diferentes tipos de discriminação - por vezes simultâneas e articuladas entre si. Um ponto fundamental para as linhas feministas de investigação mais atuais relaciona-se, assim, com as maneiras pelas quais as experiências específicas de determinados grupos devem ser levadas em conta no âmbito das reflexões sobre as desigualdades sociais e políticas - e, portanto, sobre a representação política.

A ideia central que fundamenta esta perspectiva parte do pressuposto de que as estruturas de poder que geram opressão e dominação são sustentadas. No caso das mulheres, por exemplo, as experiências sociais de mulheres brancas, negras ou indígenas podem ser radicalmente diferentes, o que implica em diferentes necessidades de representação e reconhecimento. Dessa forma, assumir que determinados grupos sociais - como as mulheres, por exemplo - são coesos e homogêneos no que se refere às necessidades e demandas políticas, seria desconsiderar a complexidade das identidades e das opressões sofridas por diferentes sujeitos que compõem o grupo.

Os estudos que têm por objetivo a análise da representação política, portanto, abarcam diversas dimensões e perspectivas que contribuem para um entendimento mais preciso dos mecanismos pelos quais esse tipo de representação ocorre, bem como os limites para a participação de grupos politicamente sub-representados. De uma perspectiva dos estudos das instituições, a compreensão dos mecanismos institucionais de representação contribui para a delimitação das barreiras institucionais enfrentadas por estes grupos politicamente sub-representados. Os estudos sobre carreiras, por outro lado, trazem contribuições fundamentais no sentido de delimitar quais são os elementos que tornam uma carreira política eficaz, e em que medida os grupos sub-representados enfrentam desafios em se adequar ao campo político.

Portanto, ambas correntes trazem importantes contribuições ao compreender objetivamente quais são as condições favoráveis ou desfavoráveis para o ingresso e permanência no campo político, mas possuem lacunas em relação aos condicionantes que estruturam as desigualdades sociais. Este ponto é suprido teoricamente por aqueles estudos que buscam nas desigualdades econômicas (analisando questões de ordem material, como a exploração de classe) ou simbólicas (analisando questões de ordem simbólica, como o racismo e a divisão sexual do trabalho) as bases que condicionam as desigualdades sociais e políticas. A interpretação que faz um diagnóstico mais preciso das desigualdades, no entanto, é feita pela crítica feminista, uma vez que engloba as diferentes dimensões das injustiças sociais de forma contextual e dinâmica



### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO: AS ELEIÇÕES DE 2018 E AS MULHERES ELEITAS

#### 3.1 Eleições de 2018

As eleições de 2018 marcaram, em diversos aspectos, um momento singular na história eleitoral brasileira. Em linhas gerais, as primeiras eleições após o golpe parlamentar de 2016 foram caracterizadas por uma forte polarização e hostilidade entre as partes em disputa, pela prisão política e substituição de um dos candidatos presidenciais pouco após do início das campanhas eleitorais, e, seguindo a tendência neoconservadora e neoliberal, a aprovação de uma expressiva quantidade de candidatos de direita e extrema-direita para todos os cargos em disputa na ocasião (Santos, 2017; Miguel, 2019; Schwarcz, 2019). Também foi o primeiro pleito cujo financiamento de campanhas eleitorais ocorreu sem doações de pessoas jurídicas, apenas de pessoas físicas, do fundo partidário e do fundo eleitoral<sup>22</sup>. Além disso, foi um momento marcado por intensa atividade virtual nas redes sociais e aplicativos de *chat*, onde o descontrole na propagação de desinformação, as *fake news*, foi não só expressivo como também fundamental para o sucesso midiático e eleitoral de atores políticos marcadamente conservadores e antidemocráticos.

Paradoxalmente, foram as eleições que contaram com a maior variação entre legislaturas consecutivas nos percentuais de votos para candidatas e nos percentuais de mulheres eleitas nas últimas décadas<sup>23</sup>: para o cargo de deputada federal, por exemplo, a variação de votos em candidatas foi de 73,1% a mais do que nas eleições de 2014; já para o cargo de deputada estadual e distrital foi de 60,3% a mais; enquanto que para o cargo de senadora, a variação na proporção de votos em candidatas foi de 270% a mais - segundo estudo técnico publicado pela Câmara dos Deputados (Backes *et al.*, 2019). No total, a proporção de mulheres eleitas para todos os cargos<sup>24</sup> no pleito de 2018 cresceu 52,6%, dentre os quais se incluem um aumento de 51% no número de deputadas federais (maior parcela da variação de eleitas para o Congresso Federal das eleições de 2018, pois a proporção de senadoras não sofreu mudanças significativas em relação às eleições anteriores), e de 37% no aumento de deputadas estaduais e distritais eleitas, segundo o mesmo estudo.

---

<sup>22</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade. **ADI nº 4650/DF**. Primeira Turma. Relator Ministro Luiz Fux. Brasília, em 11 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23086639/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4650-df-stf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>23</sup> Embora não tenha sido homogênea em todos os Estados e nem para todos os cargos.

<sup>24</sup> Com exceção do cargo de Presidente da República.

A singularidade deste pleito no que diz respeito à eleição de mulheres consiste no fato de que esta variação nos índices não ocorreu nos percentuais de candidaturas femininas (já que se manteve próximo aos 30% exigidos por lei), e sim nos percentuais de votos em candidatas e de eleitas, sobretudo para cargos proporcionais (2018).

O súbito aumento dos índices durante o intervalo de apenas duas eleições consecutivas pode ter ocorrido como consequência de duas resoluções publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2017<sup>25</sup> e 2018<sup>26</sup>, referentes à arrecadação, aos gastos de recursos por partidos políticos e candidatos, bem como à prestação de contas nas eleições, nas quais estipulava-se uma proporção de 30% dos recursos de campanha do fundo partidário e 30% do fundo eleitoral para campanhas de mulheres. As resoluções, motivadas em parte pela baixa efetividade das anteriores políticas de representação especial (de reserva<sup>27</sup> e posteriormente de cotas<sup>28</sup> para candidaturas femininas), tiveram como resultado um aumento considerável da receita destinada a campanhas eleitorais das candidatas: para o cargo de deputada federal, por exemplo, o percentual de recursos de campanha aumentou 126% em relação à eleição anterior, enquanto que para o cargo de deputada estadual e distrital o aumento foi de 137%, segundo o estudo de Backes *et al.* (2019).

No entanto, embora as resoluções referentes ao financiamento de campanhas eleitorais<sup>29</sup> tenham influenciado diretamente os índices de eleição de mulheres - já que esta significativa variação nos índices ocorreu justamente nas primeiras eleições após as publicações destas resoluções pelo TSE - a complexidade do cenário político indica que este aumento nas receitas das campanhas eleitorais femininas pode não ter sido único fator que favoreceu a eleição das candidatas ao pleito de 2018. O contexto marcadamente polarizado e conflituoso, onde a possibilidade de mobilização pela via virtual foi não só facilitada como incentivada, foi o palco para a ascensão de novos atores políticos capazes de gerar engajamento mesmo sem um grande orçamento inicial. Um exemplo é o caso do PSL (atual União Brasil), pouco expressivo no cenário político nacional ao longo de seus 24 anos de existência, mas que nas eleições 2018 obteve o maior número de votos para a Câmara dos

---

<sup>25</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.553, de 18 de dezembro de 2017.** (Revogada pela Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2017/resolucao-no-23-553-de-18-de-dezembro-de-2017>.

<sup>26</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.575, de 28 de junho de 2018.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2018/resolucao-no-23-575-de-28-de-junho-de-2018>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>27</sup> BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm). Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>28</sup> Lei nº 12.575/2009.

<sup>29</sup> Resoluções nº 23.553/2017 e nº 23.575/2018 (TSE).

Deputados, elegendo a segunda maior bancada da casa (dentre a qual diversas candidatas eleitas), além de um presidente da República.

A atividade política mediada pelos dispositivos de comunicação em rede já estava consolidada no cotidiano de milhares de brasileiros antes mesmo do pleito de 2018.

O golpe parlamentar de 2016, por exemplo, já foi um evento político marcado pelo uso das mídias como meio de propagação de conteúdo político, sobretudo de natureza sexista e misógina, que serviu como ferramenta de campanha difamatória e de legitimação do *impeachment* de Dilma Rousseff (Carniel; Ruggi; Ruggi, 2018). É fato que o debate público é um pressuposto da mobilização política legítima, bem como da própria noção de democracia. As questões postas em pauta, quando se trata dos acontecimentos políticos mais recentes, giram em torno de quais são os atores que emergem deste complexo cenário, como se tornam bem-sucedidos em obter visibilidade na arena política, e como articulam discursos e ideias capazes de gerar tanto engajamento popular, bem como as possíveis conexões com a desestabilização democrática.

Os elementos mobilizados para a deflagração do golpe de 2016 - Operação Lava Jato, criminalização da política - acabaram por não atingir apenas o PT e a esquerda; em vez disso, contaminaram todo o sistema político, abrindo portas tanto para o avanço da extrema-direita quanto para uma renovação meio caótica das elites eleitorais. E agentes políticos antes à margem souberam utilizar de forma mais efetiva os novos circuitos de comunicação e de produção de lealdades políticas, disponibilizados pelos novos meios eletrônicos, ao passo que aqueles que estavam mais próximos das posições centrais do campo permanecem acomodados às formas tradicionais de campanha eleitoral e pagaram um preço alto por isso (Miguel, 2022, p. 234).

Um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) analisou a atuação virtual de candidatas ao cargo de deputada federal pelo estado de São Paulo em 2018, com o intuito de compreender a importância deste tipo de atuação política e de verificar a existência de possíveis “candidaturas laranja” entre o grupo selecionado. Partindo da hipótese de que as redes sociais podem ser um recurso viável para candidatas - pois requerem menor investimento e não dependem das decisões das executivas dos partidos - o estudo levantou dados relativos à existência dos perfis das candidatas nas redes, quantidade de publicações realizadas e nível de engajamento do público ao longo do período das campanhas eleitorais de 2018. Dentre as conclusões do relatório, aponta-se para o fato de que as redes sociais não promovem necessariamente uma democratização das campanhas eleitorais para as candidatas, uma vez que variáveis como idade, classe social e grau de instrução afetam o sucesso delas nas plataformas, na verdade “as ferramentas das redes sociais contribuem para a reprodução

das desigualdades já existentes na sociedade, em vez de servir de equalizadores de oportunidades” (Barbieri; Ramos, 2019, p. 124).

Uma característica que torna o atual contexto político singular se relaciona com o fato do fio condutor de muitas das mobilizações políticas recentes ser paralelo ao conjunto de ideias e crenças da tendência neoconservadora observada a nível mundial.

Biroli, Machado e Vaggione (2020) analisam a ascensão dos movimentos de direita na América Latina a partir da chave do neoconservadorismo como categoria que, segundo os autores, permite a aproximação entre os elementos estruturantes desta tendência: o conservadorismo cristão, o individualismo liberal, o antipluralismo e o neoliberalismo (Biroli; Machado; Vaggione; 2020). Ao analisar a atuação dos evangélicos no campo político, Guadalupe (2020) caracteriza o ideário destes novos atores políticos como proveniente de vertentes mercantilizadas do cristianismo, o que também se relaciona estreitamente com uma razão de mundo neoliberal.

Para diversos pesquisadores, a conjuntura de avanço dos movimentos neoconservadores ocorre como uma reação às conquistas de direitos por parte de grupos antes invisibilizados socialmente. Biroli, Machado e Vaggione (2020) argumentam que a atual forma do conservadorismo na América Latina é formada a partir da aliança entre grupos cristãos com setores não religiosos da direita, como reação aos avanços identitários protagonizados por mulheres e grupos LGBTQI+. Gago (2020), no mesmo sentido, aponta para a atual conjuntura como um momento de contraofensiva, de reação à força demonstrada pelos feminismos na América Latina, uma vez que estes “ameaçam e ativam uma dinâmica de desobediências aos poderes estabelecidos, que passam então a tentar contê-los com formas de repressão, disciplinamento e controle em várias escalas” (Gago, 2020, p. 216).

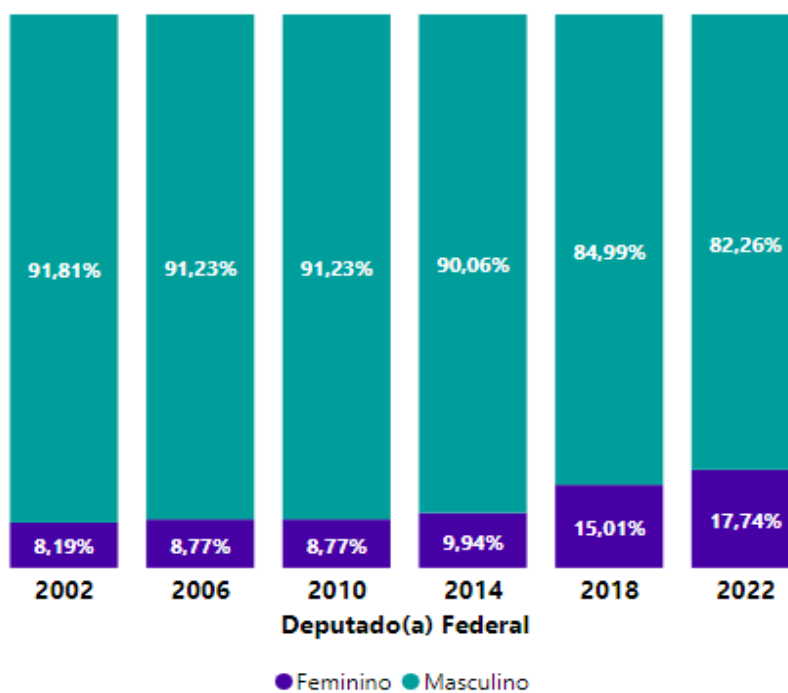
Embora esta tendência conservadora seja fortemente centrada na concepção binária de atribuições de gênero, o eleitorado destes novos atores políticos não foi refratário às candidaturas femininas de forma geral. Pelo contrário, aquelas que se alinharam ideologicamente a pautas e líderes políticos ou religiosos conservadores, e que souberam mobilizar eleitores pelas mídias de comunicação, obtiveram um bom desempenho eleitoral. É por este motivo que o expressivo aumento nos percentuais de mulheres eleitas em 2018 não pode ser analisado como fenômeno unicausal, uma vez que se insere em um quadro mais amplo composto de múltiplas variáveis. A atuação política das mulheres conservadoras, centrada sobretudo no discurso da família como unidade fundamental da vida, constitui tanto uma incógnita para os movimentos feministas, quanto um desafio intelectual para as Ciências Sociais. No entanto, é necessário considerar esta via de entrada na política - a via do

conservadorismo - como uma das modalidades de participação política feminina da atual conjuntura.

### 3.2 Perfil geral das deputadas eleitas para a 56ª Legislatura

A presença feminina na Câmara dos Deputados durante a 56ª Legislatura (2019-2023) obteve um avanço significativo, com a eleição de uma bancada composta por um total de 77 deputadas federais. Essa conquista notável corresponde a uma parcela de 15% das cadeiras da Casa Legislativa, evidenciando um avanço notável em comparação com as quatro eleições anteriores (2002, 2006, 2010, 2014). Nesse período anterior, a presença feminina na Câmara Federal oscilava em torno de modestos 8 a 9%, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Proporção de eleitos (as) por cargo e gênero



Fonte: Câmara dos Deputados/Observatório da Mulher.

Ao analisar a variação ao longo desses pleitos, é possível constatar uma mudança significativa no cenário político, refletindo um movimento ascendente em relação à presença de mulheres no âmbito do Legislativo Federal, o que representa - ao menos em termos numéricos - um avanço em relação à inclusão. Esse fenômeno pode estar associado à crescente conscientização sobre a importância da diversidade na esfera legislativa, mas também de outros fatores que serão abordados à frente.

O incremento no percentual de deputadas eleitas em 2018, apesar de representar um avanço notório em termos de inclusão de gênero no parlamento, ainda evidenciava uma distância considerável de atingir uma representação descritiva ou de presença igualitária, conforme discutido por Phillips (2001). A proporção de 15%, embora significativa, permanecia aquém do ideal, especialmente quando contrastada com a demografia eleitoral do mesmo ano, na qual a participação feminina nas urnas superou a masculina, representando 52,4% em comparação com 47,4%.

Um aspecto a ser considerado é que, paradoxalmente, enquanto a Câmara dos Deputados testemunhava esse avanço, o Senado Federal apresentou uma leve diminuição na representatividade feminina. A eleição de apenas 7 novas senadoras, correspondendo a 13% das eleitas para o cargo, juntamente com as 5 senadoras cujo mandato se estenderia até 2023, totalizou 12 assentos na casa. Essa ligeira diminuição contrasta com o cenário anterior de 13 senadoras, indicando uma estagnação ou até mesmo um retrocesso.

É crucial observar que, apesar de algumas melhorias na representação legislativa em termos absolutos, não foram efetivadas transformações estruturais ou substanciais. O Brasil, em 2019, ocupava a posição de 134º lugar entre 193 países no *ranking* mundial de participação feminina em parlamentos, sinalizando que a jornada rumo à igualdade de gênero no cenário político ainda demandava medidas mais abrangentes e impactantes. Essa discrepância entre a representação feminina no eleitorado e nos órgãos legislativos ressalta a necessidade premente de abordar questões sistêmicas e promover ações que incentivem não apenas as candidaturas, mas também a efetiva participação de variados grupos de mulheres na política.

As desigualdades gritantes em termos de representação descritiva ou de presença, conforme delineado por Phillips (2001), manifestam-se claramente nos índices notavelmente baixos de ocupação por mulheres na Câmara Federal. Contudo, uma análise mais aprofundada das mulheres eleitas revela uma disparidade adicional e alarmante: a desigualdade racial. A Tabela 1 evidencia que a proporção de mulheres brancas (81,8%) excede consideravelmente a de mulheres pardas (11,7%), pretas (5,2%) e indígenas (0,3%)<sup>30</sup>. Essa discrepância torna-se ainda mais pronunciada quando se considera o total de cadeiras da casa, que é de 513. As mulheres pardas e negras, combinadas, representam apenas 2,5% das eleitas, enquanto as mulheres brancas ocupam 12,2% desses assentos.

---

<sup>30</sup> Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A representação de mulheres indígenas, com um percentual de 0,3%, resume-se a uma única parlamentar eleita, Joênia Wapichana<sup>31</sup>. Nesse contexto, é inegável que a diversidade racial entre as mulheres eleitas permanece substancialmente abaixo do ideal, refletindo uma lacuna preocupante na representatividade política. Ao ampliar o foco para incluir ainda os deputados federais, a disparidade racial persiste. Os deputados negros compõem 22% da casa (113 eleitos), enquanto os deputados brancos predominam significativamente, representando 62,5% do total<sup>32</sup>. Essa disparidade, portanto, destaca não apenas a sub-representação das mulheres, mas também a necessidade urgente de abordar as desigualdades raciais no âmbito político.

Tabela 1 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo raça/cor autodeclarada

<b>Raça/Cor autodeclarada</b>	<b>Total</b>	<b>Proporção (%)</b>
Branca	63	81,8%
Parda	9	11,7%
Preta	4	5,2%
Indígena	1	0,3%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Nota: Percentuais calculados em relação ao total de deputadas federais eleitas.

Esses dados sublinham a urgência de ações que busquem promover não apenas a equidade de gênero, mas também a diversidade racial nos corredores do poder legislativo. A busca por uma representação mais justa e inclusiva exigiria esforços coordenados para enfrentar os sistemas e as estruturas que perpetuam tais disparidades, visando construir uma democracia mais representativa e reflexiva da diversidade da sociedade brasileira. Os dados reforçam ainda a concepção de que o espaço político existe sustentado por estruturas de exclusão de diferentes naturezas interligadas entre si (Davis, 2016), o que pode ser compreendido também como interseccionalidade das estruturas de opressão (Crenshaw, 1989), de forma que diferentes estruturas de opressão se manifestem simultaneamente para determinados grupos sociais.

<sup>31</sup> Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>32</sup> Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Um dado que atesta a maior dificuldade de pessoas pretas em ingressarem neste espaço é a taxa de sucesso eleitoral, calculada pela divisão entre o total de candidaturas e o total de pessoas eleitas, analisada pelo estudo técnico publicado pelo Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) em parceria com a Universidade de Brasília (Biroli 2022). Segundo este estudo, para o cargo deputado (a) federal em 2018, a taxa de sucesso de mulheres pretas e pardas foi de 1% para cada, ao passo que de mulheres brancas foi de 5%; já a taxa de sucesso de homens pretos e pardos foi de 3% e 6%, respectivamente, ao passo de que homens brancos essa taxa foi de 11%, superando a de todos os grupos anteriores.

Em 2018, as unidades federativas mais populosas foram as que elegeram maior número de mulheres para o cargo de deputada federal, embora 3 estados não tenham eleito nenhuma mulher (Amazonas, Maranhão e Sergipe). Dessa forma, as bancadas que elegeram maior quantidade de deputadas foram: para o estado de São Paulo, pelo qual foram eleitas 11 mulheres; e para o Rio de Janeiro, 10 mulheres. Ao todo, a região que mais elegeu mulheres para a Câmara foi o Sudeste (36,4%), seguido do Norte (22,1%) e do Sul (15,6%). As regiões Centro-Oeste e Nordeste elegeram as menores proporções de mulheres para a Câmara, cada qual com 13% de parlamentares eleitas - conforme mostra a tabela 2. Em termos proporcionais, no entanto, a maior escala de representação feminina foi observada no Distrito Federal, pelo qual foram eleitas 5 deputadas de um total de 8 vagas, o equivalente a 62,5% das vagas para esta UF; depois do DF, o Acre foi a unidade federativa que elegeu mais deputadas, totalizando 4 eleitas de um total de 8 vagas (50%), segundo levantamento realizado pelo DIAP.

Tabela 2 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo região de eleição

<b>Região</b>	<b>Total</b>	<b>Proporção (%)</b>
Norte	17	22,10%
Nordeste	10	13%
Centro-Oeste	10	13%
Sudeste	28	36,40%
Sul	12	15,60%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Nota: Percentuais calculados em relação ao total de deputadas federais eleitas.



Neste mesmo pleito de 2018, apenas 27 deputados federais conseguiram atingir o quociente eleitoral<sup>33</sup> e se eleger com votos próprios, dentre os quais 4 mulheres que foram campeãs de votos: Joice Hasselmann, eleita pelo PSL em São Paulo com 1.078.666 votos; Gleisi Hoffmann eleita pelo PT no Paraná, com 212.513 votos; Flordelis, eleita pelo PSD no Rio de Janeiro com 196.959 votos e Marília Arraes, eleita pelo PT em Pernambuco com 193.108 votos. Juntamente com as duas primeiras citadas anteriormente, somente 5 mulheres obtiveram mais que 200 mil votos: Tábata Amaral (PDT-SP) com 264.450 votos, Policial Kátia Sastre (PR-SP) com 264.013 votos e Sâmia Bomfim (PSOL-SP) com 249.887 votos.

Tabela 3 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo quantidade de votos em 2018

Votos em 2018	Total	Proporção (%)
Até 20.000	6	7,8%
Entre 20.000 e 50.000	18	23,4%
Entre 50.000 e 100.000	24	31,2%
Entre 100.000 e 200.000	24	31,2%
Mais que 200.000	5	6,5%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Nota: percentuais calculados em relação ao total de deputadas federais eleitas.

No que se refere à experiência política e profissional das parlamentares eleitas, destaca-se o fato de que a maior parte delas era até então novata na Câmara dos Deputados: 43 mulheres, ou 55,8% das eleitas, estavam em seu primeiro mandato na Casa, conforme mostra a Tabela 4. No mais, apenas 29 parlamentares conseguiram se reeleger consecutivamente. O fato de muitos(as) parlamentares novos/as serem eleitos(as) no mesmo pleito, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para o Senado Federal foi caracterizado por diversos veículos de mídia como um momento de grande renovação<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> “[O quociente eleitoral] define os partidos e coligações que têm direito a ocupar as vagas em disputa nas eleições proporcionais, nas quais são escolhidos vereadores, deputados estaduais, federais e distritais. É determinado pela divisão do número de votos válidos apurados pelo número de cadeiras a que cada estado ou município tem direito na assembleia, desprezada a fração se for igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se for maior que meio” (Agência Senado).

<sup>34</sup> SHALDERS, André. Eleições 2018: Câmara e Senado terão a maior renovação das últimas décadas, estimam analistas. **BBC Brasil**, 8 outubro de 2018. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45780660>. Acesso em: 24 jul. 2023.

Tabela 4 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo experiência na CD

Mandato na CD	Total	% em relação ao total
1º Mandato	43	55,8%
2º Mandato	16	20,8%
3º Mandato	11	14,3%
4º Mandato	1	1,3%
5º Mandato	3	3,9%
6º Mandato	2	2,6%
7º Mandato	1	1,3%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Nota: Percentuais calculados em relação ao total de deputadas federais eleitas.

Com o objetivo de verificar se este discurso da renovação política em 2018 era procedente, um estudo publicado pela FGV (Barbieri; Ramos, 2019) analisou a composição da bancada feminina eleita neste pleito. Utilizando o método exploratório e descritivo, as pesquisadoras analisaram os perfis de ingresso e as trajetórias políticas das deputadas federais. Os resultados publicados pelo estudo indicaram que, dentre as 77 eleitas em 2018, a maior parte chegou à Câmara Federal pela primeira vez, superando o número de reeleitas, dado que difere das eleições anteriores (Barbieri; Ramos, 2019, p. 34). Dentre estas que chegaram pela primeira vez, a maior parcela possuía pouco tempo de filiação ao partido de eleição, com uma média 0,4 anos de filiação partidária (Barbieri; Ramos, 2019, p. 42), além do que muitas também nunca ocuparam cargos políticos não eletivos antes (61%), mais que nas eleições anteriores (Barbieri; Ramos, 2019, p. 45).

Em geral, as novatas na política eleitas em 2018 possuem menos experiência que as de 2014. Aquelas aliaram-se pela primeira vez a um partido no ano em que concorreram à eleição, diferentemente destas, cuja maioria já possuíam uma trajetória partidária no partido em que disputaram. Além disso, as deputadas federais eleitas em 2018 demonstraram menos participação em cargos políticos não eletivos, bem como em cargos dentro de partidos, ambos considerados duas fontes de capital político do próprio campo. Porém, para compreender de forma mais apurada esse fenômeno, é necessário considerar outros fatores, tal qual o capital político (Barbieri; Ramos, 2019, p. 48).

Os dados descritos demonstram que, de fato, uma das especificidades do pleito de 2018 foi a entrada de novos atores no cenário político, dentre as quais, as parlamentares em questão. A expressiva parcela de eleitas com pouca ou nenhuma experiência política prévia pode indicar um contexto de ressignificação de quais capitais políticos são estratégicos para a

eleição, já que o capital político advindo do próprio meio teve um peso menor se comparado aos pleitos anteriores. Segundo Miguel sobre a ampla presença de novatos neste pleito, o fato pode ter relação com o sistema de representação proporcional com listas abertas, que

[...] favorece a candidatura de outsiders, que podem arriscar a transformação de outros tipos de capital em capital eleitoral, contanto muitas vezes com o beneplácito das direções partidárias, que veem neles apostas para a ampliação do total de votos da lista (Miguel, 2022, p. 242).

O perfil geral das parlamentares eleitas para a 56ª Legislatura descrito até o momento indica uma bancada feminina que superou numericamente todas as anteriores, majoritariamente branca e pouco experiente no campo político. Em termos partidários, dos 35 partidos registrados no TSE, 32 conseguiram eleger ao menos um representante para o CN neste pleito, no entanto, apenas seis conseguiram eleger mais de 100 candidatas: PT, MDB, PSL, PP, PSDB e PSB (referência). E os partidos que mais elegeram mulheres foram justamente aqueles mais bem sucedidos no mesmo pleito: PSL e PT, cada um com 10 mulheres.

Tabela 5 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo partido

Partido de eleição <sup>35</sup> /classificação <sup>36</sup>	Total	Proporção (%)
PSL ( <b>D</b> )	10	13,3%
PT ( <b>E</b> )	10	13,3%
PSDB ( <b>D</b> )	8	10,7%
PL ( <b>D</b> )	6	8%
PP ( <b>D</b> )	5	6,7%
PSOL ( <b>EE</b> )	5	6,7%
MDB ( <b>D</b> )	4	5,3%
PCdoB ( <b>E</b> )	4	5,3%
DEM ( <b>ED</b> )	3	4%
PDT ( <b>CE</b> )	3	4%

<sup>35</sup> Siglas: PSL - Partido Social Liberal (Atual União Brasil); PT - Partido dos Trabalhadores; PSDB - Partido da social democracia brasileira; PL - Partido Liberal; PP - Partido Progressistas; PSOL - Partido socialismo e liberdade; MDB - Movimento Democrático Brasileiro; PCdoB - Partido Comunista do Brasil; DEM - Democratas; PDT - Partido Democrático Trabalhista; PSB - Partido Socialista Brasileiro; PODE - Podemos (antigo Partido Trabalhista Nacional - PTN); PROS - Partido Republicano da Ordem Social; PSD - Partido Social Democrático; PTB - Partido Trabalhista Brasileiro; PTC - Partido Trabalhista Cristão (Atual Agir); PV - Partido Verde; REDE - Rede Sustentabilidade;

<sup>36</sup> Classificação ideológica segundo estudo de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), onde: **EE** - Extrema Esquerda; **E** - Esquerda; **CE** - Centro-Esquerda; **C** - Centro; **CD** - Centro-Direita; **D** - Direita; **ED** - Extrema-Direita.

REPUBLICANOS ( <b>D</b> )	3	4%
PSB ( <b>CE</b> )	3	4%

Tabela 5 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo partido  
conclusão

Partido de eleição <sup>37</sup> /classificação <sup>38</sup>	Total	Proporção (%)
CIDADANIA ( <b>D</b> )	2	4%
NOVO ( <b>D</b> )	1	1,3%
PODE ( <b>D</b> )	1	1,3%
PROS ( <b>D</b> )	1	1,3%
PSD ( <b>D</b> )	1	1,3%
PTB ( <b>CD</b> )	1	1,3%
PTC ( <b>D</b> )	1	1,3%
PV ( <b>C</b> )	1	1,3%
REDE ( <b>C</b> )	1	1,3%
SOLIDARIEDADE ( <b>CD</b> )	1	1,3%
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Nota: Percentuais calculados em relação ao total de deputadas federais eleitas.

Nota: Consideram-se os partidos pelos quais as parlamentares foram eleitas em 2018.

Uma das características mais marcantes das eleições de 2018, e já citada anteriormente, é a predominância de parlamentares eleitas em partidos posicionados do centro à direita<sup>39</sup>, sobretudo no grupo das eleitas de direita (53,2%). Dentre os dois partidos classificados pelos autores (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023) como extrema-direita - Patriota e DEM - somente o DEM elegeu deputadas federais.

<sup>37</sup> Siglas: PSL - Partido Social Liberal (Atual União Brasil); PT - Partido dos Trabalhadores; PSDB - Partido da social democracia brasileira; PL - Partido Liberal; PP - Partido Progressistas; PSOL - Partido socialismo e liberdade; MDB - Movimento Democrático Brasileiro; PCdoB - Partido Comunista do Brasil; DEM - Democratas; PDT - Partido Democrático Trabalhista; PSB - Partido Socialista Brasileiro; PODE - Podemos (antigo Partido Trabalhista Nacional - PTN); PROS - Partido Republicano da Ordem Social; PSD - Partido Social Democrático; PTB - Partido Trabalhista Brasileiro; PTC - Partido Trabalhista Cristão (Atual Agir); PV - Partido Verde; REDE - Rede Sustentabilidade;

<sup>38</sup> Classificação ideológica segundo estudo de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), onde: **EE** - Extrema Esquerda; **E** - Esquerda; **CE** - Centro-Esquerda; **C** - Centro; **CD** - Centro-Direita; **D** - Direita; **ED** - Extrema-Direita.

<sup>39</sup> Classificação ideológica dos partidos políticos segundo Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023.

Tabela 6 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo Posicionamento político-partidário

<b>Posição político-partidário</b>	<b>Total</b>	<b>Proporção (%)</b>
Extrema-esquerda	5	6,5%
Esquerda	14	18,2%
Centro-esquerda	6	7,8%

Tabela 6 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo Posicionamento político-partidário

<b>Posição político-partidário</b>	<b>Total</b>	<b>Proporção (%)</b>
Centro	4	5,2%
Centro-direita	4	5,2%
Direita	41	53,2%
Extrema-direita	3	3,9%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Nota: Classificação político-partidária com base em Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

Nota: Percentuais calculados em relação ao total de deputadas federais eleitas.

Nota: Consideram-se os partidos pelos quais as parlamentares foram eleitas em 2018.

#### **4 PARENTESCO POLÍTICO ENTRE AS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS PARA A 56ª LEGISLATURA**

Conforme previamente abordado, a hereditariedade política emerge como um fenômeno relativo às circunstâncias que propiciam a ascensão, seja de forma consecutiva ou não, de membros de uma mesma linhagem familiar a cargos eletivos. Diferente da transmissão hereditária de cargos - ou hereditariedade eletiva - a qual remete à posse e herança oficial de postos administrativos por uma única família, a hereditariedade política contemporânea se desenrola em cenários democráticos, respaldada por eleições livres sob a perspectiva da isonomia formal. Outro ponto também abordado, foi o de que esse fenômeno se fundamenta na transmissão de um patrimônio político, englobando diversos recursos, conhecimentos e redes, de maneira a forjar um capital político substancial - recurso essencial para a construção e consolidação de uma carreira política.

É sabido, ainda, que os significados de um parentesco político podem ser diversos dependendo do contexto e das pessoas que o detém. Contudo, nem sempre está evidente o que essa forma de parentesco implica para as trajetórias políticas das mulheres brasileiras no âmbito do Legislativo Federal. Quais são, efetivamente, os papéis desempenhados e a influência exercida pela família política nas trajetórias dessas parlamentares? Surge ainda a dúvida acerca do impacto que diferentes tipos de parentesco podem ter na construção da identidade política e na consolidação de uma vocação neste domínio. Além disso, cabe indagar se aquelas que adentraram a esfera política por meio desse viés estão necessariamente alinhadas ao conservadorismo e figuram como representantes das elites.

Para tentar compreender essas questões, a pesquisa que embasou esta dissertação propôs-se a analisar as características pessoais, profissionais e políticas do grupo de deputadas federais eleitas em 2018. A pesquisa visou verificar se existem indícios que evidenciem singularidades provenientes do parentesco político nas carreiras dessas parlamentares. Além disso, a utilização da comparação, como estratégia metodológica, foi feita com o objetivo de verificar se existem particularidades distintivas nas trajetórias políticas de mulheres que dispõem do respaldo do capital familiar, em contraste com outros percursos.

O objeto de estudo se insere, como abordado na seção anterior, em um contexto bastante particular da história brasileira. Por esse motivo, a pesquisa procurou também verificar as conexões entre a existência do parentesco político e a associação com outros atores dentro da Câmara dos Deputados.

Ademais, buscou-se compreender a existência de redes de pertencimento e fidelidade, a fim de enriquecer a análise contextual das influências e interações políticas dessas mulheres no âmbito legislativo.

Assim, a presente seção apresenta os resultados da pesquisa conduzida para a elaboração do trabalho de dissertação. A disposição dos dados - tanto quantitativos quanto qualitativos - foi organizada de maneira a destacar distintos aspectos da vida das personagens analisadas, abrangendo desde elementos de ordem pessoal, passando por aspectos profissionais, até considerações relativas à produção legislativa e às interações com outros atores na esfera da Câmara. Esse arranjo visa proporcionar uma visão abrangente e estruturada dos achados, de forma a permitir uma visualização mais didática destes diferentes elementos e conexões que permeiam as trajetórias.

#### **4.1 Perfis pessoais, afetos e a vocação para a política**

Nesta seção, apresentam-se os achados de pesquisa relacionados aos perfis pessoais das deputadas, em perspectiva comparada, observando a composição racial, a idade e o estado civil destas. Além dos dados quantitativos que abrangem estas informações, são incorporadas também as expressões das deputadas em relação aos elementos que se entrelaçam com esses dados quantitativos. Dessa forma, são explorados elementos referentes ao papel das relações familiares na socialização e convívio das deputadas com o meio político, analisando como esses fatores impactaram suas trajetórias de vida e influenciaram o surgimento de suas vocações políticas. Ao abordar a composição racial, idade e estado civil, busca-se compreender também a diversidade e as nuances presentes no grupo de herdeiras políticas. A análise buscou considerar, portanto, as vozes das próprias deputadas, proporcionando uma visão abrangente das experiências individuais em relação às dinâmicas familiares que moldaram suas jornadas políticas. Ao considerar esses aspectos, a pesquisa buscou lançar luz sobre como as relações familiares desempenharam um papel vital na socialização das deputadas no meio político, além das escolhas individuais quanto a este ambiente.

Assim, como destacado anteriormente, a observação da composição racial das parlamentares é essencial para compreender as nuances e desigualdades que permeiam a representação política. Ao analisar mais especificamente a diversidade racial dentro do grupo de parlamentares que contam com um parentesco político, é possível identificar padrões e lacunas que refletem a inclusividade ou exclusão de diferentes grupos no cenário político.

Dessa maneira, a representatividade racial não apenas influencia as agendas e políticas adotadas, mas também reflete a variedade de perspectivas e experiências que os diferentes grupos de pessoas podem trazer para o debate político e para a construção de políticas públicas. Como destacado em seções anteriores, a maioria das mulheres eleitas se autodeclara como branca. Dentre as deputadas que ingressaram na vida pública por meio do capital político, essa característica se torna ainda mais pronunciada.

Das 39 deputadas com parentesco político, 34 (44%) se autodeclaram brancas, enquanto apenas 5 (6,5%) se identificam como pardas. Entre essas, nenhuma delas se autodeclara preta ou indígena. Notavelmente, a literatura sobre hereditariedade política raramente aborda questões raciais ou interseccionais, como se essa perspectiva não fosse pertinente ao fenômeno estudado. No entanto, a realidade aponta para um evidente viés racial na composição da Câmara dos Deputados, especialmente quando analisamos as mulheres provenientes de famílias políticas.

Tabela 7 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo raça/cor autodeclarada e capital político

Raça/cor autodeclarada	Capital Político		Total***
	Capital familiar*	Outros**	
Branca	34 (44,2%)	29 (37,7%)	<b>63</b>
Parda	5 (6,5%)	4 (5,2%)	<b>9</b>
Preta	-	4 (5,2%)	<b>4</b>
Indígena	-	1 (1,3%)	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>39 (50,6%)</b>	<b>38 (49,4%)</b>	<b>77 (100%)</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que contam com capital político familiar

\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que *não* contam com capital político familiar

\*\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed.

A idade de ingresso a um cargo eletivo constitui frequentemente, segundo diversos estudos<sup>40</sup>, um possível indicador da apropriação de um capital político familiar, sobretudo em casos em que se observa uma precocidade na eleição. Isso porque a construção de uma carreira neste âmbito pressupõe, ao menos tradicionalmente, um trabalho contínuo de acúmulo de capital político e experiência - às vezes, ao longo de toda uma vida. Assim, a:

[...] biografia da maioria dos políticos herdeiros mostra a importância da precocidade política, fruto da atividade pedagógica familiar, dando sentido ao duplo jogo do trabalho de representação no qual suas famílias se empenham: o domínio da cultura familiar e o da cultura política (Canêdo, 2002, p. 181-182).

<sup>40</sup> Canêdo (2002), Grill (2018), Patriat e Parodi (2017).



Conforme evidenciado pela Tabela 7, observa-se que a maioria das parlamentares eleitas em 2018 encontrava-se na faixa etária de 40 anos ou mais. Destaca-se que as faixas etárias mais representativas compreendem os intervalos de 40 a 50 anos, e 60 anos ou mais, sugerindo uma predominância de mulheres com experiência e maturidade no cenário político. Dentre as mulheres de idade mais jovem, apenas duas mulheres com menos de 30 anos foram eleitas nessa ocasião. Tábata Amaral, nascida em 1993, conquistou seu assento aos 25 anos, enquanto Luiza Canziani, nascida em 1996, ingressou aos 22 anos. Esses casos excepcionais ressaltam a presença de jovens representantes no Legislativo, indicando uma dinâmica eleitoral que ocasionalmente abre espaço para vozes mais jovens, apesar de sua relativa escassez nesse contexto específico.

Tabela 8 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo idade e capital político

Idade	Capital político				Total	proporção (%)***
	Capital político familiar	proporção (%)*	Outros	proporção (%)**		
Até 30 anos	1	2,6%	1	2,6%	2	2,6%
Entre 30 e 40 anos	4	10,3%	7	18,4%	11	14,3%
Entre 40 e 50 anos	14	35,9%	11	28,9%	25	32,5%
Entre 50 e 60 anos	8	20,5%	9	23,7%	17	22,1%
60 anos ou mais	12	30,8%	10	26,3%	22	28,6%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que contam com capital político familiar

\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que *não* contam com capital político familiar

\*\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed.

O rastreamento dos dados, ao início da pesquisa, mostrou que Tábata Amaral relaciona-se com João Henrique Campos, político jovem nascido no mesmo ano de 1993 e herdeiro de um sólido patrimônio político familiar.

Contudo, é importante ressaltar que a existência desse relacionamento não necessariamente implica uma entrada na carreira política pela via do capital familiar. Isso se deve ao fato de que o relacionamento se estabeleceu em um contexto no qual Tábata já havia sido eleita deputada federal. Sua carreira política, embora precoce, remonta a um capital

político adquirido por meio de uma sólida formação em instituições de ensino renomadas, associada a um histórico de engajamento em movimentos sociais.

No caso de Luiza Canziani, sua eleição ocorreu enquanto ainda cursava o ensino superior em Direito, obtendo pouco mais de 90 mil votos e tornando-se a Deputada Federal mais jovem para o cargo em 2018. Como filha de Alex Canziani, ex-deputado federal, ainda no início do mandato foi capaz de falar em público, e acumulando uma notável quantidade de feitos dentro da casa legislativa, como mostra a notícia a seguir:

Aos 22 anos, a deputada Luísa Canziani (PTB-PR), a mais jovem entre os 594 congressistas, aproveitou o primeiro dia de trabalho após a posse para fazer o que o deputado Tiririca (PR-SP), que exerceu seu terceiro mandato, demorou quase sete anos: estrear ao microfone. Desde o dia 5 [de fevereiro de 2019], ela discursou outras duas vezes.<sup>41</sup>

Essa comparação feita pela publicação ainda nos primeiros dias da 56<sup>a</sup> Legislatura, em 2019, se revela pertinente para os propósitos do estudo, uma vez que destaca duas trajetórias notavelmente distintas: a da mencionada parlamentar e a do deputado federal Francisco Everaldo Oliveira Silva<sup>42</sup>. As discrepâncias marcantes em suas trajetórias de vida e na forma como ingressaram na política, aliadas às diversas abordagens da mídia sobre essas figuras, evidenciam como a influência de um legado político familiar pode exercer um papel determinante no acesso a uma eleição e ao campo político em geral. Essa análise não apenas ressalta as diferenças fundamentais nas oportunidades de acesso, mas também lança luz sobre as profundas desigualdades existentes nesse contexto, destacando a eficácia e a influência de fatores herdados na esfera política.

Essa ideia pode ser expressa ainda na concepção de que, no campo político, determinadas pessoas podem ser consideradas como agentes legítimos, isto porque este campo é um território no qual um grupo específico de agentes, que atendem às condições de acesso estabelecidas, participa de um jogo particular do qual outros são excluídos (Bourdieu, 2011, p. 197).

---

<sup>41</sup> SARDINHA, Edson. Caçulas estreiam com voz ativa no novo Congresso. Veja o perfil de todos os parlamentares. **Congresso em foco, UOL**. 2019. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/caculas-estriam-com-voz-ativa-no-novo-congresso-veja-o-perfil-de-todos-os-parlamentares/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

<sup>42</sup> Para maiores informações sobre a biografia do parlamentar:

Biografia do(a) Deputado(a) Federal Tiririca - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

No âmbito político, o capital político familiar emerge como um dos elementos preponderantes que confere a uma herdeira o reconhecimento do seu pertencimento legítimo a esse espaço, proporcionando-lhe, por conseguinte, uma maior capacidade de articulação e inserção no meio. Esse reconhecimento não apenas valida a presença desses agentes no campo político, mas também influencia significativamente suas possibilidades de atuação e impacto, delineando as dinâmicas e desigualdades presentes no cenário político:

Quando prevalece o ‘ingresso por cima’ na carreira política eletiva, quer dizer, diretamente pela ocupação de cargos mais altos na hierarquia política, o controle e a seleção prévia por parte dos agentes já estabelecidos ou das máquinas políticas mostram-se decisivos (Grill, 2008, p. 72).

O contexto das relações familiares emerge, portanto, como um cenário frequente na formação de agentes políticos, tanto devido a uma socialização diferenciada das pessoas inseridas nesse ambiente e às expectativas sobre assumirem o legado político, quanto à conveniência de se dividir o trabalho político para a manutenção do poder familiar. Essas interações não apenas moldam as trajetórias individuais, mas também possuem implicações significativas sobre o campo político, evidenciando o caráter político e operacional dessas relações familiares.

Diversas pesquisas<sup>43</sup> destacam que, no caso das mulheres que trilham uma carreira política, o parentesco político quase sempre provém de um homem, geralmente o marido ou o pai, ressaltando a natureza patriarcal dessa transmissão. No âmbito dessa dinâmica, uma regularidade observada pela pesquisa é que o ingresso precoce na carreira política (até 30 anos de idade) frequentemente está associado ao parentesco político consanguíneo, ou seja, aquele herdado de pais, tios ou avós - embora existam exceções<sup>44</sup>. Nesses casos, é comum que as parlamentares justifiquem essa escolha de trajetória como decorrente de uma vocação política adquirida naturalmente a partir da socialização em um meio familiar politizado, tendo como referência os pais.

O processo de justificar a escolha de uma carreira pressupõe um esforço constante de legitimação por parte das herdeiras, que recorrem a diversos elementos discursivos para fundamentar sua presença e atuação política. A noção de uma vocação política intrínseca e natural ganha destaque, sendo frequentemente atribuída às relações de afeto que se desenvolvem no âmbito familiar, tanto no contexto doméstico quanto em eventos políticos.

---

<sup>43</sup> Pinheiro (2007), Miguel, Marques e Machado (2015) e Pinto e Silveira (2018).

<sup>44</sup> Aline Gurgel, por exemplo, começou a ter contato com o mundo político quando se casou, na casa dos 20 anos, com um político.

As figuras paterna e materna assumem, nesse contexto, um papel crucial, sendo apresentadas como exemplos a serem seguidos, o que gera uma ambição, um desejo de explorar o meio o qual os pais integram.

Olha, na verdade, eu acho que a gente já *nasce* político, e quando eu menos percebi, aos 16 anos, dentro da escola, eu percebi a necessidade de tirar o título de eleitor. Muitas pessoas não queriam participar desse processo, então eu comecei a dar palestras, procurei um partido político e me filiei aos 16 anos, e aos 21 concorrer à eleição para Vereadora.<sup>45</sup>

Eu agradeço demais, porque tudo que eu sou hoje veio da minha criação, então eu sou feliz e fico muito honrada porque eu tenho pais *maravilhosos* e que sempre defenderam nosso estado, especialmente aqui no Vale do Juruá. Então, são meus companheiros, me ensinaram muita coisa e ainda ensinam. Eu fui para um caminho que eu já sabia que iria seguir. Eu tenho uma independência na minha família, mas eu peço muitos conselhos.<sup>46</sup>

Ele [pai de Bruna Furlan] é uma inspiração desde pequena. Eu tenho 39 anos e estou no terceiro mandato de Deputada Federal, e desde pequena eu o acompanho, porque eu podia ir para comício. Eu tenho uma lembrança muito boa dessa época, mas eu sempre soube que era a minha vontade, né. Porque é normal, você é engenheiro, né? (sim) é normal que em uma família de engenheiros um filho queira seguir essa atividade. Então eu sempre admirei e sempre tive vontade ao ver o meu pai dedicar a vida a cuidar da vida de outras pessoas.<sup>47</sup>

Essas narrativas que enfatizam a vocação política como um legado familiar permeado por relações afetivas com as referências familiares sugere uma continuidade natural na escolha da própria carreira. A legitimidade, portanto, é ancorada discursivamente na ideia de que a herdeira não apenas compartilha valores políticos com sua família, mas que a influência dessas figuras parentais moldou de maneira inerente sua inclinação para a arena política. Essa estratégia discursiva busca validar a ambição política, contextualizando-a como uma extensão natural de um ambiente familiar politizado, mas também associada a sentimentos e características pessoais (por exemplo, a busca por protagonismo, a extroversão, articulação com a juventude e a capacidade de mobilização).

Eu comecei muito nova, né, porque era a primeira filha. Meus pais começaram muito jovens na política, e o meu pai ia pra reunião partidária e minha mãe acompanhava e eu ia junto. Eles iam pra manifestação, carreatas e tava eu lá. Meu primeiro discurso no palanque eu tinha 12 anos de idade, então acabei acompanhando muito a vida deles, mas sempre nos bastidores participando da organização do partido, já liderei a juventude partidária. Até o dia em que eu fui vereadora da cidade do Rio, e decidi me candidatar.<sup>48</sup>

Eu tive a oportunidade, desde muito nova, de respirar a política dentro da minha casa, meu pai teve a oportunidade de ser e acredito que sempre foram as minhas inspirações. Mas a partir disso eu escutava muito as pessoas falarem que eu ia ser política pela forma que eu era sempre muito falante, muito comunicativa e eu acho

<sup>45</sup> Mariana Carvalho.

<sup>46</sup> Jéssica Sales.

<sup>47</sup> Bruna Furlan.

<sup>48</sup> Clarissa Garotinho.

que acreditei, tanto que cheguei aos 16 anos eu quis tirar o título de eleitor para votar e percebi a dificuldade que era incentivar os jovens a participarem do processo político. Até que a gente conseguiu perceber que precisávamos estar dentro de um partido para que essa motivação acontecesse. E aí me filiei no PSDB, partido que eu fiquei por 20 anos filiada, até que veio as eleições e eu fui eleita vereadora em Porto Velho<sup>49</sup>

Essas narrativas de herdeiras de um legado familiar, e que se referem à exposição precoce ao campo político, têm como elementos fundamentais o cultivo da vocação política inata e espontânea, enraizada nos vínculos afetivos familiares e moldada pela presença inspiradora das figuras paterna e materna. A tática discursiva procura legitimar a aspiração política, retratando-a como uma prolongação natural de um ambiente familiar politicamente ativo, enquanto destaca a relevância do suporte familiar na decisão de seguir essa carreira.

Além da idade, a análise do estado civil das parlamentares com capital político familiar revela-se crucial para compreender as dinâmicas e influências que moldam suas trajetórias políticas. O estado civil pode desempenhar um papel significativo na forma como as mulheres acessam e exercem o poder político, especialmente quando este está associado a laços familiares. Ao observar o estado civil dessas parlamentares, é possível identificar padrões e relações entre o contexto conjugal e o engajamento político, considerando como o casamento pode atuar como um facilitador ou desafio para as aspirações políticas. Além disso, essa análise proporciona insights sobre como as expectativas sociais e familiares podem influenciar as escolhas políticas das mulheres, destacando a interseção entre vida pessoal e carreira política. Nesse sentido, entre as parlamentares que possuem parentesco político, destaca-se que a maior parcela herdou capital político de homens, como no caso dos pais, mas também por meio do matrimônio, adquirindo capital político do marido. Conforme evidenciado pela Tabela 9, a maioria das parlamentares é casada, o que é esperado considerando que a maior parte delas se encontrava, em 2018, na faixa etária dos 40 aos 60 anos, conforme apontado pela Tabela 8. Estes dados indicam que existe um modelo de conjugalidade atrelado a um modelo geracional em relação às configurações familiares das Deputadas.

---

<sup>49</sup> Mariana Carvalho.

Tabela 9 – Distribuição das deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura segundo estado civil e capital político

Estado Civil	Capital político			Proporção (%)**	Total
	familiar	Proporção (%)*	Outros		
Solteira	8	10,4%	13	16,9%	21
Casada	26	33,8%	18	23,4%	44
Divorciada	4	5,2%	6	7,8%	10
Viúva	1	-	1	1,3%	2
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>50,6%</b>	<b>38</b>	<b>49,4%</b>	<b>77 (49,4%)</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que contam com capital político familiar.

\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que *não* contam com capital político familiar.

Uma observação acerca do grupo estudado foi que, ao contrário das parlamentares que entraram na carreira política em uma idade jovem por meio da influência paterna, aquelas que ingressaram através do casamento e já na fase adulta, apresentam discursos distintos. Essa discrepância não apenas se evidencia na experiência com o campo político, mas também nas motivações subjacentes à entrada nesse meio. Em diversos desses casos, os discursos ressaltam a limitada experiência no cenário político devido a um envolvimento recente nessa esfera, associando o ingresso a incentivos ou solicitações por parte do cônjuge.

Aos 23 anos Aline Varonil de Sousa virou Aline Gurgel, quando eu me casei com o empresário bem sucedido, uma pessoa responsável, Hildegard Gurgel, e foi então que eu comecei minha vida política, porque ele já tinha sido candidato a vereador e me incentivou a entrar.<sup>50</sup>

Eu não posso deixar de registrar aqui que esse um mês de campanha da minha eleição não é decorrente de mim logicamente, porque eu trabalho na saúde a mais de 30 anos, mas eu devo essa eleição a todos os 16 anos de Manato como parlamentar e também a Bolsonaro logicamente.<sup>51</sup>

É relevante ressaltar que o parentesco político pode originar-se tanto da consanguinidade quanto do casamento, e, em alguns casos, de ambas as formas simultaneamente. Em alguns exemplos, ficou evidente que uma pessoa pode manter vínculos de parentesco com agentes do campo político, porém não nutrir o desejo de seguir uma carreira. Isso evidencia que as características pessoais, especialmente aquelas relacionadas à personalidade e às ambições, desempenham um papel crucial no processo de escolha de trajetórias. Nos casos em que as parlamentares manifestaram não ter interesse em participar da política, os elementos discursivos observados também se diferenciam.

<sup>50</sup> Aline Gurgel.

<sup>51</sup> Soraya Manato.

O primeiro semestre [de mandato] para mim foi, acima de tudo, de muita novidade. Como todos sabem eu sempre convivi com a política, desde o dia em que nasci, depois me casei e continuei convivendo com ela, mas nunca fui eu a frente. Então esses seis primeiros meses foram de muito aprendizado e de muita importância.<sup>52</sup>

Minha história política é muito recente, eu sou médica, e quando foi em julho de 2018 eu recebi o convite para participar porque precisavam de mulheres para participar do processo eleitoral. E eu já era casada com o prefeito na época, e eu venho de família política, mas eu mesma não tinha essa intenção. Eu pensava que como médica eu posso ajudar muito mais, era o que eu achava mesmo.<sup>53</sup>

Não obstante, o fato de as mulheres ingressarem na política por meio do capital político do marido não implica necessariamente que não possam desenvolver ambições políticas próprias ou ter atuações de protagonismo. Existem casos notáveis de parlamentares que seguiram essa trajetória e construíram carreiras políticas sólidas. A exemplo, a deputada federal Ângela Amin, cuja jornada será explorada mais adiante, iniciou sua carreira política por essa via e a desenvolveu ao longo de décadas. De forma semelhante, o percurso da deputada federal Elcione Barbalho evidencia que a influência do casamento impulsionou sua carreira, mas ela conquistou triunfos próprios ao longo do tempo - inclusive após o término do relacionamento. Esses exemplos destacam que, mesmo iniciando a trajetória política por meio do capital político do cônjuge, as mulheres podem construir carreiras independentes e bem-sucedidas.

Nesta seção, portanto, a análise concentrou-se em algumas características que compõem os perfis pessoais das deputadas, explorando uma perspectiva comparada em relação à presença de capital político. As variáveis de raça, idade e estado civil foram examinadas, sendo associadas aos elementos centrais identificados nas entrevistas concedidas pelas deputadas à mídia. A abordagem comparativa proporcionou uma visão de elementos distintivos entre estas características pessoais e o capital político. Associada à análise das diferentes experiências e perspectivas das deputadas, permitiu destacar alguns pontos de intersecção entre os relacionamentos, os afetos, a construção de uma carreira política, e a vocação para este tipo de trajetória, contribuindo, assim, para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas envolvidas na construção e na manutenção de um patrimônio político familiar.

---

<sup>52</sup> Marina Santos.

<sup>53</sup> Marina Santos.

## 4.2 Perfis profissionais

Embora o parentesco político seja um recurso relevante no contexto político, é necessário destacar que, por si só, não constitui uma garantia automática de sucesso eleitoral para as aspirantes a uma carreira política. Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de esforços por parte das próprias herdeiras políticas, que vão além das conexões familiares, destacando-se investimentos significativos no desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e experiência. A literatura destaca que o aprendizado contínuo e a acumulação de experiência em instituições acadêmicas e profissionais desempenham papéis cruciais. Esses elementos são catalisadores essenciais, proporcionando não apenas a aquisição de conhecimentos específicos relacionados à área de estudo e atuação, mas também contribuindo para a construção de um currículo destacado. Dessa maneira, as escolhas relativas à vida escolar, acadêmica e profissional desempenham um papel fundamental. A seleção de instituições de ensino de renome, o histórico escolar, as atividades extracurriculares, a publicação de artigos e livros, bem como outros trunfos acadêmicos e profissionais, todos se revelam relevantes nesse processo.

Adicionalmente, o investimento na própria carreira, pautado pelo objetivo de trilhar uma trajetória eleitoral, direciona o foco da pessoa para a aquisição ativa de competências. É importante ressaltar que esses esforços são frequentemente empreendidos sob a atenta observação e orientação da família, não apenas em termos de apoio financeiro, mas também no que diz respeito a conselhos valiosos e experiências compartilhadas. Esse apoio familiar desempenha um papel decisivo ao oferecer uma base sólida e encorajamento, tornando-se um elemento facilitador e, por vezes, fundamental. Ademais, esses esforços para aprimorar as habilidades e conhecimentos não apenas contribuem para a construção de um perfil mais qualificado, mas também desempenham um papel fundamental na criação de novas redes de relacionamentos para além daquelas herdadas da família. Essas redes, tanto de natureza pessoal quanto profissional (ou uma combinação de ambas), têm o potencial de se tornarem ativos valiosos no futuro. Ao expandir seu círculo de contatos, a aspirante a uma carreira política pode estabelecer conexões que se mostram cruciais durante uma campanha eleitoral, proporcionando apoio, conselhos estratégicos e colaborações significativas.

Assim, o investimento na própria carreira não se limita apenas à aquisição de habilidades técnicas, mas também envolve a construção de uma base sólida de suporte e *networking*. Esse conjunto de esforços, permeado pela influência e orientação familiar,



contribui para a formação de agentes políticas mais preparadas e conectadas, e frequentemente mais capazes de enfrentar os desafios de uma trajetória eleitoral.

No contexto do grupo de parlamentares estudado, observa-se que a maioria delas possui nível superior e pós-graduação. Essa característica não é exclusiva das herdeiras políticas, mas se estende a todo o grupo de mulheres eleitas, conforme indica a Tabela 10. Essa constatação indica que o perfil educacional das parlamentares com parentesco político reflete uma maior escolarização, mas esse é um traço marcante em todo o conjunto das eleitas.

Tabela 10 – Distribuição das deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura segundo escolaridade e capital político

Escolaridade	Capital político			Proporção (%)**	Total	Proporção (%)***
	Capital familiar	Proporção (%)*	Outros			
Fundamental	-	-	1	1,3%	1	1,3%
Ens. Médio	1	1,3%	2	2,6%	3	3,9%
Ens. Superior	30	(39%)	25	32,5%	55	71,4%
Pós-graduação	8	(10,4%)	10	13%	18	23,4%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>50,6%</b>	<b>38</b>	<b>49,4%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que contam com capital político familiar

\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que *não* contam com capital político familiar

\*\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed.

Portanto, fica evidente que, para além das conexões familiares, as mulheres que ascendem ao cenário político investem ativamente em sua formação e experiência, contribuindo para a construção de trajetórias profissionais robustas e, conseqüentemente, para um perfil mais qualificado e diversificado no âmbito parlamentar. A formação acadêmica e a experiência profissional em áreas específicas do conhecimento, quando mencionadas nas falas das parlamentares, sugerem que tais atributos conferem a estas determinadas habilidades e especializações próprias da sua formação educacional e acadêmica. Além disso, a atuação profissional também indica o grau de expertise e domínio adquirido ao longo do tempo, especialmente em casos de carreiras longas e consolidadas.

Por exemplo, a formação em áreas da saúde e das Ciências Biológicas emergem como formações recorrentes entre as parlamentares analisadas, destacando-se como áreas de conhecimento que proporcionam uma base sólida de habilidades técnicas e compreensão dos desafios sociais e de saúde pública. Essa presença significativa de profissionais da saúde e de Ciências Biológicas no cenário político sugere uma valorização da expertise técnica e da

experiência prática no exercício do mandato parlamentar, onde questões relacionadas à saúde e bem-estar da população ocupam papel central.

Então, eu já tinha essa *entrada* dentro do mundo político, mas sem exercer a política. Então eu ficava nessas discussões à parte, não dava opinião de jeito nenhum, mais como *companheira* mesmo do Manato. Mas porque eu sou médica eu via muito da saúde, mas comecei a ver que os municípios têm outros problemas de saneamento, infraestrutura, segurança, os problemas da agricultura. Isso eu já sabia.<sup>54</sup>

Porque eu tinha meu irmão mais velho, e é um gênio, né? Ele é muito bom de exatas e preparou a gente antes de chegar lá [vestibular]. Aí ninguém acertou o cálculo. Eu me lembro como hoje e eu tirei. Não tirei nota máxima, sabe, porque esqueci a notação científica. E era rígido, mas nós saíamos prontos, sim, saímos prontos. (E você era boa de tudo?) Era boa. Fiz, fui lá, dei um desempenho bom, e em poucos meses eu passei no vestibular. (Para a farmácia e bioquímica?) Sim, na época, era assim conjugado, não é? E como era muito bem em química, fechei a prova de química, fechava tudo, e eu queria exatamente aquilo. Mas aí me chamaram e disseram, ‘olha, Alice, você foi o primeiro lugar, a gente não quer te perder, mas você não vai poder estudar’. Eu digo, como assim é, não vai poder estudar, ‘porque aqui mulher não trabalha de turno’ [na escola técnica]. E eu tinha só 17 anos. Eu era menina, né? E cheguei em casa, conversei com o meu pai, ele disse, ‘Minha filha, é seu sonho. Você faça que seu coração manda’. E fui pra escola de farmácia da ufba, grande escola, grandes mestres, grande formação e um ambiente fervilhando de tudo, né. Fervilhando de tudo não só de agitação política, mas de, principalmente de um ambiente cosmopolita, né? De muito conhecimento.<sup>55</sup>

Outro elemento de considerável relevância no âmbito da profissionalização política é a ocupação prévia de cargos, que frequentemente se configura como um fator crucial nas trajetórias das herdeiras políticas, representando uma das principais formas de acumulação de capital político. A experiência prévia adquirida na esfera política, muitas vezes fora do âmbito legislativo, desempenha um papel significativo na preparação e qualificação das candidatas para os desafios da carreira parlamentar.

Se você for analisar os homens também, e analisem aqui a assembleia legislativa do estado do Piauí, analisem a Câmara, vários deles são filhos de políticos, são herdeiros políticos também. Só se cobra isso das mulheres, porque das mulheres se cobra mais. Todas são mulheres fortes, mulheres profissionais, mulheres que têm identidade própria, mulheres que têm CPF próprio e têm bandeiras próprias, entendeu? Isso de ter o apoio do marido, isso de ter uma herança política acontece com os homens também. E mais, os homens também têm um palanque que as mulheres não têm, porque os homens ocupam cargos públicos. Olhem secretarias, olhem os institutos, olhem as coordenadorias. Os cargos de poder que fazem gerar um capital político são ocupados por homens, quer dizer, eles são herdeiros duplamente. Eles são herdeiros do capital político do Estado, do palanque eletrônico do Estado, e são herdeiros políticos também de famílias.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Soraya Manato.

<sup>55</sup> Alice Portugal.

<sup>56</sup> Margarete Coelho.

De forma semelhante, a experiência no âmbito da própria Câmara dos Deputados constitui um relevante indicativo de experiência política. Assim, a análise da Tabela 11 revela que uma parcela substancial das deputadas estava em seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados ao longo da 56ª Legislatura. Esse dado sugere que, para muitas delas, o exercício parlamentar na Câmara representou um novo capítulo em suas carreiras políticas. Isso destaca a importância de considerar não apenas a experiência prévia, mas também a trajetória dentro da instituição para compreender de maneira abrangente o perfil e a atuação dessas parlamentares.

A ocupação prévia de cargos, seja em níveis estaduais ou municipais, ministérios, organizações não governamentais ou outras esferas da administração pública, proporciona às herdeiras políticas uma base sólida de conhecimentos e habilidades, além de estabelecer conexões valiosas que podem ser fundamentais ao longo da carreira. Ademais, a experiência acumulada dentro da própria Câmara dos Deputados durante a legislatura em questão também é um fator relevante, pois oferece conhecimentos e experiências cruciais em relação aos meandros do processo legislativo.

(Por que a senhora quer concorrer à prefeitura de Florianópolis?) Nós entendemos que esse momento precisa de muita experiência, muita dedicação e muito empenho para recuperar principalmente a questão das pessoas, da saúde e o retorno dessas pessoas que perderam o emprego, a retomada da possibilidade de ter a sua renda familiar, e isso passa por um trabalho muito intenso de alguém com muita experiência. Eu busquei nesse período em que eu estou no terceiro mandato de deputada federal, mas foi nesse intervalo em que não estava na Câmara em querer ir para universidade. Fiz o meu mestrado, fiz o meu doutorado e toda a minha pesquisa foi voltada à área pública, exatamente para que? Para voltar com mais conhecimento.<sup>57</sup>

Sem dúvida nenhuma estou preparada para governar o estado do Piauí, estou no meu terceiro mandato de deputada federal, tenho no sangue a política, foi com o meu pai, Lucídio Portela, e com o meu tio, Petrônio Portella, que aprendi desde cedo a fazer política, uma política séria, com ética, com responsabilidade com a coisa pública. Essa mensagem que tenho passado em todos os municípios tem sido muito aceita pelo nosso povo e nossa gente.<sup>58</sup>

No entanto, conforme mostra a Tabela 11, a maior parte das parlamentares com longa experiência nesta casa legislativa - como aquelas que se encontravam em seu quarto, quinto, sexto, e, até mesmo, sétimo mandato - em geral estava menos associada às famílias políticas.

A constatação de que a maioria das deputadas com uma trajetória extensa de mandatos na Câmara dos Deputados não provém de um capital familiar representa uma descoberta significativa, alinhando-se com as conclusões apresentadas por Pinto e Silveira em seu estudo

---

<sup>57</sup> Angela Amin.

<sup>58</sup> Iracema Portella.

sobre carreiras políticas longevas. Este padrão sugere que, pelo menos para as mulheres, o capital familiar não é necessariamente o único fator determinante para uma carreira política longa e bem-sucedida.

Tabela 11 – Distribuição das deputadas federais eleitas para 56ª Legislatura segundo mandato na Câmara dos Deputados e capital político

Mandato na Câmara dos Deputados	Capital político					
	Capital familiar	Proporção (%)*	Outros	Proporção (%)**	Total	Proporção (%)***
1º	19	%	24	%	<b>43</b>	%
2º	12	%	4	%	<b>16</b>	%
3º	6	%	5	%	<b>11</b>	%
4º	0	%	1	%	<b>1</b>	%
5º	1	%	2	%	<b>3</b>	%
6º	1	%	1	%	<b>2</b>	%
7º	0	%	1	%	<b>1</b>	%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>%</b>	<b>38</b>	<b>%</b>	<b>77</b>	<b>%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que contam com capital político familiar

\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que *não* contam com capital político familiar

\*\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed.

Um caso interessante que ilustra essa dinâmica é o da deputada federal Luiza Erundina, que construiu uma carreira política longa e de renome através do engajamento e militância. Seu percurso teve início em 1958, quando conquistou seu primeiro cargo público como secretária de Estado. Desde então, Erundina mantém uma trajetória ativa na vida pública, acumulando mais de seis décadas de atuação. No contexto de 2018, a assistente social foi eleita para seu sétimo mandato na Câmara dos Deputados<sup>59</sup>. Assim, sua trajetória da parlamentar reforça a ideia de que, para as mulheres, a busca por uma carreira política de longa duração pode ser impulsionada por fatores como a militância, o engajamento cívico e a competência individual, e indicando que o capital familiar não é um requisito incontornável para o sucesso no cenário político.

É fundamental ressaltar, no entanto, que citar o caso de Luiza Erundina não implica em uma generalização de que uma carreira política é um objetivo facilmente alcançável para todas as mulheres. O cenário político brasileiro, apesar de contar com casos notáveis como o dela, é permeado por vários desafios para a entrada e ascensão das mulheres no campo

<sup>59</sup> BRASIL. Câmara dos deputados. **Luiza Erundina**: Biografia. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74784/biografia>. Acesso em: 24 jul. 2023.

político, em graus variados a depender de quais grupos de mulheres nos referimos. A realidade política apresenta barreiras significativas, incluindo estereótipos de gênero, discriminação, desigualdade estrutural e outras formas de resistência à participação feminina. Mulheres continuam a enfrentar obstáculos persistentes ao buscar cargos eletivos, desde o acesso limitado a recursos financeiros até a resistência cultural a lideranças femininas. Embora casos como o de Luiza Erundina ofereçam inspiração e destaquem que é possível para as mulheres alcançarem longas trajetórias na política, é crucial reconhecer que essas histórias individuais não eliminam os obstáculos estruturais que persistem. A necessidade de promover medidas afirmativas, políticas inclusivas e mudanças culturais profundas continua sendo fundamental para garantir uma representação política equitativa e significativa para as mulheres no Brasil.

Aprofundando a análise sobre os perfis profissionais das candidatas, outro indicador de extrema relevância é o desempenho eleitoral, pois serve como um elemento relevante para avaliar a eficácia dos recursos provenientes de um patrimônio político no processo eleitoral. A quantidade de votos, enquanto indicador-chave, não apenas oferece uma medida tangível da popularidade de uma candidata, mas também lança luz sobre a eficácia dos esforços para conquistar o apoio do eleitorado, tanto durante as campanhas eleitorais quanto em outros momentos cruciais.

Importa destacar que a quantidade de votos não é um mero número isolado, mas sim um possível reflexo do contexto político em que as eleições ocorreram. Este indicador está intrinsecamente vinculado às dinâmicas específicas de seleção eleitoral presentes naquele contexto particular, refletindo também nuances como a receptividade do eleitorado a determinadas mensagens, a influência de questões políticas postas em pauta pelas candidatas e a eficácia das estratégias de campanha.

É importante salientar, no entanto, que a interpretação desse indicador requer uma abordagem cautelosa. A análise do desempenho eleitoral não deve ser utilizada para generalizar resultados específicos das eleições de 2018 para toda a carreira das candidatas. A noção de trajetória política indica a existência de um caráter processual do percurso de vida de uma pessoa, reconhecendo que diferentes momentos podem adquirir significados distintos. Dessa forma, embora o desempenho eleitoral seja um indicador relevante e esclarecedor, é crucial contextualizá-lo dentro das particularidades temporais e políticas específicas.

A inclusão desse indicador na análise teve como objetivo proporcionar uma compreensão do cenário de 2018, permitindo assim a identificação de padrões e tendências sobre as trajetórias políticas das candidatas examinadas. Assim, conforme indica a Tabela 13,

as parlamentares que receberam uma grande quantidade de votos não estavam necessariamente associadas a um capital político familiar. Na verdade, entre as candidatas que obtiveram mais de 200 mil votos, não há nenhuma que se insere neste grupo.

Tabela 12 – Distribuição das deputadas federais eleitas para a 56ª Legislatura segundo quantidade de votos e capital político

Quantidade de votos	Capital político		Outros	Proporção (%)**	Total	Proporção (%)***
	Capital familiar	Proporção (%)*				
até 20 mil	3	%	3	%	6	%
entre 20 e 50 mil	12	%	6	%	18	%
entre 50 e 100 mil	12	%	12	%	24	%
entre 100 e 200 mil	12	%	12	%	24	%
maior que 200 mil	0	%	5	%	5	%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>%</b>	<b>38</b>	<b>%</b>	<b>77</b>	<b>%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que contam com capital político familiar.

\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que *não* contam com capital político familiar.

\*\*\* percentuais calculados em relação ao total de dep. fed.

Dentre o grupo que compõe as 10 deputadas federais mais votadas em 2018<sup>60</sup>, é notável que apenas 3 delas ingressaram pela via do capital político: Marília Arraes, Luizianne Lins e Flávia Moraes. Essa constatação sugere uma mudança no padrão de ascensão política, indicando que muitas pessoas obtiveram votos significativos por meios não tradicionais, como a visibilidade nas redes sociais. Um exemplo marcante dessa transformação é a deputada mais votada dentre as candidatas ao cargo, Joice Hasselmann, que foi eleita dentro da onda bolsonarista. Esse cenário destaca que a presença e atuação em plataformas digitais desempenharam um papel crucial na conquista de votos e na configuração do panorama político atual. A ascensão de Joice Hasselmann, impulsionada pelo engajamento nas redes sociais e alinhamento a movimentos políticos específicos, demonstra a importância crescente da visibilidade digital na construção da imagem política e na captação de votos.

Essa mudança de paradigma sugere que o eleitorado valoriza não apenas a herança política, mas também outros fatores, como a capacidade de comunicação e a presença em plataformas online, sobretudo em temáticas de intensa popularidade.

<sup>60</sup> DIAP (2019).

Dessa forma, a análise da quantidade de votos revela não apenas uma diversificação nos caminhos para a ascensão política, mas também um reconhecimento crescente da importância das estratégias digitais na construção e legitimação das carreiras políticas contemporâneas.

Em suma, a análise dos indicadores relacionados aos perfis profissionais das deputadas e ao desempenho eleitoral revelaram-se como relevantes componentes de pesquisa, que se conectam de maneira significativa com a investigação das entrevistas concedidas pelas parlamentares à mídia. Essa abordagem foi feita com o objetivo de proporcionar uma visão abrangente das diversas nuances que o capital político pode assumir no contexto das herdeiras de um legado político, e suas conexões com os elementos colocados na seção anterior, como a vocação política e o desejo de seguir uma carreira, bem como os esforços para adquirir competências, como conhecimento e experiência para assim poder agir neste campo.

A gente [Marina Santos e família] ainda não se acostumou [à vida em Brasília], porque não é um caminho fácil, principalmente para mim que cheguei totalmente *verde*, totalmente *crua*. Eu não tenho conhecimento *nenhum*, porque sempre convivi com a política, é totalmente diferente de *vivenciar a política*. (Quais são suas experiências anteriores na política?) Zero. Como filha de prefeito, porque meu pai era prefeito, depois como esposa, porque o Marcos[marido] foi prefeito, e minha sogra e meu sogro. (em Novo oriente?) Sim, o marido em Novo Oriente, minha mãe foi em Francisco Santos, meu pai foi em Santo Antônio de Lisboa, meu sogro em Novo Oriente também, minha sogra em Valença e Marcos em Novo Oriente também. (Então tem história na região) Tem, tem uma história, *mas* que não me gabarita a saber. (Qual foi a maior dificuldade chegando na Câmara dos Deputados?) Bem, os caminhos não são mostrados. Ninguém está lá para pegar na sua mão e dizer ‘olha, aqui você faz isso’, então você tem que ter muita *coragem e ousadia*, e assim a gente fez. A gente foi atrás de *abrir as portas*, porque as portas estão *entreabertas*, e a gente chegou lá e conseguiu de uma certa maneira fazer um relacionamento”

Entrar na política tendo familiares neste meio implica, portanto, que as “portas estão entreabertas”<sup>61</sup>, ou seja, uma carreira política pode ser facilitada. Contudo, é importante destacar, como observado ao longo do texto, que uma herdeira aspirante a uma carreira política frequentemente se depara com a necessidade de empreender esforços significativos para construir sua própria trajetória e conquistar espaço. Este fenômeno é evidenciado pelo fato de que várias parlamentares analisadas afirmaram não ter inicialmente o desejo de seguir uma carreira política, mas o fizeram por demandas familiares, e procuraram se capacitar para tal atividade - muitas vezes depois de adultas. Por outro lado, aquelas que nutriam essa vocação tomaram medidas concretas para profissionalizar-se, adquirindo competências específicas para o campo político, às vezes desde uma idade jovem.

---

<sup>61</sup> Marina Santos.

Adicionalmente, destaca-se que as herdeiras políticas que possuíam uma considerável experiência na Câmara dos Deputados mobilizaram esse elemento como uma estratégia para reforçar sua credibilidade e competência. Além da formação acadêmica, a valorização da experiência tornou-se uma ferramenta fundamental para aquelas que almejavam consolidar-se no cenário político.

Assim, a afirmação “as portas estão entreabertas” sugere que, embora haja uma abertura potencial para as herdeiras políticas, a conquista efetiva de espaço requer um investimento significativo em termos de profissionalização, desenvolvimento de habilidades específicas e a construção de uma narrativa política sólida. Essa análise contribuiu para a compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas na entrada e na consolidação das mulheres na esfera política, destacando a importância de considerar tanto os elementos estruturais quanto às estratégias individuais ao examinar as trajetórias políticas das herdeiras de um patrimônio político.

### **4.3 Produção parlamentar**

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa voltada para a análise da produção parlamentar das deputadas, adotando uma abordagem comparativa segundo a presença de parentesco político. O objetivo desta investigação é enriquecer a dissertação ao fornecer uma perspectiva abrangente sobre diversos aspectos relacionados à atuação das deputadas no processo legislativo, em especial a concentração em temáticas específicas.

Como detalhado nos procedimentos metodológicos, a produção legislativa das parlamentares abrange um volume extenso de informações, tornando inviável uma análise manual. Diante desse desafio, contou-se com o suporte de um profissional especializado em Tecnologia da Informação (TI) que desenvolveu, por meio do *Python 3*, um algoritmo especializado para buscar e filtrar os dados provenientes do portal de dados abertos da Câmara dos Deputados. Essa abordagem permitiu, inicialmente, a verificação do número de identificação (ID) de cada parlamentar, facilitando, posteriormente, a busca pelo número de identificação (ID) das proposições e seus respectivos temas. Após essa fase, aplicaram-se filtros específicos relacionados à natureza da produção legislativa, e à condição de aprovação das proposições. O processo culminou na contabilização e organização sistemática de todas as informações em planilhas, proporcionando uma análise mais abrangente. A utilização dessas técnicas de processamento de dados permitiu superar os desafios inerentes ao volume significativo de informações disponíveis. Desse modo, tornou-se possível extrair relevantes



*insights* sobre a produção parlamentar das deputadas de maneira mais eficiente, observando especialmente o engajamento legislativo e a capacidade de aprovação das deputadas.

No que diz respeito à natureza da produção legislativa, foram consideradas as proposições de autoria das parlamentares, aprovadas, e que se enquadram nos parâmetros estabelecidos pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e pela Constituição Federal (CF/1988). Isso compreende as proposições relacionadas à função legislativa no âmbito do processo legislativo, a saber: Projeto de lei ordinária e complementar, decreto legislativo ou resolução, e proposta de emenda à Constituição.

Durante o processo de coleta de dados, tornou-se evidente a existência de distintos níveis de produtividade parlamentar entre as deputadas<sup>62</sup>. Além disso, uma proposição pode ser apresentada por mais de uma parlamentar simultaneamente e pode abordar múltiplos temas, o que pode gerar uma contagem dupla. Essas nuances evidenciam os desafios inerentes à análise da produção parlamentar, exigindo uma abordagem cuidadosa por parte da análise. No entanto, apesar dessas complexidades, a análise da produção parlamentar se revela como um indicador relevante das preferências temáticas das parlamentares. Múltiplas pesquisas destacam que mulheres na política tendem a concentrar seus esforços em temáticas e pautas associadas aos tradicionais papéis de gênero, com uma inclinação significativa em direção a áreas sociais. Essa análise contribui para a compreensão do perfil legislativo das deputadas, contextualizando suas prioridades e áreas de atuação no cenário político.

A introdução de uma escala de cores com finalidade didática foi inserida para facilitar a visualização da concentração de temáticas nas proposições legislativas das parlamentares. Além disso, tendo em vista uma maior acessibilidade, essas cores foram indicadas em cada linha, além do que foi incluída uma lista concentração de cada temática nos respectivos grupos ao final da tabela (Pereira, 2021). A representação gráfica utiliza as seguintes cores e símbolos para indicar padrões de concentração:

- a) **Amarelo (A)**: áreas mais frequentes nas proposições aprovadas das parlamentares **com** parentesco político, destacando os percentuais em relação ao total desse grupo;
- b) **Verde (V)**: áreas que recebem mais proposições aprovadas das parlamentares **sem** parentesco político, evidenciando os percentuais em relação ao total desse grupo;

---

<sup>62</sup> Enquanto algumas se destacam pelo engajamento proativo nas atividades parlamentares, exercendo liderança em sessões plenárias e apresentando proposições relevantes, outras optam por uma abordagem mais *discreta*, participando de forma mais *esporádica* nos eventos legislativos.

- c) **Lilás (L)**: temáticas sem uma variação significativa nos percentuais de concentração entre os grupos analisados, considerando uma diferença de até 1 ponto percentual;
- d) **Sem indicação de cor**: temáticas que aparecem, no total, em menos do que 1% das proposições.

Tabela 13 – Distribuição das proposições de iniciativa das deputadas federais da 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e temas  
(Continua)

Temas	Tipo de capital político				Total	Proporção (%)***
	Cap. Pol. familiar	Proporção (%)*	Outros tipos de cap.	Proporção (%)**		
(L) Direitos Humanos e Minorias	979	16,63%	1.321	16,15%	2.300	16,35%
(V) Política, Partidos e Eleições	90	1,53%	1.223	<b>14,95%</b>	1.313	9,33%
(L) Administração Pública	416	7,07%	672	8,22%	1.088	7,73%
(A) Saúde	961	<b>16,33%</b>	108	1,32%	1.069	7,60%
(V) Previdência e Assistência Social	281	4,77%	671	<b>8,20%</b>	952	6,77%
(V) Esporte e Lazer	22	0,37%	646	<b>7,90%</b>	668	4,75%
(L) Educação	281	4,77%	377	4,61%	658	4,68%
(V) Indústria, Comércio e Serviços	195	3,31%	441	<b>5,39%</b>	636	4,52%
(L) Direito Penal e Processual Penal	265	4,50%	357	4,36%	622	4,42%
(A) Finanças Públicas e Orçamento	446	<b>7,58%</b>	125	1,53%	571	4,06%
(A) Trabalho e Emprego	430	<b>7,31%</b>	88	1,08%	518	3,68%
(V) Comunicações	110	1,87%	309	<b>3,78%</b>	419	2,98%
(A) Homenagens e Datas Comemorativas	214	<b>3,64%</b>	155	1,89%	369	2,62%
(A) Defesa e Segurança	201	<b>3,41%</b>	156	1,91%	357	2,54%
(L) Economia	101	1,72%	168	2,05%	269	1,91%
(V) Turismo	10	0,17%	236	<b>2,89%</b>	246	1,75%

Tabela 13 – Distribuição das proposições de iniciativa das deputadas federais da 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e temas  
(Continua)

Temas	Tipo de capital político				Total	Proporção (%)***
	Cap. Pol. familiar	Proporção (%)*	Outros tipos de cap.	Proporção (%)**		
(L) Direito e Defesa do Consumidor	144	2,45%	96	1,17%	240	1,71%
(V) Estrutura Fundiária	13	0,22%	222	<b>2,71%</b>	235	1,67%
(L) Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	68	1,16%	126	1,54%	194	1,38%
(L) Energia, Recursos Hídricos e Minerais	83	1,41%	97	1,19%	180	1,28%
(L) Ciência, Tecnologia e Inovação	60	1,02%	117	1,43%	177	1,26%
(L) Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo	56	0,95%	110	1,34%	166	1,18%
(A) Direito Civil e Processual Civil	92	<b>1,56%</b>	60	0,73%	152	1,08%
Viação, Transporte e Mobilidade	105	<b>1,78%</b>	32	0,39%	137	0,97%
Cidades e Desenvolvimento Urbano	45	0,76%	75	0,92%	120	0,85%
Arte, Cultura e Religião	56	0,95%	52	0,64%	108	0,77%
Direito e Justiça	49	0,83%	54	0,66%	103	0,73%
Processo Legislativo e Atuação Parlamentar	75	1,27%	9	0,11%	84	0,60%
Direito Constitucional	22	0,37%	40	0,49%	62	0,44%

Tabela 13 – Distribuição das proposições de iniciativa das deputadas federais da 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e temas  
(Conclusão)

Temas	Tipo de capital político				Total	Proporção (%)***
	Cap. Pol. familiar	Proporção (%)*	Outros tipos de cap.	Proporção (%)**		
Relações Internacionais e Comércio Exterior	16	0,27%	37	0,45%	53	0,38%
<b>Total</b>	<b>5.886</b>	<b>100%</b>	<b>8.180</b>	<b>100%</b>	<b>14.066</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

\* Percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que contam com capital político familiar.

\*\* Percentuais calculados em relação ao total de dep. fed. que *não* contam com capital político familiar.

\*\*\* Percentuais calculados em relação ao total de dep. fed.

Quadro 1 – Distribuição dos temas das proposições legislativas segundo grupos de concentração

Temas	Concentração
<b>(A)</b> Temas mais concentrados nas proposições das parlamentares <b>com</b> parentesco político	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Saúde;</li> <li>b) Finanças públicas e Orçamento;</li> <li>c) Trabalho e emprego;</li> <li>d) Homenagens e Datas comemorativas;</li> <li>e) Defesa e segurança;</li> <li>f) Direito Civil e Processual Civil.</li> </ul>
<b>(V)</b> Temas mais concentrados nas proposições das parlamentares <b>sem</b> parentesco político	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Política, Partidos e Eleições;</li> <li>b) Previdência e Assistência Social;</li> <li>c) Esporte e Lazer;</li> <li>d) Indústria, Comércio e Serviços;</li> <li>e) Comunicações;</li> <li>f) Turismo;</li> <li>g) Estrutura Fundiária.</li> </ul>
<b>(L)</b> Temas distribuídos em ambos grupos (com variação de até 1%)	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Direitos Humanos e Minorias;</li> <li>b) Administração Pública;</li> <li>c) Educação;</li> <li>d) Direito Penal e Processual Penal;</li> <li>e) Economia;</li> <li>f) Direito e defesa do consumidor;</li> <li>g) Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável;</li> <li>h) Energia, Recursos Hídricos e Minerais;</li> <li>i) Ciência, Tecnologia e Inovação;</li> <li>j) Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo.</li> </ul>

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Conforme evidenciado pelo Quadro 1, a temática que engloba o maior número de proposições está relacionada aos direitos humanos e minorias, representando aproximadamente 16% do total da produção legislativa. É interessante notar, nesta temática, um percentual equivalente entre as deputadas com parentesco e aquelas sem parentesco, ambas girando em torno de 16% em relação ao total de proposições de cada grupo. Essa constatação sugere uma preferência comum por temas sociais, corroborando achados de outros estudos que destacam a relevância dessas questões na agenda legislativa de mulheres.

A ênfase em direitos humanos e minorias, independentemente do parentesco político, ressalta uma possível preferência dessas parlamentares para questões sociais cruciais, mas

pode indicar também um espaço de atuação viável dentro de um contexto marcadamente masculino.

A segunda temática mais recorrente refere-se ao tema política, partidos e eleições, evidenciando uma notável disparidade entre as parlamentares com e sem parentesco político. Parece que as deputadas sem vínculos familiares na política têm uma participação mais expressiva nessa área específica, indicando uma maior concentração de suas atividades legislativas nessas questões. Esses padrões temáticos revelam nuances importantes na atuação legislativa das deputadas, evidenciando as áreas em que elas direcionam seus esforços e expertise. Essa diferenciação nas abordagens relacionadas à política, partidos e eleições destaca as distintas áreas de interesse e atuação entre as deputadas com e sem parentesco político, evidenciando a diversidade de perspectivas e prioridades no cenário legislativo para cada grupo.

As proposições relacionadas à área da saúde apresentam uma expressiva presença entre as deputadas com parentesco político, representando aproximadamente 16% do total de proposições deste grupo, em contraste com o percentual mais modesto de 1,3% do total de proposições deste grupo, observado entre aquelas sem parentesco. Este cenário pode ser associado ao fato, anteriormente mencionado, de que muitas dessas parlamentares têm formação na área da saúde, como por exemplo, na medicina. A afinidade profissional e acadêmica pode influenciar a escolha de temas legislativos, destacando a importância da formação em atuar em questões legislativas relativas à saúde pública.

Outro aspecto relevante é a associação mais significativa das proposições nas áreas de finanças públicas e orçamento às deputadas com parentesco político. Esse padrão pode indicar uma atuação estratégica, visando direcionar recursos para áreas de interesse específicas dessas parlamentares. A análise mais aprofundada desse dado será crucial mais adiante, especialmente ao considerarmos a análise do pertencimento às bancadas informais, o que permitirá uma compreensão mais abrangente das dinâmicas e estratégias adotadas pelas deputadas no contexto político.

A análise das proposições relacionadas à área da previdência e assistência social revela uma concentração mais significativa entre as deputadas sem capital familiar. Esse padrão sugere a possibilidade de que as parlamentares provenientes de famílias políticas possuam uma inclinação talvez mais alinhada a uma perspectiva neoliberal, que poderia resultar em propostas voltadas para a redução de direitos no âmbito da assistência e previdência social. No entanto, é crucial ressaltar que esses dados não oferecem conclusões definitivas.

A interpretação desses resultados requer cautela, uma vez que a atuação legislativa é multifacetada e influenciada por uma variedade de fatores, incluindo filiação partidária, ideologia política e posicionamentos individuais das parlamentares. Além disso, é possível que outros fatores não abordados nesse contexto específico também tenham influenciado as posições das deputadas em relação a temas previdenciários e de assistência social. Essa observação destaca a complexidade na interpretação dos dados e ressalta a necessidade de uma análise mais aprofundada e contextualizada para compreender as dinâmicas políticas subjacentes. Uma investigação mais detalhada sobre as posições políticas individuais, filiação partidária e outros fatores pode contribuir para uma interpretação mais completa desses padrões observados nas proposições legislativas.

A análise das entrevistas selecionadas revelou que, em muitos casos, a filiação a uma família política é utilizada por terceiros como um elemento de desqualificação. Esses argumentos depreciativos, frequentemente oriundos de adversários políticos durante processos eleitorais, foram citados com frequência pelas parlamentares. Para se defenderem contra tais críticas, as entrevistadas empregam uma variedade de estratégias discursivas. Nesse contexto, a produção legislativa, associada a outros elementos, surge como um elemento frequente nessas estratégias discursivas, sendo utilizada para diferenciar-se politicamente dos adversários.

Eu sou Clarissa, filha do Garotinho sim, mas isso não é um ponto final na minha história. Eu fui vereadora e deputada estadual, fui secretária municipal, estou no meu segundo mandato de deputada federal e não há nada na minha história, na minha trajetória que desabone a minha conduta. Eu tenho 38 anos, eu tenho propostas para a cidade do Rio de Janeiro, e é por elas que eu quero ser julgada.<sup>63</sup>

Esse enfoque confere ao discurso das parlamentares o argumento da legitimidade como agentes políticas. Ao destacar suas contribuições no âmbito legislativo, as parlamentares buscam consolidar sua posição, contrapondo-se às tentativas de desqualificação baseadas em laços familiares. Essa dinâmica ressalta também a importância do discurso político na construção da imagem pública das parlamentares. A habilidade em articular uma narrativa que destaque realizações legislativas e afirme a autonomia em relação a laços familiares pode ser crucial para enfrentar críticas externas e consolidar o apoio dos eleitores.

---

<sup>63</sup> Clarissa Garotinho.



#### 4.4 Perfis político-partidários e pertencimentos

Esta seção expõe os resultados da pesquisa sobre os perfis político-partidários do grupo de deputadas federais analisadas, bem como sua inserção nas bancadas informais no âmbito da câmara dos deputados. A análise da posição político-partidária constituiu um componente essencial na investigação das interconexões entre o parentesco político e as orientações das parlamentares dentro do espectro ideológico. Adicionalmente, a consideração dos pertencimentos a outros grupos parlamentares, como as bancadas informais forneceu indicadores relevantes sobre as dinâmicas políticas que moldam a atuação dessas parlamentares. A definição desses perfis político-partidários foi delineada a partir de um conjunto abrangente de variáveis, englobando a classificação ideológica dos partidos, o pertencimento às bancadas informais, as entrevistas selecionadas e outros dados discutidos previamente.

É relevante destacar que o pertencimento às bancadas não indica um pertencimento identitário em sentido absoluto, já que estes posicionamentos frequentemente são fluidos e condicionados por fatores relacionais, como as redes de aliança e relacionamentos das parlamentares. Além disso, estas posições podem ser influenciadas pela conjuntura política vivente, o que também pode indicar possíveis estratégias de manutenção da própria posição política e agenciamentos. Ainda assim, podem constituir importantes indicadores dentro do escopo da análise.

Como destacado nas seções anteriores, um fator central nas configurações políticas foi o contexto político de 2018, bastante particular na história brasileira, já que foi caracterizado por mudanças significativas em vários aspectos. As eleições gerais deste ano destacaram-se pela notável ascensão de políticos alinhados à direita e extrema-direita, sendo digno de nota o significativo aumento na presença feminina nesse espectro político. Justamente por este motivo, a presença dessas mulheres no cenário político muitas vezes se revela desafiadora de compreender, principalmente porque essa representação, por si só, não garante necessariamente uma representatividade em termos de gênero, muito menos uma orientação progressista.

Tabela 14 – Distribuição das deputadas federais 56ª legislatura segundo posicionamento político-partidário e capital político

Posição pol.-part.	Capital político				Total	Proporção (%)***
	Capital familiar	Proporção (%)*	Outros	Proporção (%)**		
Extrema-esquerda	-	-	5	6,5%	5	6,5%

Esquerda	4	5,2%	10	13%	14	18,2%
Centro-esquerda	2	2,6%	4	5,2%	6	7,8%
Centro	1	1,3%	3	3,9%	4	5,2%
Centro-direita	4	5,2%	-	-	4	5,2%
Direita	25	32,2%	16	20,8%	41	53,2%
Extrema-direita	3	3,9%	-	-	3	3,9%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>50,6%</b>	<b>38</b>	<b>49,4%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria. Classificação dos partidos de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas com capital político familiar.

\*\*Percentuais calculados sobre o total das deputadas sem capital político familiar.

\*\*\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas federais eleitas.

Conforme indica a Tabela 14, dentre as deputadas federais, o segmento político-partidário que se destacou na eleição de mulheres para este cargo foi, de fato, o da direita, totalizando 41 parlamentares eleitas, de um total de 77. Dentre essas 41 deputadas, chama a atenção o fato de que a maior parcela delas ingressou na política pela via do capital político familiar, sendo 25 provenientes desse contexto. Essa constatação reforça a ideia de que o capital familiar é mais proeminente em partidos alinhados à direita do espectro político do que naqueles posicionados à esquerda, embora esteja presente em ambos os lados. Essa dinâmica revela uma interação entre orientações ideológicas, classes e estruturas de poder familiar, destacando a relevância do capital político familiar como um fator determinante, especialmente em contextos políticos nos quais ideologias conservadoras e de direita ganham destaque.

Nós temos uma bancada feminina suprapartidária. Temos tido avanços importantes, mas há diferenças diametrais hoje, às vezes, intransponíveis. Comigo e com a Carla Zambelli, por exemplo. Entendeu? Não tem ponto de unidade. Ela é contra o movimento feminista, ela tá contra os 30% das mulheres nas cotas, muito menos em relação à paridade nas eleições. Então é, a ministra da mulher, Damares, eu perguntei a ela o que ela achava, se a mulher devia obediência ao marido. Ela disse que sim, *ela disse que sim*, que ela ela defendia. Então nós temos, na verdade, hoje um grupo *fundamentalista*. Não é na Câmara dos deputados, é na política nacional, na presidência da República e nos ministérios, não é. E com esse grupo fundamentalista não há ponto de unidade. E tem as pessoas, bem, é assim, bem sintomáticas, assim, porque agora, nós temos maioria na bancada feminina progressista, então, nós temos pontos de unidade com as mulheres do centro e a gente forma a maioria nas bandeiras.<sup>64</sup>

O parentesco político, comumente associado a uma estreita vinculação com a permanência, sugere, por conseguinte, uma suposta incapacidade de mudança. Embora esses agrupamentos familiares estejam, por vezes, vinculados a paradigmas conservadores, tanto no

<sup>64</sup> Alice Portugal.

âmbito econômico quanto moral, a realidade da atuação desses sujeitos transcende essa perspectiva estática, revelando-se profundamente enraizada em estratégias dinâmicas de sobrevivência e contínua adaptação ao cenário político em constante evolução. Esse fenômeno se destaca, particularmente, em políticos (as) que optam por ocupar a chamada “zona neutra” do espectro ideológico, evitando adotar posicionamentos fixos à esquerda ou à direita. Em vez disso, eles (as) adaptam suas posturas conforme a conveniência das circunstâncias. As entrevistas coletadas proporcionam uma rica narrativa desses casos, oferecendo uma visão clara de como determinadas políticas conseguem ajustar-se às vicissitudes do contexto político, exibindo notável flexibilidade em suas estratégias e abordagens.

Este fenômeno revela-se como um intrincado jogo de equilíbrio, onde a capacidade de adaptação se torna uma habilidade crucial na trajetória política dessas agentes e de seus grupos familiares.

É um mandato de resultados, porque, Alexandre[entrevistador], o que eu defendo, isso porque é, eu acho que a população e eu também estou cansada de discursos e discursos, né? E então eu eu prefiro fazer essa política aí que as pessoas conseguem ver para onde que está indo, o recurso, para onde está chegando o recurso. Então, isso aí que eu defendo é uma política concreta que a gente consegue ver, né, para poder fazer uma transformação da vida da nossa gente. Eu defendo os municípios, né? Todo mundo, a maioria das pessoas, eu acho que já ficou bem claro isso, que eu não trabalho com cores partidárias. Eu, eu faço uma coisa bem diferente. Eu trabalho com todos os prefeitos.<sup>65</sup>

Neste âmbito, as bancadas informais constituem influentes instituições políticas no cenário legislativo, uma vez que são capazes de articular debates de forma suprapartidária e de influenciar decisões políticas em torno de temas específicos. A relevância destes grupos informais se destaca por sua capacidade de acumular força e poder de mobilização entre os (as) parlamentares em relação a determinados assuntos. No ano de 2019, algumas das bancadas informais ganharam ainda mais destaque, mostrando-se como uma base de apoio significativa para o presidente eleito na época, em especial aquelas que possuem um alinhamento ideológico. Esse alinhamento estratégico entre as bancadas informais e o chefe de Estado eleito na ocasião fortaleceu sua posição política, contribuindo para a implementação de sua agenda e o avanço de propostas legislativas alinhadas aos interesses desses grupos.

Dentre estas bancadas informais, a bancada evangélica constitui um poderoso agente político no contexto legislativo, já que exerce considerável impacto em razão da sua

---

<sup>65</sup> Jéssica Sales.

capacidade de articular grande número de eleitores (as) e representantes em torno de mobilizações alinhadas a uma perspectiva de conservadorismo moral, unidade e lealdade familiar. O pertencimento a essas bancadas não apenas reflete a representação de agendas específicas, mas também molda alinhamentos políticos que reverberam na agenda legislativa, na formulação de políticas públicas e na oposição a grupos progressistas. Nas eleições de 2018, esta contou com a eleição de 92 membros, dentre os quais, 85 deputados federais, e 7 senadores, o que significou um aumento em relação ao pleito anterior<sup>66</sup>. Sobre quais parlamentares se inserem nesta bancada:

O DIAP classifica como integrante da bancada evangélica, além dos que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas - como bispos, pastores, missionários e sacerdotes - e dos cantores de música gospel, aquele parlamentar que professa a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinha ao grupo em votações de temas específicos. Trata-se de bancada que atua de forma organizada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Desde 2003, está registrada na Casa como Frente Parlamentar evangélica do Congresso Nacional (DIAP, 2019, p. 113).

A interconexão dessa bancada com outras, como a bancada empresarial, amplifica sua influência e proporciona uma plataforma para a defesa de determinadas ideologias e interesses. O pertencimento à bancada evangélica constitui um indicador crucial na pesquisa, oferecendo elementos sobre os alinhamentos ideológicos e a atuação parlamentar, especialmente quando consideramos que 28% das deputadas federais com parentesco político integram essa bancada, conforme indica a Tabela 15.

Tabela 15 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada evangélica

Pertence à bancada evangélica?	Capital político					
	Cap. Pol. familiar	Proporção (%)*	Outros tipos de capital	Proporção (%)**	Total	Proporção (%)***
Sim	11	28,2%	9	23,7%	20	26%
Não	28	71,8%	29	76,3%	57	74%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>	<b>38,0</b>	<b>100%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria. Classificação do DIAP.

\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas com capital político familiar.

\*\*Percentuais calculados sobre o total das deputadas sem capital político familiar.

\*\*\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas Federais eleitas.

Essa presença significativa de parlamentares com laços familiares na bancada sugere uma convergência ideológica direcionada para agendas morais dentro do cenário político das

<sup>66</sup> DIAP (2019).

famílias envolvidas. Dentre as mulheres com parentesco político, estão as parlamentares Dra. Soraya Manato (PSL/ES), Lauriete (PR/ES), Rose Modesto (PSDB/MS), Marina Santos (PTC/PI), Rejane Dias (PT/PI), Chris Tonieto (PSL/RJ), Clarissa Garotinho (Pros/RJ), Shéridan (PSDB/RR), Liziane Bayer (PSB/RS), Geovania de Sá (PSDB/SC) e Rosana Valle (PSB/SP). A inclusão dessas personalidades no âmbito da bancada reforça a influência de famílias políticas na definição de agendas relacionadas a valores éticos e morais.

Também é interessante observar que esse padrão se alinha com a tendência de que a maioria esmagadora dos (as) parlamentares eleitos (as) para a bancada provém de partidos situados no espectro político que vai do centro à direita. Essa inclinação ideológica mostra-se como um elemento-chave na formulação e promoção de políticas que refletem perspectivas mais conservadoras e alinhadas a valores tradicionais. Dentro desse contexto, é notável que apenas duas mulheres na bancada se identificam politicamente à esquerda: Rejane Dias e Benedita da Silva, sendo que a última não possui vínculos familiares no campo político. Essa distinção entre as orientações ideológicas das parlamentares na bancada reforça a diversidade de posicionamentos políticos presentes, embora a maioria seja caracterizada por perspectivas mais alinhadas à direita.

Esses dados, ao serem analisados em conjunto, lançam luz sobre as dinâmicas complexas e multifacetadas que moldam a composição e a orientação política das bancadas parlamentares, destacando a influência das relações familiares e a clara divisão ideológica predominante nesse contexto específico. Essa análise mais aprofundada contribui para uma compreensão mais abrangente das forças motrizes por trás das decisões e agendas políticas dessas figuras proeminentes, e do fato de serem mulheres, integrantes de um campo de forças tradicionalmente masculino na sociedade brasileira.

A bancada do agronegócio, também conhecida como bancada ruralista, emerge como uma das bancadas informais mais influentes no âmbito legislativo brasileiro. Ao lado da bancada evangélica, essa adquiriu proeminência considerável sob o governo eleito em 2018, emergindo como uma das principais interlocutoras do presidente no cenário legislativo federal, e consolidando sua relevância com a representação de 107 parlamentares, distribuídos entre 80 deputados (as) federais e 27 senadores (as). O protagonismo da bancada do agronegócio se reflete na sua capacidade de exercer influência decisiva nas discussões e decisões relacionadas às políticas agrícolas, ambientais e fundiárias, de forma marcadamente favorável aos grandes empresários do setor. Sua atuação tornou-se ainda mais marcante devido à estreita relação com o presidente eleito, estabelecendo-se como uma força política relevante na elaboração e implementação de medidas governamentais. A ascendência da

bancada do agronegócio está intrinsecamente ligada às suas pautas específicas, que incluem questões como a defesa dos interesses dos produtores rurais, a simplificação de regulamentações ambientais e a expansão das fronteiras agrícolas. Essa aliança política, com sua capacidade de articulação e representatividade numérica, torna-se um fator determinante na construção de políticas públicas relacionadas ao setor agroindustrial.

Esse destaque ganha evidência ao observarmos que dois líderes ruralistas assumiram cargos estratégicos no governo. Onyx Lorenzoni, que ocupou a posição de ministro-chefe da Casa Civil, enquanto Teresa Cristina assumiu o Ministério da Agricultura. Essas nomeações reforçam a influência da bancada do agronegócio não apenas no Legislativo, mas também na configuração do Executivo, consolidando uma relação simbiótica entre o governo e os interesses vinculados ao setor agropecuário. A interseção entre o poder legislativo e executivo, evidenciada pelo protagonismo da bancada do agronegócio, destaca a complexidade das dinâmicas políticas no Brasil, onde diferentes grupos de interesse desempenham papéis cruciais na formação e implementação das políticas governamentais. Essa interconexão entre atores políticos e setores econômicos revela a intrincada teia de influências que molda o cenário político e econômico do país.

Além do mais, foram considerados (as) como membros da bancada ruralista,

[...] o parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área do agronegócio, assume sem constrangimento a defesa de pleitos da bancada, não apenas em plenários ou comissões, como também em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas (DIAP, 2019, p. 101).

Assim, a representatividade feminina no agronegócio, como apontado na Tabela 16, gira em torno de 9% das deputadas eleitas, dentre estas destaca-se que todas têm sua origem em grupos familiares, o que indica a relevância dos laços familiares na formação e consolidação dessas alianças políticas.

Tabela 16 – Distribuição das deputadas federais da 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada ruralista

Pertence à bancada ruralista?	Capital político			Proporção (%)**	Total	Proporção (%)***
	Cap. pol. familiar	Proporção (%)*	Outros tipos de cap.			
Sim	7	9,1%	-	-	7	9,1%
Não	32	41,6%	38	49,4%	70	90,9%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>50,6%</b>	<b>38</b>	<b>49,4%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria. Classificação do DIAP.

\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas com capital político familiar.

\*\*Percentuais calculados sobre o total das deputadas sem capital político familiar.

\*\*\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas Federais eleitas.

As 7 mulheres eleitas para esta bancada foram: Magda Moffato (PR/GO), Clarissa Garotinho (Pros/RJ), Shéridan (PSDB/RR), Teresa Cristina (DEM/MS), Greyce Elias (Avante/MG), Jaqueline Cassol (PP/RO) e Mara Rocha (PSDB/AC). Assim como a bancada evangélica, a bancada ruralista conta com uma clara conexão com as famílias políticas.

Essa dinâmica sugere que as afinidades ideológicas e a defesa das pautas específicas da bancada não se limitam apenas a uma perspectiva das atividades parlamentares, mas são moldadas e reforçadas por laços familiares que transcendem as fronteiras do ambiente político. Essa convergência de interesses familiares e políticos sugere uma interação complexa entre as esferas pessoal e profissional, revelando como as dinâmicas familiares desempenham um papel crucial na formação e consolidação dessas bancadas.

A bancada da segurança pública, conhecida popularmente como “bancada da bala”, emergiu como uma das bancadas informais mais proeminentes, testemunhando um significativo aumento de representação a partir de 2019. O número de deputados (as) federais membros (as) dessa bancada saltou de 35 para 61, refletindo não apenas as tendências políticas vigentes, mas também a eleição de figuras destacadas, como Flávio Bolsonaro (PL/RJ) e Major Olímpio, que contribuíram significativamente para esse crescimento.

O aumento expressivo na representação da bancada da segurança pública pode ser atribuído às mudanças no cenário político nacional, marcado por um clima de crescente preocupação com questões relacionadas à criminalidade e à segurança. Além disso, a ascensão de lideranças que adotam uma postura rígida em relação às políticas de segurança e à abordagem punitivista contribuiu para a consolidação dessa bancada como uma força influente no Congresso. Seus integrantes são caracterizados por adotarem discursos punitivistas, defendendo a punição severa a criminosos, a redução da maioria penal e o armamento da população como medidas de combate à criminalidade. Ademais, sua atuação é marcada pelo apoio ao endurecimento das legislações penais e da atuação policial em geral. Em algumas questões, essa bancada encontra alinhamento com a bancada evangélica, especialmente em temas como a descriminalização do aborto, a regulamentação da união civil homoafetiva e a defesa dos valores familiares (DIAP, 2019, p. 117).

Conforme mostra a Tabela 18, poucas mulheres se inseriram nesta bancada a partir de 2019, entre as deputadas federais, apenas 3: Edna Henrique (PSDB/PB) e as policiais major Fabiana (PSL/RJ) e Policial Kátia Sastre (PR/RJ), representando apenas 4% das mulheres eleitas.

Tabela 17 – Distribuição das deputadas federais 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada da segurança pública

Pertence à bancada da segurança?	Capital político				Total	Proporção (%)***
	Cap. pol. familiar	Proporção (%)*	Outros tipos de cap.	Proporção (%)**		
Sim	1	1,3%	2	2,6%	3	3,9%
Não	38	49,4%	36	46,8%	74	96,1%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>50,6%</b>	<b>38</b>	<b>49,4%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria. Classificação do DIAP.

\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas com capital político familiar.

\*\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas sem capital político familiar.

\*\*\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas federais eleitas.

A presença reduzida de mulheres nesta “bancada da bala” evidencia uma discrepância de gênero significativa nesse grupo específico do legislativo. Entretanto, as conexões estreitas entre essa bancada e a bancada evangélica acabam por amplificar o impacto das pautas armamentistas e punitivistas, ganhando aprovação e respaldo de outros setores dentro do Congresso Nacional. Essas conexões sinalizam uma convergência de interesses sobre determinadas questões, criando uma aliança que fortalece a influência desses grupos no cenário político. Essa coalizão pode, assim, exercer uma influência mais expressiva na definição de políticas públicas relacionadas à segurança pública, armamentismo e abordagens punitivas.

Eu tenho muitas propostas, inclusive muitas das quais já foram apresentadas e arquivadas. Eu quero militarizar o número maior de escolas. Eu quero dar melhor condição de trabalho ao professor. Eu quero ajudar a construir um salário mais gratificante. Eu quero diminuir o número de alunos por sala de aula. Eu quero fazer com que os pais tenham *orgulho* de matricular seus filhos nas escolas públicas, através de uma qualidade estrutural e didática melhor. Eu quero fazer com que os professores, que eles têm, tenham mais condições de se aperfeiçoar. Então, é nesse sentido, a priori, que eu trago o meu mandato e, obviamente, em paralelo a isso, dando uma atenção também especial à saúde e à segurança pública. [...] Eu estou nessa luta por vocês porque existe, Regina[entrevistadora], é, um estigma muito grande de que os professores, eles são em sua grande maioria da esquerda. Então eu estou aqui para mostrar que eu vou estar lutando em prol da classe, certo, como de direita. E o meu projeto que eu comecei, assim, que foi o primeiro que a gente protocolou, que para mim é de suma importância nesse momento, é retomar a educação moral e cívica dentro do ensino básico.<sup>67</sup>

A baixa presença de mulheres na “bancada da bala” pode ser interpretada de diversas maneiras. Uma possível explicação pode ser uma divisão tradicional de papéis de gênero, na qual as mulheres são historicamente associadas a questões sociais e de bem-estar, enquanto as

<sup>67</sup> Dayane Pimentel.



temáticas relacionadas à problemas como violência e segurança são percebidas como mais alinhadas com as responsabilidades tradicionalmente atribuídas aos homens.

Outra perspectiva é considerar que a reduzida representação feminina neste grupo pode refletir desafios estruturais mais amplos, como barreiras de acesso, estereótipos de gênero e um ambiente político que historicamente favorece a participação masculina. Uma outra interpretação possível é a de que as mulheres não são associadas à figura de protetoras, mas de protegidas. Logo, elas estão menos representadas à segurança pública, à imagem do “herói”, afinando com o fato de esteio da família, maternidade, moralidade e bons costumes. Além disso, a falta de espaço para articulação das mulheres nesse âmbito específico também pode estar relacionada à necessidade de ampliar e fortalecer as redes de apoio e oportunidades para as mulheres dentro do cenário político ligado à segurança pública.

A bancada sindical, que historicamente desempenhou um papel crucial na representação dos interesses dos (as) trabalhadores (as), passou por uma significativa reconfiguração nas eleições de 2018. Nesse pleito, esta foi drasticamente reduzida, contando apenas com 35 deputados (as) federais e 5 senadores (as), o que representa praticamente metade do contingente anterior (DIAP, 2019, p. 104). Essa redução expressiva pode ser atribuída a diversos fatores interconectados, refletindo mudanças no contexto político e social do Brasil. Um dos fatores que possivelmente contribuíram para essa diminuição foi o contexto político de descrédito das instituições ligadas à esquerda. As narrativas disseminadas por mídias hegemônicas, muitas vezes controladas por poucas famílias, influenciam a percepção pública e podem ter contribuído para a desvalorização da representação sindical e trabalhista. Além disso, os discursos antissindicais e antiesquerdas, amplamente difundidos, podem ter influenciado a escolha dos eleitores nas urnas.

Outro fator relevante é que o período político marcado pela expansão do neoliberalismo e pela redução dos direitos sociais, iniciado no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, pode ter sido um fator relevante na reconfiguração da bancada sindical (DIAP, 2019, p. 104). As reformas econômicas e trabalhistas propostas e implementadas a partir desse período podem ter gerado um ambiente de insegurança social que culminou em uma radicalização dos trabalhadores à direita, e que pode ter impactado a representação política dos sindicatos. Essa conjunção de elementos como a crise de confiança nas instituições de esquerda, a influência da mídia na formação de opinião pública e as mudanças nas políticas econômicas podem ter colaborado, portanto, para a reconfiguração da bancada sindical.

Apenas 3 deputadas federais eleitas marcaram presença na bancada sindical, quais sejam: Alice Portugal (PCdoB/RJ), Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Lídice da Mata (PSB/BA). Dentre estas, apenas a primeira possui um parentesco político, fato que constitui uma singularidade dentro deste contexto específico.

Tabela 18 – Distribuição das deputadas federais da 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada sindical

Pertence à bancada sindical?	Capital político				Total	Proporção (%)***
	Capital político familiar	Proporção (%)*	Outros tipos de capital	Proporção (%)**		
Sim	1	1,3%	2	2,6%	3	3,9%
Não	38	49,4%	36	46,8%	74	96,1%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>50,6%</b>	<b>38</b>	<b>49,4%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas com capital político familiar.

\*\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas sem capital político familiar.

\*\*\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas federais eleitas.

Novamente, a baixa presença de mulheres em uma bancada informal pode ser interpretada de diversas formas, embora sem conclusões definitivas, pois essa situação pode refletir uma complexidade de fatores que permeia as dinâmicas sociais e políticas brasileiras. Uma interpretação possível é a de que a reduzida presença de mulheres dentre os (as) representantes sindicais pode estar relacionada a uma menor inclinação das mulheres para este tipo de atividade. Esse padrão pode ser vinculado a processos de socialização que moldam tradicionalmente os papéis de gênero, influenciando as escolhas profissionais e de engajamento político. A socialização, muitas vezes permeada por expectativas de gênero e estereótipos sociais, pode resultar em uma menor representação feminina em certos setores, como o sindicalismo.

Por outro lado, estes dados também podem indicar desafios específicos enfrentados pelas mulheres dentro do âmbito das instituições de esquerda. Mesmo dentro desse âmbito, tradições e estruturas políticas historicamente dominadas por homens podem criar barreiras para a participação ativa e representação equitativa de mulheres. Questões como discriminação de gênero, estereótipos arraigados e falta de oportunidades igualitárias podem ser fatores que contribuem para a baixa presença feminina nessas esferas políticas.

Além disso, o contexto político mais amplo, marcado por mudanças ideológicas, polarização e transformações nas dinâmicas partidárias, também pode influenciar a participação das mulheres em determinadas bancadas. O descrédito de instituições vinculadas

à esquerda, como mencionado anteriormente, pode impactar a atratividade desses espaços políticos para as mulheres, independentemente de sua inclinação para atividades sindicais.

A presença de apenas uma mulher, simultaneamente ligada à bancada sindical e a um parentesco político, no caso Alice Portugal, é notável e representa uma trajetória política distinta em comparação com outras parlamentares que possuem parentesco político.

O aspecto digno de nota reside no fato de que o parentesco de Alice Portugal não se enquadra na perspectiva empresarial e de direita, como tradicionalmente observado. Pelo contrário, sua ligação tem raízes em um histórico sindical e de esquerda, marcado especialmente pela resistência à ditadura militar. Ademais, sua atuação e participação na bancada sindical são sintomáticas de uma abordagem mais voltada à defesa dos direitos sociais, e uma perspectiva política alinhada com princípios progressistas.

Ao destacar a singularidade de sua trajetória, ressalta-se a diversidade dentro do grupo de parlamentares com parentesco político, que indica a complexidade das relações políticas e familiares no Brasil, e demonstra que o parentesco político não implica automaticamente em uma orientação ideológica específica - embora existam certos padrões ou tendências. Portanto, a presença de Alice Portugal na bancada sindical com uma conexão política marcada por resistência e valores de esquerda destaca a riqueza da diversidade política e ideológica existente mesmo dentro de grupos específicos no cenário político brasileiro.

Por fim, outra frente analisada na dissertação é a bancada empresarial, que exerce considerável impacto no Congresso Federal. Nas eleições de 2018, houve uma leve redução na Câmara dos Deputados, com a eleição de 204 deputados federais, e um pequeno aumento no Senado, totalizando 38 senadores, conforme levantamento do DIAP em 2019. Apesar da diminuição na Câmara, a influência desta bancada permanece notável, especialmente ao considerar a expressiva redução da bancada sindical, que representa uma força política antagônica. Composta principalmente por proprietários de diversos setores, como comércio, indústria, prestação de serviços e segmentos rurais, essa bancada se caracteriza por um perfil neoliberal e conservador. Sua consolidação de influência ocorreu por meio de robustas conexões com outras frentes, notadamente a bancada evangélica e a ruralista, ampliando sua capacidade de articular apoio para agendas e projetos no Congresso Federal.

Após a bancada evangélica, que abrange aproximadamente 22% das mulheres eleitas, a bancada empresarial se destaca como a segunda frente informal com maior representação feminina. Conforme apresentado na Tabela 19, das 17 deputadas inseridas na bancada empresarial, 15 possuem vínculos familiares na política.

Tabela 19 – Distribuição das deputadas federais na 56ª Legislatura segundo tipo de capital político e pertencimento à bancada empresarial

Pertence à bancada empresarial?	Capital político		Outros tipos de capital	Proporção (%)**	Total	Proporção (%)***
	Capital político familiar	Proporção (%)*				
Sim	15	19,5%	2	2,6%	17	22,1%
Não	24	31,2%	36	46,8%	60	77,9%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>50,6%</b>	<b>38</b>	<b>49,4%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas com capital político familiar.

\*\*Percentuais calculados sobre o total das deputadas sem capital político familiar.

\*\*\* Percentuais calculados sobre o total das deputadas federais eleitas.

Em síntese, esta seção abordou as relações entre a presença de parentesco político e os alinhamentos político-partidários entre as deputadas federais que constituíram o objeto de estudo. No exame do perfil predominante observado dentro desse grupo específico de parlamentares com laços familiares na política, destaca-se um marcado por uma orientação conservadora nos valores e uma inclinação neoliberal no âmbito econômico, embora ressalvas e exceções pontuais mereçam destaque. Evidencia-se, assim, uma convergência notável entre a dinâmica familiar, pautada por alianças sólidas, compromissos e lealdades, e as posições e filiações nas bancadas informais. Tal convergência é fortalecida pela percepção de que a atividade política muitas vezes se realiza de maneira mais eficaz por meio de ações coletivas, onde a coesão e cooperação são mais eficazes para alcançar objetivos políticos comuns. Nesse contexto, a lógica das relações familiares se entrelaça em certa medida com a articulação estratégica nas bancadas informais, evidenciando as conexões entre os vínculos familiares e as dinâmicas políticas.

## 5 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada para compor a dissertação buscou explorar a presença e a atuação de mulheres com parentesco político na esfera parlamentar, utilizando um conjunto de procedimentos metodológicos que proporcionou dados relevantes acerca deste objeto de estudo. As conclusões obtidas foram alinhadas às perspectivas teóricas adotadas, proporcionando uma compreensão abrangente dos impactos de um parentesco político para mulheres nessa esfera e suas zonas de autonomia e ruptura com tais vínculos, bem como uma compreensão sobre meios de atualização e perpetuação dos valores patriarcais, classistas, religiosos e racistas na elite política brasileira. Assim, as descobertas desta pesquisa contribuem não apenas para o entendimento do contexto político específico de 2018, mas também para o enriquecimento do debate sobre a presença e atuação das mulheres na esfera parlamentar, considerando o papel das relações familiares como um componente significativo dessa dinâmica.

Além do mais, a análise abrangente dos dados coletados revelou que o perfil predominante entre as 77 parlamentares eleitas para a 56ª Legislatura na Câmara dos Deputados foi caracterizado por mulheres brancas, com orientações conservadoras e alinhadas a grupos e pautas majoritariamente neoliberais. Essa configuração majoritária aponta para uma caracterização específica do cenário político observado antes das eleições de 2018, onde muitas mulheres foram bem-sucedidas em se eleger ao se alinharem ideologicamente às tendências de maior popularidade na ocasião. Nesse contexto, ganharam destaque os meios de comunicação em massa, sobretudo as plataformas de envio de mensagens e as redes sociais tecidas por intermédio dos grupos por elas representados e que a elas financiavam, indicando ainda novas modalidades de comunicação dos candidatos e candidatas às suas bases.

A análise dos dados revelou que, apesar da expressiva renovação no cenário político, com a eleição de novos (as) representantes, o parentesco político ainda exerceu um impacto significativo entre as mulheres no êxito de suas candidaturas. Das 77 deputadas federais eleitas, 39 mantinham ligações familiares na política, evidenciando a persistência desse fenômeno. Este grupo de 39 parlamentares com parentesco político se mostrou complexo e diversificado, apresentando uma variedade de perfis, de práticas políticas e de discursos. Assim, embora tenham surgido alguns padrões mais frequentes, a heterogeneidade do grupo também chamou a atenção, destacando, dessa maneira, sua diversidade de trajetórias.

O perfil observado dentre as deputadas com parentesco, assim como no perfil geral das deputadas como um todo, foi o de mulheres predominantemente brancas, associadas às

classes empresariais e geralmente posicionadas à direita do espectro político ideológico. De forma geral, estas mais alinhadas à direita expressaram posicionamentos enfáticos em relação a valores e crenças, especialmente vinculados ao conservadorismo moral e aos costumes. Por outro lado, as deputadas mais posicionadas ao centro declararam uma postura politicamente neutra, mostrando-se abertas ao diálogo e transitando ideologicamente entre a direita e à esquerda a depender dos jogos de força no campo. As poucas parlamentares de esquerda do grupo se apresentaram como representantes de uma oposição às tendências hegemônicas. Essa diversidade de posicionamentos indica a complexidade do grupo, revelando que as mulheres com parentesco político não se enquadram em estereótipos homogêneos, mas apresentam uma gama de perspectivas políticas e ideológicas. Essas conclusões sugerem a importância de uma análise aprofundada e sensível ao contexto individual de cada parlamentar com parentesco político, reconhecendo a diversidade de experiências e perspectivas que compõem esse grupo específico dentro da esfera política.

A análise do tipo de parentesco das parlamentares revelou-se como um elemento de grande influência na construção discursiva de suas identidades e da dita vocação para a carreira política. Aquelas com parentesco consanguíneo, em sua maioria, demonstraram ter um convívio precoce com o mundo político, eram em geral solteiras, manifestando a ambição de dar continuidade ao legado familiar. Por outro lado, as parlamentares com parentesco por casamento mostraram-se menos inclinadas às atividades políticas, indicando que o ingresso neste meio ocorreu mais por uma demanda familiar do que por uma inclinação pessoal. Este recorte englobando a idade e o estado civil demonstrou que os perfis parlamentares podem ser influenciados não só por questões de idade, mas também de conjugalidade, evidenciando as conexões destes aspectos nas configurações políticas e familiares. Embora esses tenham sido os perfis majoritários, a pesquisa também identificou casos particulares, evidenciando a complexidade do grupo analisado.

Durante o processo de pesquisa, tornou-se claro que os discursos das deputadas utilizavam estratégias de afirmação e legitimação, que se manifestavam de diferentes formas. O discurso sobre a entrada na política desdobrou-se, por exemplo, em duas linhas principais: em alguns casos, os discursos faziam uso da vocação política, onde as parlamentares buscavam enfatizar sua inclinação à atividade política para dar continuidade ao legado familiar; e, em outros casos, os discursos faziam alusão ao desinteresse, onde se destacava que o envolvimento político se deu principalmente por uma demanda familiar e seu ingresso na trama política pelo benefícios à sociedade que sua família realizava. Em ambos casos, as estratégias discursivas tinham o objetivo de afastar a percepção de interesses pessoais ou

familiares, reforçando a abnegação da parlamentar e sua atuação política comprometida com o bem comum.

Um padrão discursivo frequente foi a alusão a um vocabulário que fazia referências aos tradicionais papéis femininos, como a maternidade e o cuidado, associando as mulheres ao simbolismo da família estruturada e exemplar, assim como a uma suposta sensibilidade diferenciada necessária ao campo político. Outra estratégia discursiva foi o uso de argumentos do empoderamento feminino em uma perspectiva do feminismo liberal, argumentando que a emancipação feminina seria possível através do empreendedorismo e da livre iniciativa como elementos-chave para a emancipação das mulheres a partir de sua ascensão financeira. Esses padrões discursivos foram observados principalmente entre as parlamentares mais alinhadas à direita, refletindo o ideário liberal, classista e individualista desse grupo.

A análise dos perfis político-partidários e dos pertencimentos revelou convergências entre a lógica familiar, caracterizada por alianças, compromissos e lealdades, e as posições e pertencimentos nas bancadas informais. Essa interconexão foi reforçada pelas estratégias discursivas adotadas, que buscavam estabelecer familiaridade com o eleitorado a partir de elementos evocativos ligados a um vocabulário familiar. As alusões ao parentesco não apenas remetiam às relações familiares, mas também evocavam sensações de conforto, confiança e estabilidade, visando criar um elo afetivo com o eleitorado, especialmente o feminino.

A obrigação do cumprimento do dever familiar foi construída discursivamente como uma responsabilidade social, distanciando-se da percepção de busca por interesses pessoais. Além disso, a utilização de estereótipos de gênero, como a imagem de uma boa esposa (ou filha) foi uma estratégia amplamente empregada. Ao que tudo indica, esses estereótipos podem conferir vantagens às mulheres em um contexto político de linhagem, contribuindo para a construção de uma imagem que ressoa com determinadas expectativas sociais.

Essa abordagem discursiva parece refletir a compreensão por parte de muitas parlamentares de que a articulação de elementos familiares pode ser uma estratégia eficaz para ganhar a confiança e o apoio do eleitorado. Ao estabelecerem laços entre a política e a esfera familiar, as parlamentares procuraram se apresentar como figuras acessíveis, confiáveis e comprometidas com valores tradicionais, construindo assim uma identidade política que ressoa com as percepções culturais dominantes. Essa conexão entre o político e o familiar, portanto, não só influencia as dinâmicas internas do cenário político, mas também desempenha um papel fundamental na construção da imagem pública das parlamentares, vinculando-as mais às pautas sociais, culturais e de cidadania.

A problematização da presença destas mulheres na política, no entanto, demandou cautela e uma abordagem cuidadosa para evitar generalizações.

Isso porque a crítica ao parentesco, quando dirigida aos homens, muitas vezes destaca os benefícios indevidos e privilégios, enquanto, para as mulheres, pode ser interpretada como uma acusação de falta de independência (Dutoya, 2017). No entanto, é crucial reconhecer que existem diversos registros de pertencimento e atuação possíveis. Algumas mulheres podem, de fato, utilizar o parentesco político como um caminho para a participação política, mas isso não implica automaticamente na negação de sua independência, em momentos de crises e mesmo rupturas com a referida dinâmica.

Nesse prisma, é essencial considerar que a presença de mulheres na política não deve ser avaliada apenas em termos de independência individual, mas também em relação às barreiras sistêmicas que podem limitar suas opções. Portanto, ao abordar a presença de mulheres na política, é crucial considerar as nuances individuais, reconhecendo que as mulheres não são um grupo homogêneo. Também é necessário explorar as diversas motivações, desafios e conquistas que as mulheres enfrentam, evitando estigmatizações que não capturam a complexidade de suas experiências políticas.

Uma abordagem crítica que talvez seja de fundamental importância, nesse contexto, passa pela problematização do argumento de que a feminilização da política é algo crucial, especialmente para se “melhorar a democracia”. Essa abordagem, por vezes, pode obscurecer nuances mais complexas e não necessariamente conduzir a uma democracia mais igualitária. A ideia de feminilização da política, por si só, pode ser baseada apenas no quantitativo de mulheres no ingresso nesse ambiente, além de ambígua e sujeita a interpretações diversas.

O componente essencialista presente nesta abordagem naturaliza a atribuição das mulheres das tarefas de cuidar dos outros, à sua abordagem da política e, finalmente, aos papéis sexuais. Se é assim, não há sentido em cobrar dos homens a sua parcela de responsabilidade na educação das crianças ou, de forma mais geral, para com as gerações futuras (Miguel, 2001, p. 261).

Assim, enquanto alguns argumentos se centram na ideia de que a presença de mulheres na política traz perspectivas distintas e contribui para uma representação mais inclusiva, outros alertam para o risco de instrumentalização, onde as alusões à feminilidade são utilizadas como estratégias para promover agendas políticas específicas, muitas vezes conservadoras. Além disso, a conexão entre o parentesco político e o pertencimento a uma classe empresarial pode introduzir complexidades adicionais. O alinhamento com posturas claramente neoliberais e conservadoras pode levantar questões sobre os interesses



representados por essas mulheres na política. Isso sugere que, embora a presença feminina seja importante, é fundamental analisar como ocorrem as relações de gênero, as interseccionalidades delas com outros marcadores sociais e com as orientações subjacentes.

A associação da classe empresarial ao discurso do feminismo liberal, que promove a emancipação feminina em uma perspectiva individual, pode também ser problematizada de diversas formas. Esse enfoque no individualismo pode ser percebido como uma estratégia que desvia a atenção de questões estruturais mais amplas e perpetua uma visão neoliberal que enfatiza o protagonismo individual em detrimento das lutas coletivas por igualdade, emancipação e justiça. Essas perspectivas alinhadas a um feminismo liberal, ao se concentrarem na autonomia econômica e no empoderamento por meio do sucesso individual, podem negligenciar as questões sistêmicas e profundas que contribuem para as desigualdades de gênero, articuladas com outras desigualdades como de classe, de raça, sexualidade e outros.

Assim, a crítica a essa perspectiva destaca a importância de considerar não apenas a emancipação em uma perspectiva individual, mas também as transformações sociais e políticas estruturais necessárias para alcançar uma igualdade mais ampla. A ênfase no coletivo, defendida pelos movimentos feministas e pela esquerda, busca abordar as raízes estruturais da desigualdade, promovendo mudanças sistêmicas que beneficiem toda a sociedade. Logo, ao analisar a associação da classe empresarial ao feminismo liberal, é fundamental questionar como essa abordagem pode influenciar as políticas e práticas implementadas, considerando se ela contribui para uma verdadeira transformação social ou se, ao contrário, mantém e reforça as estruturas existentes.

Dessa forma, ao estudar as famílias políticas, é possível ainda analisar criticamente a concepção apresentada pela perspectiva liberal, revelando como o entrelaçamento entre a classe empresarial e a política pode criar agentes que transitam entre os setores público e privado. Isso destaca a importância de analisar as relações familiares não apenas como dinâmicas pessoais, mas como elementos integrados em estruturas sociais e políticas mais amplas, desafiando a dicotomia do “Estado como reino dos vícios e o mercado como o reino da eficiência” (Monteiro, 2017, p. 466). Assim, ao considerar as famílias políticas como agentes que transitam entre os setores público e privado, é possível compreender melhor como certas práticas e interesses podem ser perpetuados, influenciando políticas e decisões em ambos os espaços. Isso reforça a necessidade de uma análise crítica das estruturas políticas e econômicas que permeiam essas relações familiares burguesas e elitistas, visando

uma compreensão mais profunda das complexidades subjacentes à interseção entre a classe empresarial e a política.

O capital econômico dá sustentação e possibilita conversões em capitais políticos familiares. O imbricamento e a relação entre estes capitais permitem entender como 20 (vinte) famílias, aproximadamente, se revezam no poder há mais de séculos. Algumas remontam ao período colonial (Monteiro, 2017, p. 462).

Nesse sentido, a representação de uma classe de mulheres que advoga e defende a perspectiva do feminismo liberal contribui para fortalecer uma concepção de que a saída para as questões sociais e econômicas passa não por uma enfática atuação estatal, mas sim pela emancipação individual de cada cidadã responsável por si mesma. O discurso liberal, ao promover a autoestima dos (as) trabalhadores (as) a partir da lógica do esforço e do empreendedorismo, além dos valores associados aos tradicionais papéis de gênero, ganha adeptos(as) ao inculcar nas pessoas a ideia da autonomia individual em sentido absoluto. Essa abordagem se distancia da realidade social da maioria das mulheres brasileiras, especialmente aquelas historicamente subalternizadas pelas estruturas de poder.

Segundo Miguel e Biroli (2010, p. 658), é desta tensão entre emancipação individual e inclusão universal que surge a crítica de que “O liberalismo é incapaz de incorporar aqueles que são marcados pela diferença, definida a partir de padrões que a racionalidade e a moralidade burguesa afirmam”. Portanto, ao analisar o impacto do feminismo liberal, é fundamental considerar como essa perspectiva pode se alinhar ou se chocar com as necessidades e experiências reais das mulheres brasileiras, especialmente aquelas que enfrentam desafios sistêmicos. Isso permite uma compreensão mais abrangente da complexidade das questões de gênero e contribui para a promoção de políticas mais inclusivas e equitativas.

O acesso de mulheres a posições de poder pode ser tomado como um signo de mudança, mas, se essa mudança permanece situada nos limites de outras hierarquias e formas de exploração, seu benefício é circunscrito ao grupo de algumas vidas privilegiadas. O acesso de uma minoria de mulheres brancas a cargos de alta remuneração é um dos signos do enfraquecimento da associação histórica entre mulher e domesticidade [...] mas os níveis e as formas atuais de exploração do trabalho não nos permite falar de ‘mulheres’, no sentido abstrato ao qual a visão liberal da emancipação feminina faz referência, mas de ‘mulheres trabalhadoras’, de ‘mulheres negras’, de ‘mulheres imigrantes’, entre outras (Biroli, 2019, p. 13).

Assim, as famílias políticas perduram e se mantêm ao longo do tempo justamente porque têm a capacidade de se adaptar às transformações do contexto político e social, inclusive liderando os rumos dessas transformações. Na contemporaneidade, essa adaptação parece se manifestar na utilização estratégica de representantes mulheres para falar em nome

de todas as mulheres. Essa estratégia não apenas busca legitimar o discurso político, mas também se insere em um contexto mais amplo de busca por representatividade e inclusão de foco apenas quantitativo no espaço político. No entanto, é importante questionar até que ponto essa representação efetivamente traduz os interesses e necessidades das mulheres em sua diversidade. A utilização estratégica de representantes mulheres pode ser vista como uma resposta às demandas por maior diversidade e inclusão na política, uma vez que a presença feminina é frequentemente associada a uma maior representatividade. Também é crucial analisar se essa representação reflete uma verdadeira variedade de perspectivas femininas ou se é utilizada de maneira seletiva para atender a objetivos políticos específicos.

Ao questionar a motivação dessa representação, é possível evitar que as mulheres se tornem meramente símbolos ou instrumentos políticos, garantindo uma participação mais significativa e autônoma no processo democrático. Isso implica reconhecer a diversidade de experiências e perspectivas entre as mulheres e garantir que suas vozes sejam ouvidas de maneira integral e sem simplificações que possam comprometer a compreensão das complexidades envolvidas. Portanto, é fundamental seguir analisando criticamente em trabalhos científicos futuros como essa estratégia de adaptação das famílias políticas influencia a participação das mulheres na esfera política e se de fato contribui para uma representação mais efetiva e inclusiva das diversas vozes, condições de existência e dos projetos de futuro das mulheres.

Além disso, a análise crítica deve incluir a avaliação do impacto real dessas representantes na promoção de políticas que atendam às necessidades e interesses das mulheres em sua diversidade. Verificar se essas mulheres têm espaço para abordar questões críticas, como desigualdades estruturais, discriminações interseccionais e a promoção de direitos e igualdade, é fundamental para compreender o alcance efetivo dessa estratégia. Nossa primeira tarefa, ao que parece, é desassociar completamente “mulheres” (a classe dentro da qual lutamos), de “mulher”, o mito. Pois, “mulher” não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto “mulheres” são o produto de uma relação social (Wittig, 2019, p. 88).

A título de conclusão final, a pesquisa evidenciou que o parentesco político, em si mesmo e por si só, não representa para todas as parlamentares estudadas um indício de arcaísmo ou de associação ao conservadorismo. Da mesma forma, não implica em uma subserviência ou falta de independência necessária para as mulheres inseridas em grupos familiares na política. Isso foi evidenciado pelo fato de que muitas mulheres demonstraram ter trajetórias sólidas e independentes, alinhando-se a ideais progressistas e emancipadores.

O cerne da questão parece não ser o parentesco em si, mas sim os alinhamentos voltados à manutenção de interesses de grupos associados ao tipo de família de elite (patriarcal, classista e racista), ao confisco de cargos eletivos por parte desses grupos que dominam os meios de acesso às eleições e se mantêm no parlamento brasileiro há tempos. Essa dinâmica perpetua as desigualdades sociais, de gênero e raça ao restringir o acesso, a representatividade e as transformações profundas no cenário político. Portanto, é imprescindível problematizar não somente o parentesco em si, mas sim as práticas e alinhamentos que podem surgir a partir dessas relações familiares nos holofotes do palco e nas sombras dos bastidores políticos.

## REFERÊNCIAS

- ACÚSTICA FM. Entrevista com deputada Marina Santos. YouTube, 17 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=09Gr2VUacxg>. Acesso em: 4 de jul. 2023.
- ANHAGUERA UNOPAR \_CANAL. Entrevista com Aline Gurgel. YouTube, 23 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KVHWFyXHTsw>. Acesso em: 4 de jul. 2023.
- ARAÚJO, C. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Revista estudos feministas*, 1998.
- ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2001.
- ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia política**, Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.
- ARAÚJO, C. Rotas de ingresso trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo - um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.
- ARCHENTI, Nélida; ALBAINE, Laura. O feminismo na política: paridade e violência política de gênero na América Latina. **Cadernos Adenauer**, ano XIX (2018), nº1: Participação política feminina na América Latina. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, maio, 2018.
- AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder. *Cadernos Adenauer*, nº6. Konrad Adenauer Stiftung, Rio de Janeiro, 1996.
- AZIMI, Vida. Parentesco administrativo sob o Antigo Regime: transmissão de poderes e esperanças, deveres e conhecimentos. *In: PATRIAT, Claude; PARODI, Jean-Luc (org.). L'Hérité en politique*. Paris: Economica, 2017.
- BACKES, Ana Luiza *et al.* Breve análise dos dados sobre candidaturas de mulheres nas eleições de 2018. **Estudo Técnico**, 2019. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.
- BARBIERI, Catarina; RAMOS, Luciana de Oliveira. **Democracia e representação nas eleições de 2018**: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero. Relatório final (2018-19). São Paulo: FGV, 2019.
- BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELLO, Elisabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e53771, 2019.
- BARROS, Antonio Teixeira; BUSANELLO, Elisabete; MITOZO, Isabele B. Depois de eleitas: os desafios de deputadas federais para o exercício do mandato. **Revista**

**Brasileira de Estudos Políticos**, n. 120, p. 3-22, 2020.

BELYNHA LULA DA SILVA. Entrevista de Marília, na Carta Capital... YouTube, 21 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LDBparCMuME>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

BIROLI, F. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, set./dez. 2015.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 59, p. 719-754, 2016.

BIROLI, F.; MACHADO, M.; VAGGIONE, J. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, F. Mulheres na política, as conferências e o ciclo democrático. *In*: MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia E. (org.). **Expressões Feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres**. Porto Alegre: Zouk, 2018, v. 2, p. 297-310.

BIROLI, F. Nota técnica nº1: Análise comparada do perfil das candidaturas 2014, 2018 e 2022. *In*: BIROLI, F. (coord.). **Pesquisa Gênero e Raça nas eleições de 2022**. Brasília, 2022.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *In*: Danusa Marques; Thiago Aparecido Trindade. (Org.). **Poder e desigualdades: gênero, raça e classe na política brasileira**. São Paulo: Paco Editorial, 2019, v. 1, p. 21-52.

BOBBIO, N. Teoria das elites [verbete]. *In*: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-29, 2023.

BOM DIA FEIRA OFICIAL. Deputada Federal Dayane Pimentel analisa mandato: ‘Vou em busca da reeleição’, diz. YouTube, 24 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XGHQj08gozA>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

BOURDIEU, P. A Representação Política: Elementos para uma teoria do campo político. *In*: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989. p. 163-208.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

BOURDIEU, P. **La distinción**: Criterios y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus, 1998.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília n. 5, jan./jul. 2011 [1999].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989**. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm). Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Portal de dados abertos do TSE**. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.553, de 18 de dezembro de 2017**. (Revogada pela Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2017/resolucao-no-23-553-de-18-de-dezembro-de-2017>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.575, de 28 de junho de 2018**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2018/resolucao-no-23-575-de-28-de-junho-de-2018>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade. **ADI nº 4650/DF**. Primeira Turma. Relator Ministro Luiz Fux. Brasília, em 11 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23086639/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4650-df-stf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. **Luiza Erundina**: Biografia. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74784/biografia>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BROSSIER, M.; DORRONSORO, G. O paradoxo da transmissão familiar do poder. **Revista NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paraenses)**, Curitiba, v. 3, n. 4, dez. 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CARTA CAPITAL. “Não admito ser julgada pelo meu sobrenome” CARTA ELEIÇÕES: Clarissa Garotinho. YouTube, 27 de outubro de 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=GCA1\\_e8CzWs](https://www.youtube.com/watch?v=GCA1_e8CzWs). Acesso em: 4 de jul. 2023.

CIDADE EM FOCO. Deputada Federal Dra. Marina Santos homenageia sua mãe Carleusa Santos na câmara dos deputados. YouTube, 30 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aeUWdhou4Fc>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

CORREIO BRASILIENSE. CB. PODER, Paula Belmonte, pré-candidata ao Senado. YouTube, 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mV9wZv5dS3c>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

CANDIDO, Antonio. The brazilian family. *In*: SMITH, T. Lynn (org.). **Brazil: portrait of half a continent**. Nova York: Dryden Press, 1951. p. 291-312.

CANÊDO, L. Caminhos da memória: parentesco e poder. **Textos de história**, Campinas, v. 2, n. 3, 1994.

CANÊDO, L. As metáforas da família na transmissão do poder: questões de método. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 18. n. 42, ago. 1997.

CANÊDO, L. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pró-posições**, v. 13, n. 3 (39), p. 169-198, 2002.

CARDOSO, Y.; SOUZA, R. Dilma, uma “presidenta fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45-65, jul./dez 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, out./dez. p. 679-84, 2006.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNIEL, F; RUGGI, L.; RUGGI, J. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, dez. 2018.

COLLINS, P.H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORADINI, O. L. Em nome de quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

CORREIO BRASILIENSE. CB. PODER, Flávia Arruda, deputada federal. YouTube, 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6TaL5xFk9EY>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, n.1, p. 139-167, 1989.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura (2019-2023). Estudos políticos do DIAP. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2019.

D’INCAO, M. Mulher e família burguesa. *In*: PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2022.



DUTOYA, V. Quando as mulheres herdam: uma análise de gênero dos fenômenos de linhagens na Ásia Meridional. **Revista NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 3, n. 4, dez. 2017.

EITA! PODCAST. Dra Soraya Manato - Deputada Federal - Eita! #72. YouTube, 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DEvZh2-xnlo>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: Uma conversa na teoria crítica. São Paulo, Editora Boitempo, 2020.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007[2005].

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: Formação da Família Brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Editora Global, 2006 [1933].

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZATTI, R. A sub-representação política das mulheres no parlamento brasileiro: o "teto de cristal" político-jurídico e os desafios às políticas públicas para a sua superação. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Santa Cruz do Sul, 2018.

GRILL, I. As bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 10, n. 2, ago. 2004.

GRILL, I. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 65-87, jun. 2008.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17-109.

HARVEY, David. **A produção capitalista no espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo Companhia das Letras, 2004 [1936].

HOLANDA, S. B. de. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense. In: MARENCO, A. org. Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2013;

HOLANDA, S. B. de. “Heranças políticas” no Rio Grande do Sul. *Revista NEP (Núcleo de estudos paranaenses)*, Curitiba, v.3, n.1, maio 2017;

HENRIQUE, Ana Lúcia. Quem disse que mulher não gosta de política? Uma análise da representação feminina em uma década de Parlamento Jovem Brasileiro. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 55-86, jan./jun. 2016.

IPU PARLINE. **Global data on National Parliaments**. Disponível em: [https://data.ipu.org/compare?field=chamber%3A%3Acurrent\\_women\\_percent&structure=any\\_lower\\_chamber#map](https://data.ipu.org/compare?field=chamber%3A%3Acurrent_women_percent&structure=any_lower_chamber#map). Acesso em: 4 de jul. 2023.

@JESSICA SALES DEPUTADA. Deputada Jéssica Sales participa de entrevista no programa bom dia Juruá com Alexandre Gomes. YouTube, 30 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kQGAro17TxA>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

KÜCHEMANN, Berlindes; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria de gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**, v. 3, n. 1, p. 63-81, jan./jun. 2015.

LE BART, Christian. Legado na competição. O patrimônio político como recurso na competição eleitoral local. In: PATRIAT, Claude; PARODI, Jean-Luc (Org.) *L'Héritité en Politique*. Paris: Economica, 2017;

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

MARNEUR, Victor. O gênero da hereditariedade na política: uma via de acesso para os eleitos municipais da Gironda. **Revista NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 47-65, dez. 2017.

MARQUES, Danusa Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político, **BIB**, São Paulo, n. 95, p. 1-20, abr. 2021.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 253-267, jun. 2001.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, p. 115-34, 2003;

MIGUEL, L. F. Carreira política e sistema partidário no Brasil: entropia ou reconfiguração? **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 50, jan./abr. 2022.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653- 679, set./dez 2010.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-47, 2015.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MONTEIRO, J. Famílias e classe dominante: aproximações necessárias para compreensão das desigualdades no Brasil. *Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)*, Curitiba, v.3, n.1, p. 460-470, maio de 2017.

MOREIRA, N.; BARBERIA L. Por que elas são poucas? Uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. **BIB**, São Paulo, n. 79, 2015.

OLIVEIRA, R. Como definir família? *In*: OLIVEIRA, R. (org). **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018.

PARLATUBE BRASIL. Dep. Carlos Manato (PSL-ES) registra a presença de Soraya Manato, deputada eleita pelo ES. YouTube, 18 de julho de 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mm3K\\_iEoGGM](https://www.youtube.com/watch?v=mm3K_iEoGGM). Acesso em: 4 de jul. 2023.

PATRIAT, Claude; PARODI, Jean-Luc. **L'Héritité en Politique**. Paris: Economica, 2017 [1992].

PEREIRA, Thiovanne. **Guia de acessibilidade cromática para daltonismo**: princípios para profissionais da indústria criativa. Santa Maia, 2021.

PHILLIPS, Anne. De uma Política de Ideias a Uma Política de Presença? **Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 268-290, 2001.

PINHEIRO, Luana. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre as mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de políticas para as Mulheres, 2007.

PINHO, T. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2016.

PINTO, C. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, maio/ago. 2017.

PINTO, C.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, jan./abr. 2018.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. **Tempo social, revista de Sociologia da USP**, v. 29, n. 3, p. 137-159, 2017.

REPUBLICANOS. Grande Expediente - Dep. Aline Gurgel. YouTube, 9 de abril de 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=JsgbK\\_PAguC&t=844s](https://www.youtube.com/watch?v=JsgbK_PAguC&t=844s). Acesso em: 4 de jul. 2023.

RODA VIVA. Tereza Cristina, 17/06/2019. YouTube, 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ou4kh8FaVg0>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

SACCHET, T. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanha. *In*: PAIVA, D. (org.) **Mulheres, política e poder**. Goiânia, Cãnone, 2010;

SACCHET, T. "Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas". *In*: PAIVA, Denise (org.). **Mulheres, poder e política**. Goiânia: Cànone, 2011. p. 159-186.

SACCHET, T. "A Culpa é dos Partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais". *In*: BIROLI, Flavia *et al.* **Mulheres, Poder e Ciência Política**. Editora da Unicamp. 2020. p. 71-105.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SARDINHA, Edson. Caçulas estreiam com voz ativa no novo Congresso. Veja o perfil de todos os parlamentares. Congresso em foco, UOL. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/caculas-estreiam-com-voz-ativa-no-novo-congresso-veja-o-perfil-de-todos-os-parlamentares/>.

SBT NEWS. Mariana Carvalho fala sobre ser mulher na vida política de Brasília, Papo de Bastidor. YouTube, 9 de março de 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9st\\_bfCnCNg](https://www.youtube.com/watch?v=9st_bfCnCNg). Acesso em: 4 de jul. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEGUNDO NEWS. Entrevista com Mariana Carvalho (Deputada Federal). YouTube, 30 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Je8xSCRN0Y4>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

SHALDERS, André. Eleições 2018: Câmara e Senado terão a maior renovação das últimas décadas, estimam analistas. **BBC Brasil**, 8 outubro de 2018. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45780660>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SILVA, Mayra Goulart da; CHAVES, Vanilda; BARBOSA, Laura. Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). **Revista Sociedade e Estado**, v. 38, n. 1, jan./abr., p. 95-124, 2023.

TACA YAMAUCHI. Taka Cast #07 - Deputada Federal Bruna Furlan. YouTube, 17 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VIrioc1bvOI>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

TV CORREIO DA MANHÃ. Rodrigo Bethlem entrevista Clarissa Garotinho, Deputada Federal-RJ e Pré-candidata ao Senado. YouTube, 28 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b0ysXWR8XK0>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

TV NORTE SBT VILHENA. TV ALLAMANDA VHA (SBT): Jaqueline Cassol fala sobre carreira política e projetos de governo. YouTube, 16 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DYO6zKx0esE>. Acesso em: 4 de jul. 2023.

UOL. Marília Arraes: 'Ninguém pode ser penalizado pelo sobrenome que tem'. YouTube, 6 de junho de 2022. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_AYpH7Mds2A](https://www.youtube.com/watch?v=_AYpH7Mds2A). Acesso em: 4 de jul. 2023.

VIANNA, O. **Populações meridionais no Brasil. Edições do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, 2005. v. 27.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83-92.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18112cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm).

BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>; BRASIL. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Candidatos eleitos entre 1945 e 1990. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1>;

BRASIL. Governo do Estado de São Paulo. Memória política. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/>

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>;

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. Acervo Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>;

UFSC. Memória Política de Santa Catarina. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/>

UFSC. A mística do parentesco. Portal de dados biográficos. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?mpg=04.02.00&ver=por>

PUC RIO. Núcleo de Memória da PUC-Rio. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/acervo/outros-acervos/nucleo-preservacao-memoria-politica>